

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS DE JATAÍ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ROBERTA COSTA ROCHA

**ASSENTAMENTO RURAL: ENTRE O LUGAR ALMEJADO E O LUGAR
VIVENCIADO PELAS FAMÍLIAS DO P.A. SANTA RITA EM JATAÍ – GO**

JATAÍ – GO, 2013

ROBERTA COSTA ROCHA

**ASSENTAMENTO RURAL: ENTRE O LUGAR ALMEJADO E O LUGAR
VIVENCIADO PELAS FAMÍLIAS DO P.A. SANTA RITA EM JATAÍ – GO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPG-GEO - Stricto Sensu - Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí/CAJ-UFG, como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do espaço nos domínios do cerrado brasileiro.

Orientadora: Prof^a Dr^a Dinalva Donizete Ribeiro.

JATAÍ - GO, 2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
BSCAJ/UFG

R672a

Rocha, Roberta Costa.

Assentamento rural: entre o lugar almejado e o lugar
vivenciado pelas famílias do P.A. Santa Rita em Jataí – GO
[manuscrito] / Roberta Costa Rocha. – 2013.

108 f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dinalva Donizete Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Campus Jataí, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013.
Bibliografia.

Inclui lista de siglas e ilustrações.

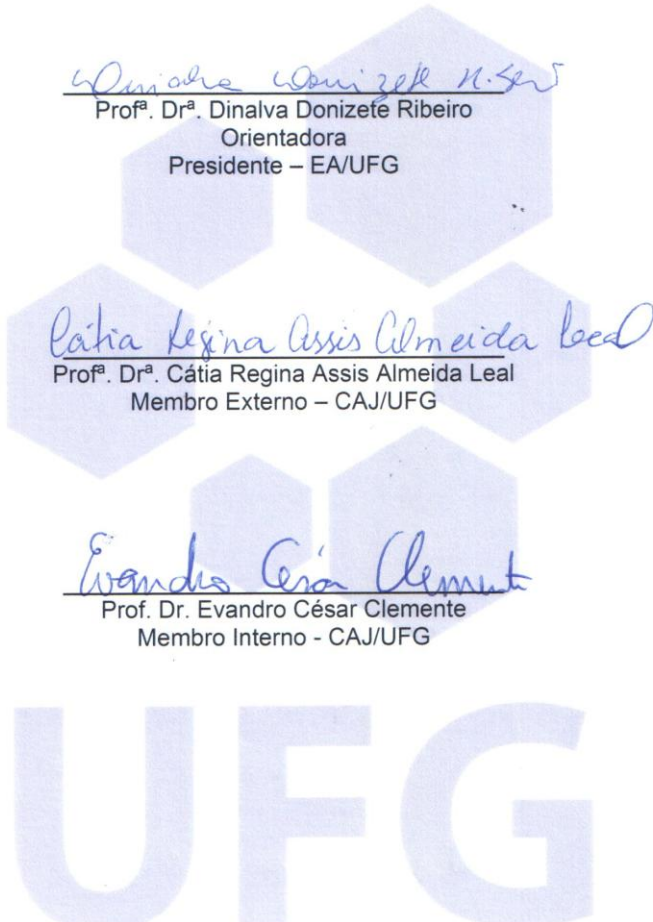
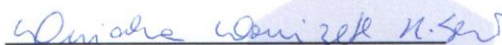
1. Assentamento Rural. 2. Reforma Agrária. 3.
Camponês – Jataí – GO. I. Título.

CDU: 332.021.8(817.3)

Roberta Costa Rocha

TÍTULO: "Assentamento Rural: entre o lugar almejado e o lugar vivenciado pelas famílias do P.A. Santa Rita em Jataí-GO".

Dissertação DEFENDIDA e APROVADA em 10 de junho de 2013, pela Banca Examinadora constituída pelos membros:



Profª. Drª. Dinalva Donizete Ribeiro
Orientadora
Presidente – EA/UFG



Profª. Drª. Cátia Regina Assis Almeida Leal
Membro Externo – CAJ/UFG



Prof. Dr. Evandro César Clemente
Membro Interno - CAJ/UFG

UFG

Jataí - Goiás
Brasil

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1 1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

1 2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autora:	Roberta Costa Rocha		
E-mail:	robertacostarocha@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor	Escritório de contabilidade		
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	CAPES	
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ:
Título: Assentamento rural: entre o lugar almejado e o lugar vivenciado pelas famílias do P.A. Santa Rita em Jataí - GO			
Palavras-chave:	Camponês; Assentamento de reforma agrária; Lugar		
Título em outra língua:	Settlement rural: The place the a family P.A. Santa Rita in Jataí - GO		
Palavras-chave em outra língua:	Peasant; Settlement; Place Agrarian Reform; Rural settlements; Peasants.		
Área de concentração:	Organização do espaço nos domínios do cerrado brasileiro		
Data defesa:	10/06/2013		
Programa de Pós-Graduação:	Em Geografia – UFG/CAJ		
Orientador (a):	Dinalva Donizete Ribeiro		
E-mail:	dinalvadr@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ ☒ **total** ☐ **parcial**

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

☐ Capítulos. Especifique: _____

☐ Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

Dedico o presente trabalho primeiramente a Deus, pela benção em minha caminhada e a minha família que sempre me apoiou. Em especial ao meu esposo Paulo de Alencar Monteiro Filho, pelo companheirismo, paciência e atenção.

AGRADECIMENTOS

Diversas colaborações foram importantes na realização deste trabalho, por isso agradeço;

À minha querida mãe, Vilma Costa Rocha, e meus irmãos Adriana Costa Rocha e Wanderley Souza Rocha, que sempre me apoiaram em minhas decisões e trajetórias seguidas, principalmente souberam compreender a minha ausência em alguns momentos de alegria;

Em especial, dedico In Memória, ao meu eterno e fantástico Pai, Claro Correia da Rocha, que esteja onde estiver, deve estar feliz e orgulhoso pela minha conquista;

Aos meus sobrinhos, Juan Claro Rocha e Roger Ferreira Rocha, amores da minha vida.

Ao meu esposo, companheiro e amigo, Paulo de Alencar Monteiro Filho, pelo amor, carinho e principalmente paciência em ouvir inúmeras vezes minhas incertezas, dúvidas, aflições, bem como ser meu guia, obrigada. Você foi extremamente fundamental para que este trabalho fosse concluído. Meu eterno agradecimento e consideração;

Aos professores da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí, que tiveram papel fundamental para o meu desenvolvimento acadêmico, especialmente, Zilda de Fátima Mariano, Dimas Peixinho, que através das disciplinas lecionadas e das conversas fora de sala de aula muito contribuíram para que esta dissertação fosse realizada;

A todos os colegas do programa de Pós-Graduação, em especial para, Andreia Medeiros, Michelly Silva, Fernanda Moreira, Michaela Camara, Cinara, Jordana, pelos constantes diálogos e debates que ajudaram a compreender importantes questões e pelo companheirismo que tornou a caminhada mais leve e divertida;

À Kênia, secretária do programa de Pós-Graduação, sempre disponível e com informações seguras e precisas, pelo apoio e pela tranquilidade fundamental durante a trajetória;

À Profa. Dinalva Donizete Ribeiro, minha orientadora, pela disponibilidade e disposição em ajudar, discutir, explicar e indicar os melhores caminhos, pela confiança depositada em mim e pelo constante incentivo;

Aos professores Adriano Rodrigues de Oliveira, Cátia Regina Assis Almeida Leal, Evandro César Clemente e Márcio Rodrigues Silva que aceitaram participar da banca de defesa, muito obrigada;

A CAPES, que me concedeu a bolsa de mestrado;

Não posso deixar de agradecer aos meus companheiros de trabalho a campo, meu amigo Hudson, meu esposo Paulo de Alencar e minha mãe Vilma Costa, pela disposição em me ajudar;

A todas as pessoas que se envolveram, agradeço a participação e interação em diferentes momentos.

“A geografia brasileira seria outra se todos os brasileiros fossem verdadeiros cidadãos. O volume e a velocidade das migrações seriam menores. As pessoas valem pouco onde estão e saem correndo em busca do valor que não têm” (Milton Santos).

RESUMO

A sociedade está vivendo uma época em que os objetos estão cada vez mais densos e a aceleração tomou conta do espaço. Neste sentido, estudar o lugar é necessário para compreender o processo de globalização, devido à drástica mudança na forma como a sociedade se relaciona com o espaço geográfico, haja vista que cada lugar é único e particular, nenhum lugar é igual a outro. O presente trabalho irá abordar o assentamento rural enquanto representação do lugar e como significação da resistência camponesa e sua permanência no campo, cujo objetivo consiste em explicar como as famílias assentadas se (re)constroem em meio a novas configurações espaciais, considerando o lugar enquanto significação e (re)significação do camponês. Considerando a hipótese de que aquelas famílias buscam por meio do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, a construção ou (re)construção do modo de vida camponês, o lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e os processos de apropriação do espaço. O trabalho foi realizado no Assentamento Santa Rita, no município de Jataí, Goiás. Quanto à metodologia, os dados primários, de cunho qualitativo, foram levantados junto às famílias do Assentamento, com entrevistas semiestruturadas. As entrevistas e os questionários foram aplicados por meio de visitas de campo, nos lotes das famílias pesquisadas e os dados secundários foram obtidos por meio de pesquisas bibliográficas e levantamento junto ao INCRA, com o propósito de aprofundar melhor a discussão em questão. Verificou-se que a ação do capital alterou as relações de trabalho e produção dos camponeses, inserindo no seu modo de vida elementos característicos do capitalismo. As famílias vão construindo através do trabalho, o lugar de morada. Percebemos que a permanência no assentamento está atrelada a origem familiar, onde o campo representa o seu lugar de viver, observa-se uma relação de pertencimento.

PALAVRAS-CHAVE: Camponês; Assentamento de reforma agrária; Lugar.

ABSTRACT

The society is living in a time in which the objects are increasingly dense and acceleration took over the space. Consequently, studying the place it is necessary to understand the process of globalization, due to the drastic change in the way society relates to the geographic space, given that every place is unique and particular, nowhere is the same as another. This paper will address the rural settlement as a representation of the place and significance as the peasant resistance and its presence in the field, whose purpose is to explain how families settled (re) construct amid new spatial configurations, considering the place as meaning and (re) signification of the peasant. Considering the hypothesis that those families looking through the Settlement Project for Agrarian Reform, construction or (re) construction of the peasant way of life, the place opens the perspective for thinking about the living and the processes of appropriation of space. The work has performed in Santa Rita Settlement in Jataí, Goiás Regarding the methodology, the primary data, a qualitative, were collected from the families of the settlement, with semistructured interviews. The interviews and questionnaires were administered through field visits, in lots of households surveyed and the secondary data were obtained through literature searches and survey with INCRA, in order to deepen the discussion in question better. It was found that the share of capital changed labor relations and production of the peasants by inserting in their way of life characteristic features of capitalism. Families will work through the building, the dwelling place. We realize that staying in the settlement is tied to family origin, where the field is your place to live, there is a relationship of belonging.

KEY WORDS: Peasant; Settlement Agrarian Reform; Place.

LISTA DE SIGLAS

AAPASR	(Associação dos Assentados do Projeto de Assentamento Santa Rita)
CAJ	(Campus Jataí)
CEP	(Comitê de ética em pesquisa)
DATALUTA	(Banco de Dados de Luta Pela Terra)
EMATER/GO	(Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás)
FETRAF	(Trabalhadores da Agricultura Familiar)
INCRA	(Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)
NEAF	(Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agricultura Familiar)
PAA	(Programa de Aquisição de Alimentos)
PA	(Projeto de Assentamento)
PIB	(Produto Interno Bruto)
PNAE	(Programa Nacional de Alimentação Escolar)
PNPB	(Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel)
PRONAF	(Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar)
POLOCENTRO	(Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados)
SEBRAE	(Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas)
STRJ	(Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí)
UEG	(Universidade Estadual de Goiás)
UFG	(Universidade Federal de Goiás)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Implantação de Projetos de Assentamento no Município de Jataí - GO	73
Mapa 1	Localização do P. A. Santa Rita em Jataí – GO	74
Mapa 2	O uso do solo no P. A. Santa Rita em Jataí – GO	75
Gráfico 1	Situação da população do P. A. Santa Rita em Jataí - GO	81
Tabela 1	Atividades desenvolvidas no P. A. Santa Rita em Jataí - GO	94

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR PARA O CAMPONÊS	19
1.1 Contextualização da categoria lugar.....	20
1.2 O lugar do camponês – questões teóricas do conceito de campesinato	28
1.3 Materialidade camponesa: Práticas produtivas e modo de produção do campesinato	31
1.4 Relação econômica e comercialização camponesa.....	36
1.5 Imaterialidade camponesa: Relações de sociabilidade.....	41
1.6 O processo de reestruturação do capital.....	48
1.6.1 As novas dinâmicas oriundas da reestruturação do capital	51
1.6.2 Novas relações de trabalho e de produção.....	53
2 A BUSCA PELO LUGAR.....	55
2.1 A expropriação e o retorno dos camponeses à terra	55
2.2 Lugar almejado: o tempo de espera no acampamento.....	59
2.3 Dificuldades vividas na fase inicial do assentamento	63
3 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR.....	68
3.1 Assentamento de reforma agrária: contradições e possibilidades	68
3.2 Caracterização do Assentamento Santa Rita em Jataí - GO.....	71
3.2 Os elementos que constituem o lugar	76
3.2.1 Moradia	77
3.2.2 Relações de sociabilidade.....	79
3.2.3 Relações pessoais e relações de afetividade.....	80
3.2.4 O movimento de volta ao campo e o campo como origem de um novo movimento.....	81
3.2.5 Acesso a crédito	85
3.2.6 Importância das políticas públicas e projetos no P.A. Santa Rita	88
3.2.7 A comercialização e produção no assentamento.....	91
3.2.8 Comercialização dos lotes: resistência e permanência.....	95
3.2.9 O trabalho como forma de reprodução familiar	96
3.2.10 Infraestrutura	97
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

Segundo Santos (1997) a velocidade na atualidade infligiu novos ritmos e acrescentaram novos itens a história, caracterizado como aceleração contemporânea, tempo-mundo e espaço-mundo. A partir deste pressuposto torna-se fundamental estudar o lugar, haja vista que cada lugar é único e particular, nenhum lugar é igual a outro. É essa diferença que dá a característica de identidade, singularidade, faz do mesmo um objeto de estudo.

Estudar o lugar significa diante de tudo isto, conhecer o espaço escolhido dentro de seus limites, observá-lo em sua aparência, descrevendo o que é observado, utilizando-se das descrições e buscando interpretações, tanto na história por meio da construção dos espaços, quanto na capacidade de organização da população.

Partindo do entendimento do lugar enquanto ideia de pertencimento, o presente trabalho irá descrever o assentamento rural enquanto representação do lugar e da identidade existente, compreendendo as formas de apropriação do território no assentamento.

O tema desta pesquisa se insere na inquietação em estudar a categoria lugar a partir do assentamento de reforma agrária, enquanto lugar de vivência e (re) criação do camponês. A opção por tal categoria se dá pelo fato da mesma representar ponto chave para a compreensão do processo de globalização, devido à drástica mudança no modo de vida da sociedade.

Com base nesse entendimento nos orientamos para realizar a pesquisa, que se materializou com os trabalhos de campo, onde tivemos contato direto com a realidade vivenciada no assentamento e conhecemos os atores que fazem parte deste lugar. No geral, as organizações dos assentamentos representam um grande desafio para as famílias, uma vez que ali se congregam pessoas vindas de diferentes regiões, com trajetórias e intenções diversas. O novo, representado pelo assentamento, torna-se um desafio para a maioria daqueles que almejam a viabilização deste lugar.

A pesquisa foi realizada no Projeto de Assentamento Santa Rita, instituído em 1998, localizado a 31 km da cidade de Jataí, na microrregião Sudoeste de Goiás. Possui uma área de 968 hectares, distribuídos em 23 lotes, com área média de 38,7 hectares. De

acordo com cadastro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), originalmente foram assentadas 23 famílias, no entanto, nos lotes 14 e 18 há incidência de agregação familiar contendo duas famílias em cada um dos lotes. Desta forma o assentamento conta com 25 famílias, sendo que 08 destas compraram os lotes de famílias originalmente assentadas.

A pesquisa iniciou-se em Março de 2011. O primeiro semestre de 2011 foi dedicado a coletas de dados secundários junto a órgãos como o INCRA, IBGE e a pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, a fim de dar respaldo teórico ao trabalho. Os dados primários, de cunho qualitativo, foram levantados junto às famílias assentadas, por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários. As entrevistas e os questionários foram aplicados durante as visitas de campo, nos lotes de cada família pesquisada.

Para a coleta dos dados primários, inicialmente submetemos o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Firmamos um termo de compromisso com cada entrevistado, o que na pesquisa iremos trata-los como Interlocutor (a), comprometendo-nos a não divulgar o nome ou qualquer denominação que possibilitasse sê-lo identificado por outras pessoas, e não utilizar imagens sem autorização do pesquisado. Desse modo, atribuímos um número para cada pessoa entrevistada, de modo que apenas em gabinete fosse possível identificá-la pelo nome. A pesquisa foi realizada com o quantitativo de 25 famílias.

Para o levantamento dos dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudio. Na elaboração do roteiro de entrevista, buscamos colocar questões abertas, tentando deixar as famílias à vontade para conversar, mesmo que em alguns casos tivesse desvio do assunto. Estas tinham como objetivo compreender a representação que os atores têm a partir da vivência no assentamento, as relações existentes no lugar e conhecer a trajetória de vida das famílias, o uso desta metodologia é importante, pois revela como espaço, tempo e relações sociais estão se interagindo.

Não tivemos nenhum problema quanto à receptividade das famílias para a realização das entrevistas, apenas de início era perceptível o receio de alguns quanto aos dados coletados. Todavia, após explicarmos detalhadamente o motivo da pesquisa, os mesmos se abriram à pesquisa, sendo possível captar a essência dos diálogos.

Ainda, foram aplicados questionários com perguntas objetivas, a fim de identificar o perfil das famílias, com questões fundamentadas na estrutura familiar.

Quanto ao referencial teórico, foi necessário um estudo dos conceitos de lugar, de camponês, de assentamentos rurais, dentre outros. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, com o propósito de aprofundar melhor a discussão, a partir de autores como: Bombardi (2004), Callai (2005), Cândido (1971), Carlos (2007), Fernandes (2008), Holzer (1999; 2003), Marques (2000), Martins (2003; 2008), Moura (1988), Oliveira (2007), Paulino (2006), Santos (2006), Simonetti (1999), Tavares Dos Santos (1978) e Wanderley (1996; 2004), entre outros referenciais que compõe à pesquisa.

Esperamos a partir destas reflexões teóricas, promover a análise do lugar a partir do cotidiano, buscando as experiências de vida das famílias assentadas, identificando as diferentes identidades culturais dos grupos, compreendendo as formas distintas de organização espacial. No assentamento a identidade constituída pelas famílias pode ser percebida pela relação cotidiana desenvolvida em cada lote, é através dessa vivência que vão construindo e reconstruindo os lugares. Pois, a cotidianidade pressupõe outra temporalidade, como afirma Martins (2008, p. 90) “um tempo em que o homem é o que vive e não o que pensa viver; campo da ação, por isso uma noção que ligamos à vida comunitária e seus arranjos na lida com a vida”.

Nessa perspectiva torna-se necessário (re)buscar o lugar no mundo atual, para encontrar os seus novos significados. O Projeto de Assentamento é enxergado a partir da constituição do lugar, levando em consideração sua abrangência de significados, que acarretam uma pluralidade de funções e um grande leque de possibilidades interpretativas.

A modernização do campo resultou na expropriação do camponês, provocando rupturas no seu modo de vida tradicional. O enfoque primordial, levado em consideração, é o fato de ele buscar estratégias para a viabilização do seu projeto de vida, pois a terra é vista como meio de trabalho e de vida. Desta forma, estudar o lugar enquanto representação do almejado é desvendar a realidade vivenciada no campo, através do retorno a terra, agora pelo assentamento, cujos fundamentos são diferentes do modo tradicional vividos pelos camponeses, pois atualmente as relações são realizadas em função do capital, que conseqüentemente alterou o modo de produção e as relações de trabalho. Conforme aponta Wanderley (2004), a busca pela terra é uma luta para

conseguir um lugar de vida e trabalho, capaz de resguardar a memória da família e de reproduzi-la para gerações posteriores.

Desta forma, através dessas alterações no modo de vida camponês, é que a pesquisa busca compreender a importância do assentamento para a reprodução e a permanência das famílias no campo, estas que um dia foram expropriadas da terra, e que agora retorna pelo projeto de assentamento. Neste intuito, pretende-se sistematizar os resultados analíticos da pesquisa em três capítulos.

O Capítulo I aborda o modo de vida tradicional do camponês, analisando seus elementos particulares. Para tal foram utilizados autores clássicos como Cândido (1971), Moura (1988), Tavares dos Santos (1978), entre outros. A fundamentação deste, é para mostrar na essência como o campesinato se organiza na sua origem, para assim, fazermos uma análise de como eles estão organizados hoje, com a realidade dos assentamentos. Para dar fundamento na pesquisa, também dedicamos neste capítulo a conceitualização da categoria lugar, exemplificando os significados diferenciados concebidos por vários autores.

O capítulo II trata a expropriação do camponês e a busca pelo lugar, que na presente pesquisa é o assentamento rural. A intenção é compreender como o camponês, que foi expropriado pelo sistema capitalista, vê no assentamento uma oportunidade e a esperança para retornar a terra. Para isso, abordou-se o processo de luta para o retorno a terra, vivido no período de acampamento, dando enfoque para as dificuldades vividas nesta fase, porém demonstrando a resistência em permanecer no lugar, em busca de melhores condições de vida. Haja vista que, mediante o novo contexto disposto como alternativa para a recriação da vida camponesa, os assentamentos de reforma agrária se apresentam como uma possibilidade para o retorno a terra.

O capítulo III foi dedicado à construção do lugar, para aprofundar a discussão sobre como o camponês que foi expropriado do campo, busca o retorno através da luta pela terra. Tornou-se necessário explorar a lógica de vida camponesa e a adaptação dos atores diante das relações internas do assentamento. A intenção é identificar quais os fatores que tornam o lugar diferente daquele almejado pelas famílias e como elas conseguem resistir e continuar a luta na terra, que agora passa a ser dentro do assentamento. O camponês ao se deparar com este novo arranjo espacial, percebe que a realidade mudou. Pois o assentamento torna-se diferente do lugar almejado, este novo

modelo está carregado de normas, enquanto o camponês tem seu modo de vida baseado na autonomia e na liberdade.

1. A CONSTITUIÇÃO DO LUGAR PARA O CAMPONÊS

Fabrini (2006) afirma que a história da sociedade perpassa momentos e modos de produção distintos. O modo de vida camponês existe desde os primórdios e esteve presente nas diferentes fases dos modos de produção, sob o modo de produção feudal, capitalista e do socialismo real. Sucessivamente, na trajetória de vida camponesa, a luta pela terra é fator primordial para sua existência, é através dela que conseguem se manter e firmar seu lugar social.

Foram feitas diversas interpretações sobre os camponeses, sendo considerados desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas (FABRINI, 2006). Nesta perspectiva, o campesinato cada vez mais está sendo objeto de estudo de várias pesquisas,

Há o fato de o camponês controlar a terra no capitalismo sem ser possuidor de capital, na acepção marxista da palavra; o fato de o camponês ser uma espécie de ponto de discordância sobre a natureza de classe das revoluções que implantaram ou derrubaram historicamente a ordem burguesa; fato de o camponês trabalhar com a ajuda da família, à qual não remunera segundo a ótica capitalista, isto num mundo marcado pelo contrato individual de trabalho e pelo pagamento em salário das tarefas desempenhadas; o fato de o camponês lutar por formas culturais e sociais próprias de organização, sem ser ou poder se concretizar como outro povo ou outra cultura, estranhando, mais do que recusando, a sociedade abrangente que o contém e circunda. (MOURA, 1988, p. 8).

A compreensão da realidade em seu processo contraditório e desigual permite verificar que os camponeses, ao produzirem na terra, estabelecem um conjunto de relações sociais que apresentam características próprias. O seu universo de relações, independente do nível e escala das suas relações com o mercado, apresentam características e especificidades que os distinguem das relações de produção típicas do capitalismo.

O cenário das questões agrárias brasileiras, marcado pela concentração e especulação da terra como reserva de valor, a constante luta dos produtores familiares para se manterem no campo é um fato que chama atenção. Esse segmento que resistiram à expulsão e à expropriação dos seus meios de produção, mantendo-se em pequenas unidades produtivas, seja por meio da propriedade, do sistema de parceria, do pagamento de renda (o rendeiro) ou pela posse, revela o quanto a posse da terra é

fundamental para a constituição de um espaço produtivo que possibilite a reprodução familiar.

Segundo Moura (1988), os camponeses sempre foram oprimidos pela sociedade em geral. Independente do tempo e do lugar eles são subordinados aos donos da terra e do poder, ou seja, às distribuições de terras no Brasil, diretamente ou indiretamente, são influenciadas por pessoas que detém o poder, valendo-se deste para influenciar a tomada de decisões. Há consecutivamente a relação de dominador e dominantes, cuja intenção dessa subordinação é obter diferentes tipos de renda, como: renda em produto, renda em trabalho e renda em dinheiro.

1.1 Contextualização da categoria lugar

O debate sobre o conceito de lugar ainda é pouco trabalhado entre os teóricos tanto da Geografia como das demais áreas, o sentido mais comum de sua utilização era reduzindo-o a uma escala do local, por isso foi esquecido a um plano secundário em relação aos outros conceitos espaciais.

Desde a sistematização da geografia, houve a necessidade de conhecer os lugares, para isso fazia a diferenciação entre eles, através da representação da terra, levando em consideração a relação existente entre o homem e a natureza. Com a motivação da existência da geografia, teve a necessidade prática de explicar o lugar em relação a outros lugares.

Para a realização desta pesquisa partimos do pressuposto de que os lugares se transformam a partir do cotidiano vivido, considerando que categoria lugar “tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidades cada vez maiores” (FERREIRA, 2000, p. 65). Desta forma, achamos por bem fazer uma explanação sobre as diversas interpretações e conceitualizações dada ao ‘lugar’, cada qual com seu sentido. Mas, enfatizando que na presente pesquisa o viés a ser seguido parte da ideia do lugar enquanto pertencimento, para isso iremos utilizar o lugar como categoria de análise para estudar o camponês no assentamento rural.

Somente no século XXI que o conceito de lugar passou a ser visto como fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo, havendo a articulação do individualismo e da globalização (IDEM, 2000). Para Holzer (1999) o lugar só ganhou importância a partir da década de 1980, sendo que, até então, seu estudo ocupou um plano secundário na Geografia, enquanto disciplina científica.

Considerando o lugar como importante categoria do pensamento geográfico, a mesma, tem sido alvo das diversas interpretações ao longo do tempo e entre os mais variados campos do conhecimento. A definição mais antiga de lugar foi apresentada por *Aristóteles*, num contexto em que o lugar seria o limite que circunda o corpo. Conceito este mais tarde aprimorado por *Descartes*, afirmando que além de delimitar o corpo, “o lugar deveria ser também definido em relação à posição de outros corpos” (RIBEIRO, 1996, p. 238). Isso mostra a sua importância. Segundo Ferreira (2000) os geógrafos La Blache e Sauer formularam o conceito de lugar associado à ideia de região. O geógrafo Sauer foi o primeiro a desvincular o lugar deste sentido estritamente locacional.

Na geografia clássica a confecção e o estudo de mapas eram um dos fundamentos da disciplina, o lugar era utilizado no sentido locacional para definir a geografia (HOLZER, 1999). Os conceitos até então definidos para o lugar eram relacionados à origem da disciplina, não tinham um significado plausível ou que fugisse da lógica estritamente locacional. Segundo Holzer (1999) nesta época surgiram alguns geógrafos que buscavam se aprofundar na categoria lugar, desvinculando-a deste significado, dentre estes, o autor destaca: Sauer, o primeiro geógrafo que começou a desvincular este conceito, para ele a geografia estava além das ciências, onde os caminhos percorridos não deveriam ser os mesmos indicados pelos positivistas, estudava a geografia pelo conceito de paisagem cultural, incorporando fortes elementos subjetivos que remeterão ao conceito de lugar.

Outro geógrafo que contribui para a estruturação do conceito de lugar foi Dardel² baseado em estudos fenomenológico da geografia, “se referia à geografia vivida em ato, a partir da exploração do mundo e à ligação do homem com sua terra natal” (HOLZER, 1999, p. 68). A partir da década de 1970 o conceito de lugar ganhou novas

² Em uma de suas obras Dardel considerou como suporte teórico a fenomenologia existencialista. Não aceitava que a geografia enquanto disciplina científica fosse vista sob um olhar positivista, pois na sua concepção ela trata a inserção do homem no mundo (HOLZER, 2003).

dimensões através das correntes do pensamento geográfico, estes já destituídos de suas conotações exclusivamente locais.

De acordo com Holzer (2003) os geógrafos Tuan e Buttimer foram os responsáveis pela identidade própria adquirida pela geografia humanista na primeira metade da década de 1970. Desta forma, foram os pioneiros que utilizaram os conceitos de lugar e mundo vivido, associados a uma base teórica fenomenológico-existencialista, possibilitando mais tarde que seus trabalhos fossem reconhecidos como humanistas³. O lugar na perspectiva de Tuan⁴ deixa de ter uma conotação espacial e agrega a experiência vivida dos sujeitos como forma de configuração da realidade.

A geografia humanística e a geografia marxista foram viabilizando o conceito de lugar, ganhando em abrangência de significado, deixando de ser visto como espaço produzido por um determinado tempo, para ser conhecido por uma construção singular e única, carregada de símbolos e ideias produzidas pelo homem. O lugar é formado por uma paisagem cultural, em que as experiências vividas ligam o homem ao mundo e as pessoas, despertando assim sentimentos de identidade e pertencimento do indivíduo, construindo laços de afetividade entre o sujeito e o ambiente em que vive.

No caso pesquisado esta relação pode ser percebida por meio dos depoimentos das famílias, que mesmo diante das dificuldades vivenciadas no dia a dia, conseguem se identificar com o lugar, conforme pode ser conferido por meio do depoimento a seguir.

De vez enquanto eu deito nesta rede velha aí. Ontem mesmo eu deitei até de dia, meu esposo estava na cidade e eu fiquei aqui sozinha. Eu deitei e fiquei um tempão, fui aparta vacas, elas deram um trabalho, estavam lá perto do Lote 23, passei dentro do córrego, me molhei todinha, ontem deu um trabalho para apartá-las, tinha chovido demais. Eu amo meu lugar, quando eu chego, eu falo cadê minha casinha, aqui é bom demais (INTERLOCUTORA 22).

O assentamento passa a ser visto como um lugar de pertencimento, fato que pode ser comprovado pelo relato de uma entrevistada “eu sou apaixonada, apaixonada mesmo por este cantinho aqui, eu trabalho com leite, tenho meu gado de leite, todo dia de manhã, se você chegar aqui eu estou lá no curral, trabalho também com Apicultura, eu tenho apiário” (INTERLOCUTORA 16).

³ Ver mais sobre: Holzer (1999, 2003).

⁴ Ver mais sobre a concepção de TUAN, Yi-Fu, na obra: **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

Nessa corrente humanística, ocorre a valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente. Lukermann (1964) dialogou com a obra de Sauer e passou a definir a geografia como a ciência dos lugares,

O ponto culminante do estudo geográfico é a descrição da Terra em ordem geográfica. A chave para tal ordem está no conceito locacional de lugar. Enfatizar o relativo, o cultural, a experiência histórica da humanidade, em relação aos atributos físicos da área, é fazer o estudo completo da geografia – o estudo dos lugares (LUKERMANN, 1964, p. 172 APUD HOLZER, 1999, p. 69).

Pensando o lugar como uma produção social, Santos (2006, p. 218) nos aponta que:

O lugar constitui a dimensão da existência que se manifesta através de um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas, instituições – cooperação e conflito são à base da vida em comum, porém induz a análise geográfica a uma outra dimensão, o da existência, pois se refere a um tratamento geográfico do mundo vivido.

Sendo assim, o lugar torna-se, de um lado singular a partir de visões subjetivas relacionadas com as percepções emotivas; e de outro lado o lugar pode ser visto através do conceito de geograficidade, que encerra todas as respostas e experiências que temos de ambientes na qual vivemos, antes de analisarmos e atribuírmos conceitos a essas experiências.

Assim, são vários os autores que procuram não singularizar o conceito de lugar, e sim apresentar uma definição apropriada à categoria. Por exemplo, o mencionado por Carlos (2007, p. 20), em que,

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitate-identidade-lugar... As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental.

A constituição do assentamento perpassa pela concretização da tríade tratada por Carlos (2007), pois a fase de acampamento é emblemática na busca pelo almejado, no entanto, a realidade é outra quando as famílias são assentadas e começam a se reproduzir através das relações desenvolvidas no espaço habitado.

Para Carlos (2007, p.18) “a tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço”. Consoante ao homem e sua vida, podemos ver o lugar através de nossas necessidades existenciais, com a interação dos objetos com as pessoas, podendo ser trabalhado na perspectiva do espaço vivido, levando em conta as dimensões do espaço geográfico. Conforme tratado por Santos (2006), quais sejam os objetos, as ações, as técnicas e o tempo, devemos considerar o lugar como uma particularidade que circunscreve o indivíduo. É nas tensões do vivido que tem lugar o encontro/desencontro da vida cotidiana com a vida privada, e da vida cotidiana com a História.

As famílias, uma vez assentadas, ao desenvolverem suas atividades passam a criar laços de afetividades com o lugar. Através desta relação de afetividade os camponeses por meio do assentamento vão reconstruindo sua identidade e dando significado às suas vidas. É neste sentido que as famílias assentadas vão construindo, ao longo do tempo, à sua maneira, o lugar de viver. A visão de lugar na perspectiva individual pode ser compreendida pela individualidade conforme,

Cada pessoa é vista como tendo um lugar natural, que é considerado o ponto zero do seu sistema pessoal de referência. [...] Cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação. Além disso, pode haver lugares privilegiados, qualitativamente diferentes de todos os outros, tais como o lugar de nascimento do homem, ou as cenas do seu primeiro amor, ou certos lugares da primeira cidade estrangeira que visitou quando jovem (BUTTIMER, 1982, p. 177-178 APUD RIBEIRO, 2012, p. 30).

Na perspectiva do lugar estar relacionado com o mundo vivido, levando em consideração as dimensões do espaço geográfico, Santos (2006, p. 218) menciona outra noção de lugar, afirmando que,

No lugar, nosso próximo, se superpõe dialeticamente ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo.

Assim, podemos considerar que o lugar é onde tudo acontece, porém através dele construímos nossas vidas, desenvolvemos nossas atividades, vivemos diariamente e nos tornamos diferenciados uns dos outros, também através das características culturais existentes em cada lugar.

Por meio da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural, o acesso a terra representa uma territorialização, materializando a recriação do lugar. As famílias assentadas passam a construir um novo território, baseado nas novas configurações das relações estabelecidas no espaço. Os assentamentos rurais são importantes, pois representam a constituição de novas configurações territoriais e de novas territorialidades expressas no espaço rural brasileiro, a partir de diferentes trajetórias e histórias de vida que carregam as famílias assentadas, sendo compreendida pela constituição do lugar.

No contexto de reforma agrária, o camponês sem-terra constitui seu lugar em paralelo ao processo de construção de significados e laços afetivos, e o faz a partir da recriação de seus modos de vida combinados às condições da nova vida, em processo de reterritorialização sobre a terra conquistada (MARTINS, 2009, p. 110).

Diante do processo de produção do espaço é necessário compreender o modo de vida das famílias assentadas, pois conforme aponta Carlos (2007) a concretização da produção espacial se materializa no plano do vivido, sendo apresentada nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, em um dado momento. O assentamento rural representa o lugar das famílias que a partir do seu dia a dia imprimem seu modo de vida, como a autonomia do tempo e do espaço, sobretudo por serem os camponeses sujeitos que primam pela liberdade.

Hoje se você falar que não vai fazer isso, aí amanhã você faz, é eu que estou mandando. Agora de empregado não, tem que trabalhar, pode até estar doente. Este horário de verão a gente trabalha praticamente 12 horas, porque quando dá 20:00 hs a gente ainda está tratando do porco, cuidando de uma galinha. Na hora de almoço a gente come até às 14:00 hs, não tem hora certa (INTERLOCUTORA 22).

No assentamento se presume que as relações possam se estabelecer, onde estas famílias a partir do cotidiano consigam se (re)criar conforme seus anseios, constituindo assim o lugar de produção, lugar de trabalho e lugar de sacrifício. Concebe-se, portanto, que o assentamento, considerado como um espaço institucional multifacetado, não pode ser compreendido de forma unidimensional. Em suma, compreende-se que os fatores envolvidos na construção da identidade destes sujeitos, são múltiplos e imprevisíveis, visto que produzem sentidos subjetivos particulares para cada sujeito e que variam em sua constante atualização diante de novos contextos que se apresentam como é o caso

do novo espaço representado pelo Assentamento. Mas, devemos ter claro que mesmo inserido neste novo contexto, as famílias não se isolam.

Santos (2006), afirma que a geografia é cada vez mais a ciência dos lugares, que busca atender determinadas funções ligadas ao território e a história vivenciada no cotidiano do homem, onde os lugares podem ser os mesmos, porém o que muda são as situações.

Assim, a geografia precisa ser entendida como uma totalidade “pelas relações presididas na história corrente” (Santos, 1994, p. 21), devemos considerar o lugar tanto pelos objetos como também pelas relações sociais que o circundam, mantendo-os relacionados dialeticamente. Pois o objeto por si só não consegue explicar as situações, é necessária a história das relações. Neste sentido, o assentamento se apresenta como um lugar único de formação de identidade, munido de particularidades que o distingue de outros. Essa particularidade é constituída a partir das relações vividas pelas famílias no cotidiano. Para Santos (1994, p. 21),

Cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular, variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer global dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade, e é isso o que nos leva imperativamente à necessidade de atentar para a história concreta do hoje, da comunidade humana, sua atualidade, não importa o lugar particular onde o novo se mostre. Tem outro sentido.

Se considerarmos a equidade do posicionamento da terra, benefícios ou até mesmo as dificuldades encontradas no interior do assentamento, poderíamos dizer que as variáveis são materializadas na totalidade do recorte, por ora os tornando comuns a cada uma das famílias. Todavia, o fato de possuírem atributos mútuos, não os tornam dialeticamente iguais, pois as particularidades oriundas de histórias de vidas diferentes fazem com que cada lugar assuma identidade.

A partir do momento em que a família começa a ter vivência no assentamento, o lugar passa a ser construído no dia a dia. Pois, o lugar é,

O ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso de tecnologias do capital e do trabalho. O lugar é o ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, locais e globais. (SANTOS, 1994, p.18-19).

Na perspectiva de Moreira (2002, p. 4), “cada lugar nasce, pois diferente do outro”, todavia, “a globalização reúne em cada lugar todos os lugares, pois são os lugares que mundializam e não o mundo”. De acordo com Carlos (2007) a globalização se materializa no lugar, pois é através da expressão mundial que é possível se viver e realizar o cotidiano.

A realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos (CARLOS, 2007, p. 17).

O lugar apresenta aspectos particulares, que na sua maioria constitui este ‘corpo’ singular e único. Tendo nos aspectos sociais, econômicos, naturais, culturais (...), importantes características próprias do lugar segundo CALLAI (2005, p. 236),

Os lugares são repletos de história e situam-se concretamente em um tempo e em um espaço fisicamente situadas e contextualizadas no mundo. Assim, o lugar não pode ser considerado/entendido isoladamente. O espaço em que vivemos é o resultado da história de nossas vidas. Ao mesmo tempo em que ele é o palco onde se sucedem os fenômenos, ele é também ator/autor, uma vez oferece condições, põe limites cria possibilidades.

Portanto, o lugar sendo a confluência onde a vida social se encontra pontualmente, pode ser o lugar de convívio familiar, de amizade, trabalho, de articulação, de lazer, ou seja, o raio rígido da vida e sua constituição. Porém, desde que se considere a importância da escala, o lugar envolve principalmente a proximidade do ‘eu’ e o conteúdo do espaço (ROCHA, 2009).

Para ler o mundo, sem dúvida podemos partir do lugar, considerando a realidade concreta do espaço vivido, pois é no cotidiano que as coisas vão acontecendo, dando feição ao lugar. Milton Santos (1994) propõe que uma das possibilidades para encontrar os novos significados do lugar no mundo atual é por meio da consideração do cotidiano. Compreendemos que existe uma relação direta da constituição do lugar com as experiências humanas, cada pessoa tem o seu lugar de morar, de trabalhar, seu lugar de viver. No rural este processo se configura na mesma unidade espacial, onde o morar e trabalhar são vividos no mesmo ambiente, cotidianamente.

1.2 O lugar do camponês – questões teóricas do conceito de campesinato

Foi a partir da década de 1950, que o conceito de camponês destacou-se nas ciências sociais brasileiras, em um contexto de extrema desigualdade social e concentração de terras. Para Marques (2008), até então o camponês recebia denominações locais próprias, conforme sua região, por exemplo, “caipira” em São Paulo, Minas Gerais, Goiás e, “colonos”, no Sul.

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário, etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2008, p. 60).

A discussão teórica em torno do campesinato tem sido tratada fundamentada pelo desenvolvimento do capitalismo, com base no Paradigma da Questão Agrária e no Paradigma do Capitalismo Agrário.

O Paradigma da Questão Agrária percebe a luta pela terra e pela reforma agrária como uma forma de (re)criação camponesa.

Entende-se que a luta é necessária porque se caracteriza como resistência e que permite o fortalecimento e a permanência da unidade familiar que, no entendimento de Lima (2008, p. 52), seria “relacionado à categoria Agricultura Camponesa/Familiar, para a qual o campo é lugar de vida/alimentos, identidades, culturas e não meramente para a produção de mercadorias”.

O Paradigma do Capitalismo Agrário diferentemente, se manifesta sobre forte influência do Banco Mundial, que visualiza o camponês como integrante do sistema capitalista, desta forma entendendo o mesmo como agricultor lapidado após o processo de desenvolvimento do capitalismo, de forma única e homogênea.

Para esta corrente, é inevitável o desaparecimento do campesinato, bem como sua transformação em agricultura familiar como única possibilidade para sua sobrevivência, inserindo-o no mercado com a máxima racionalização de sua produção (LIMA, 2008). Dentre os autores que abordam esta ideia destacamos Kautsky, Lênin e Weber.

O Paradigma do Capitalismo Agrário analisado pelos autores supracitados, basicamente fundamenta-se na eliminação do campesinato ou mesmo na ideia de substituição deste pelo agricultor familiar, defendido por Abramovay. Já a vertente do Paradigma da Questão Agrária, parte da ideia de organização social em reprodução e constante transformação do camponês, baseando-se na resistência e permanência no campo, tratada por Chayanov.

Para este autor, a forma de produção do camponês deve ser vista “como um processo de reprodução centrada na relação entre trabalho e o consumo familiar” (LIMA, 2008, p.56). Por sua vez, Woortmann (1990) e Chayanov concentram sua análise na construção da família camponesa como um grupo doméstico, visto como uma unidade de força de trabalho e, ao mesmo tempo, como realidade demográfica.

Chayanov (1974) preocupou-se em demonstrar que há uma estratégia de sobrevivência do camponês. Apesar de estar fortemente pressionado, seria difícil pensar o seu fim definitivo devido à capacidade de adaptação camponesa, especialmente pela característica de sua organização de produção ser resultante do esforço produtivo diretamente relacionado com a satisfação das necessidades de reprodução da família fundamentada na terra (BIBIANO, 2006).

Os autores Gerardi e Salmoni [s./a.] abordam as contribuições de Chayanov sobre o campesinato, cuja análise foi realizada por uma visão tradicional da organização da produção, a partir das ideias representadas pelo pensamento neo-populista na Rússia.

Segundo esses autores, esta linha de pensamento defendia a realização da agricultura camponesa, ressaltando sua capacidade de resistir e desenvolver sob quaisquer situações, além de entenderem “que a terra deveria ser toda transferida para unidades camponesas privadas, o que poderia ser visto como um consistente projeto de Reforma Agrária”. Mas este pensamento foi confrontado pelos objetivos do Estado Russo que estava sob a liderança de Lênin, “que propunha a imediata eliminação da propriedade privada da terra, incluindo a expropriação dos camponeses, para a criação de fazendas coletivas, gerenciadas pelo poder estatal” (GERARDI; SALMONI, [s./a], p. 2).

As ideias de Lênin, na revolução, eram no sentido do princípio da coletividade. O autor fez uma leitura de Marx a qual apresentava que a união só poderia ser perpetrada pela iniciativa de um partido político comunista. Prevvia que tudo deveria ser

em comum, porém quem iria conduzir os movimentos era o conjunto de intelectuais que operam no poder, favorecendo, assim, exclusivamente, uma pequena parcela da sociedade. (GERARDI; SALMONI, [s./a.], p. 2).

Essa coletividade proposta pelo Estado Rússia torna-se contrária a Escola da Organização e Produção construída por Chayanov, cujos princípios básicos eram: a afirmação de que o comportamento dos camponeses não se enquadra no modelo de política agrária desenvolvida pelo Governo, e que, na realidade, os elementos renda, salários e lucros não eram almejados e nem desenvolvidos nas propriedades; outra coisa era a afirmação da distribuição nas unidades produtivas familiares de terra, trabalho e capital que estavam sendo norteadas por uma racionalidade singular, “capaz de tornar a propriedade camponesa um elemento fundamental, tanto para o funcionamento geral da economia, como para a organização do espaço, nas diferentes escalas” (GERARDI; SALMONI, [s./a.], p. 2).

O modelo básico da concepção de Chayanov (1974) pode ser compreendido como uma “análise microeconômica interna das unidades camponesas” (p. 2), o que ele chamou de diferenciação demográfica, na qual “cada família possui uma dinâmica demográfica própria, dada em função do número de membros que compõem e de suas idades” (p. 2). Altafin (2007) afirma que, por mais que as reflexões de Chayanov tivessem sido criadas no início do século XX, no contexto de mudanças na estrutura agrária da Rússia, várias ideias ainda são fundamentais, como, por exemplo, a influência da família na composição da relação entre a capacidade de produção e as necessidades de consumo. Esse processo é que irá determinar a quantidade de produtos necessários para garantir a sobrevivência da família que, de maneira autônoma, controla a produção e o consumo.

No entanto, Neves (1985) faz uma crítica em relação aos fatores levados em consideração por Chayanov para explicar a diferenciação interna do campesinato, afirmando que a dinâmica demográfica não é suficiente para criar o aparecimento de novas classes sociais. Outra crítica realizada pela autora refere-se à proposição de Chayanov sobre “as mudanças ao nível das unidades de produção, pois desembocam em microanálises e em estudos sincrônicos e se pautam numa noção essencialista da família e da unidade de produção” (IDEM, p. 232).

Para Neves (1985, p. 223) ocorre o engessamento pelas categorias ou estratos, onde a “análise das unidades de produção é então substituída pela imputação de

categorias classificatórias, construídas em função desse modelo analítico, reificadas e universalizadas, bastando por si só para qualificar as mudanças e as tendências”. Dessa forma, ocorre que a “reificação de um campesinato homogêneo é substituída pela reificação de um campesinato heterogêneo”, sua composição é recorrente ao que a autora chamou de “estratos hierarquizados: camponês rico, camponês médio, camponês pobre ou por situações de transição: camponês rico em processo de acumulação e semi-proletários ou camponeses parciais” (IDEM, p.224).

No desenvolvimento capitalista na Rússia, Lênin identificou três tipos de camponês: o camponês rico, médio e pobre. O primeiro subjuga não apenas o último, bem como, o camponês médio que não possui condições totalmente autônomas em relação a este, por não ter acesso amplo às tecnologias como o rico camponês e, por não contar com as relações de produção anteriores à entrada do capital na economia russa.

Face às considerações acima, concordamos com Neves (1985) quando propõe uma análise macro, não no sentido de desconsiderar as microanálises de Chayanov, mas de partir de escalas de influências maiores para se compreender o micro. Não se trata de suprimir o conceito de Chayanov, mas de valer-se de ambos para compreender uma dinâmica local, como o proposto neste trabalho.

1.3 Materialidade camponesa: Práticas produtivas e modo de produção do campesinato

As práticas produtivas e a finalidade da produção sempre desencadearam calorosos debates quanto ao modo de vida camponês. Para Chayanov dois fatores distinguem os meios de produção capitalista da produção camponesa: a primeira se embasa na exploração do trabalho assalariado e obtenção de lucros, enquanto a segunda é orientada para satisfazer as necessidades e a reprodução da família (ALTAFIN, 2007).

Altafin (2007, p. 3) deixa claro que as ideias de Chayanov “não negam o interesse da família agricultora em obter lucro com sua atividade produtiva, mas enfatiza que tal interesse está necessariamente subordinado à satisfação da família”. Observamos que, de certa forma, a economia camponesa gira em torno do trabalho da família sendo esta responsável por proporcionar a condição para se obter lucro, visto

que, neste modo de produção é considerado o tributo salarial, diferente da economia capitalista, em que a força de trabalho é determinada para a obtenção de lucro.

Na visão de Neves (1985) as ideias pré-concebidas são analisadas por dois fatores, o isolamento do camponês e a integração ao mercado. Muitos autores consideram que a desagregação camponesa ocorre a partir do momento que passam a se inserir no mercado, mas isso se torna um equívoco, pois o simples fato de alterar o modo de produção não significa o fim do campesinato. Ou seja, não existe isolamento total, existem forças externas que agem norteando as forças internas, afirma que “a diferenciação social não pode ser entendida como um processo unilinear, mas como um processo em construção não só no sentido que os agentes sociais não são homogêneos, mas também que a heterogeneidade é ela mesma constitutiva da dinâmica social e das diversas posições sociais” (NEVES, 1985, p. 239).

Mediante os novos contextos econômicos e sociais nos quais estamos inseridos, não podemos estudar o camponês e dizer que ainda há uma resistência total da reprodução do modo de vida, pois o processo de mudança altera o modo de produzir, a vida social e até a lógica familiar.

[...] mesmo integrada ao mercado e respondendo as suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido (WANDERLEY, 2004, p. 48).

Nesta lógica, o agricultor familiar permanece camponês “à medida que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão” (WANDERLEY, 2004, p. 48).

A organização financeira do camponês é identificada pela existência da relação de produção e consumo, cuja estabilidade acontece quando a relação de produção e consumo torna-se suficiente para suprir a necessidade das famílias, criando um equilíbrio para alcançar seu patamar de consumo.

O camponês teria por objetivo geral “atender a demanda de sua família, sendo que cada integrante contribuiria com sua força de trabalho para garantir a sua própria sobrevivência, sem receber remuneração” (LIMA, 2008, p. 57).

A modernidade obriga o camponês a adaptar seu modo de produzir com a pluriatividade do trabalho. Como coloca Wanderley (2004), muitos autores consideram esta pluriatividade como um processo gradual para abandonar as atividades agrícolas tradicionais ou até mesmo a perda da importância da reprodução familiar. A autora, porém, tem uma visão inversa, pois considera como uma estratégia familiar diversificar as atividades de produção fora do estabelecimento.

Assim, há uma distinção da pluriatividade exercida pelos membros da família. O trabalho externo é uma alternativa tanto do chefe de família, como dos filhos adultos e também das mulheres.

O trabalho externo do **chefe** do estabelecimento é a base da verdadeira pluriatividade. Um estabelecimento familiar é pluriativo se o seu chefe trabalha fora. Isso acontece porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou, quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho. O trabalho externo dos **filhos adultos**, que ainda moram sob o mesmo teto dos pais, provavelmente aponta para o processo de individualização e de busca de autonomia desses filhos rumo à constituição em breve de uma outra família ou de tornar tal filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro. No caso da **mulher**, o trabalho externo pode ter duas significações principais: às vezes, é o caminho pelo qual a mulher adquire uma maior capacidade de participar dos ganhos da família (ela contribui para a família com o dinheiro que ela mesma ganhou); às vezes, o que ela ganha é investido de alguma forma na produção ou destinado a pagar dívidas do estabelecimento familiar. Em outros casos, o trabalho externo da mulher tende a criar um distanciamento em relação ao estabelecimento familiar. É uma autonomia para fora, semelhante à individualização dos jovens. É como se ela tivesse sua própria profissão e fosse apenas a esposa do agricultor (WANDERLEY, 2004, p. 53, grifos nossos).

O trabalho externo é visto por alguns como o fim do campesinato, uma vez que a conquista da autonomia financeira pode significar a desagregação da família, do ponto de vista de unidade de trabalho. Todavia, estas práticas de buscar outras atividades são necessárias, pois na verdade estas famílias buscam formas para obter recursos e se manter na sociedade.

No modo de vida camponês, o trabalho confunde-se com o cotidiano, o que altera, às vezes, seu modo de vida para enquadrar-se na modernização. Podemos dizer que o termo de agricultura familiar é a profissão da agricultura camponesa. Na visão de Wanderley (2004, p. 46), “o camponês tradicional não tem propriamente uma profissão; é o seu modo de vida que articula as múltiplas dimensões de suas atividades”, conforme é compreendido por Marques (1994, p. 24),

O modo de vida corresponde à forma particular de um grupo social manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições de existência desempenham um importante papel. A diferenciação entre os modos de vida sob o capitalismo está relacionada à forma como esse modo de produção se reproduz, incorporando e redefinindo práticas sociais com temporalidade e ritmo de movimentos próprios (MARQUES, 1994, 24).

O que modifica a agricultura camponesa é o saber tradicional, que resgata e valoriza a sabedoria dessas comunidades camponesas. Os saberes instituem uma riqueza de conhecimento, por isso a expulsão dessas famílias para a cidade provoca a perda desse conhecimento que é motivado pelos valores culturais.

No ritmo de vida das famílias tradicionais, o tempo é primordial “para o trabalhador rural, que lavora de sol a sol, e cujas tarefas se completam em períodos mais longos, só se perfazendo, na verdade, segundo o ciclo germinativo” (CÂNDIDO, 1971, p. 123). O mês para estas famílias não são fundamentais, como para o trabalhador assalariado, “as contas se fecham ao cabo do ano agrícola e para quem os trinta dias nada significam” (IDEM, p. 123).

O ritmo de sua vida é determinado pelo dia, que delimita a alternativa de esforço e repouso; pela semana, medida pela ‘revolução da lua’, que suspende a faina por vinte e quatro horas, regula a ocorrência das festas e o contacto com as povoações; pelo ano, que contém a evolução das sementes e das plantas. [...] a sua atividade favorece a simbiose estreita com a natureza, funde-o no ciclo agrícola, submetendo-o à resposta que a terra dará ao seu trabalho, que é o pensamento de todas as horas (IDEM, p. 123).

Conforme descreve o autor, o tempo de despertar pode ser caracterizado da seguinte forma:

O despertar é geralmente 5 horas, seguido de pequena refeição e a ração de milho às criações. Parte-se então para o local de trabalho, raramente encostado à casa, quase sempre distante 200 a 1000 metros (e mais). A faina encetada vai até o pôr do sol, resultando uma jornada de 12 horas no verão, de 10 no inverno, interrompida pela altura das 8 h 30 m por meia hora, para almoço, e cerca de uma hora pelo meio-dia, para merenda e repouso. Chegando em casa, o trabalhador dá milho às criações, lava as mãos, o rosto, os pés e janta, das 19 h em diante. Às 22 h ninguém mais está desperto, e a maioria já se deitou pouco depois das 20 (CÂNDIDO, 1971, p. 123).

Como unidade de tempo, utilizam o ano agrícola que define a orientação, especificando as possibilidades e empecilhos econômicos, bem como a marcação do ano seguinte. “O ano para estas famílias começam em agosto, com o início das operações de

preparo da terra e termina em julho, com as últimas operações da colheita” (IDEM, p. 124).

Ainda dentro do universo de trabalho do camponês, podemos compreender o aspecto de seu instrumento de trabalho. No passado, as principais ferramentas de trabalho usadas eram a foice e a enxada, depois o enxadão e a cavadeira, enquanto a técnica do arado era mais rara, cuja sua posse significava melhor situação econômica, pois necessitava pelo menos um par de cavalos ou de burros (CÂNDIDO, 1972). Geralmente, as famílias que não tem condição de ter um arado, quando necessário, pedem emprestado e a forma de pagamento é convertida em dias trabalhados, conforme aborda Cândido (1971, p. 126) “retribuindo cada dia de utilização com três dias de trabalho de foice, enxada, cavadeira ou colheita de milho”.

Para o desenvolvimento das atividades no lote, havia divisão sexual do trabalho, entre homens e mulheres, consistindo em:

Elas manejam todos os instrumentos, mas não o arado, privativo dos homens. A limpa do milho é feita por homens e mulheres; a colheita, apenas por eles. No feijão uns e outros plantam, limpam e colhem; mas a malhação é feita por eles. Uns e outros plantam, limpam e cortam o arroz; ainda aqui, porém, a malhação é tarefa masculina. No algodão, no café, na horta, no tratamento da criação, as tarefas são comuns. Nas roçadas, geralmente as mulheres só trabalham nas glebas fáceis (CÂNDIDO, 1971, p. 126).

Outro fator importante quando nos referimos ao camponês, é o valor do tempo, o tempo da natureza. Pois o ser camponês é aprendido pela tradição, pela sociabilização, diferente do agricultor capitalista que se baseia na tecnologia e na informação para torna-se profissional da agricultura.

O camponês tem uma relação de dependência com a natureza, usam o senso comum para as práticas agrícolas, através dos conhecimentos adquiridos. Podemos destacar alguns fatores que afirmam esta relação próxima com a natureza.

O fato de controlar o próprio tempo torna o camponês soberano quanto ao desenvolvimento de suas atividades laborais, que são desempenhadas conforme suas necessidades pessoais. Desta forma, o camponês não possui um compromisso pré-estabelecido com horários e datas, todavia, mesmo dispondo desta flexibilidade, usualmente as jornadas de trabalho do campo superam as jornadas da cidade.

As práticas produtivas desenvolvidas no campesinato, muitas vezes, ainda são processadas de forma rudimentar, haja vista a dificuldade de acesso a máquinas e a novas técnicas. Em contrapartida, o camponês fortalece os saberes-fazeres, transferindo-os entre gerações.

1.4 Relação econômica e comercialização camponesa

Apropriando-nos das ideias de Cândido (1971, p. 140), “a vida do pequeno agricultor depende do equilíbrio que puder manter, de um lado, entre o volume da produção, os gastos em dinheiro e, de outro, o consumo familiar e as vendas”.

A modificação do sistema econômico e o fim do regime de autossuficiência econômica do camponês acabaram com a independência que tinha para abastecer sua própria necessidade alimentar. Conforme Tavares dos Santos (1978), no modo de vida tradicional, a roça garantia os meios necessários para a sobrevivência, assegurando a reprodução da força de trabalho familiar, permitindo que o camponês arque com todas as consequências da produção de mercadoria. Muitos alimentos que antes eram produzidos pelos camponeses, agora são adquiridos por meio de compra na dependência do mercado.

Trata-se, pois, de um acentuado incremento de dependência, que destrói a autonomia do grupo de vizinhança, incorporando-o ao sistema comercial das cidades. E, ao mesmo tempo, uma perda ou transferência de elementos culturais, que antes caracterizavam a sociedade caipira na sua adaptação ao meio. Desapareceram, ou estão desaparecendo: tipiti, prensa de mandioca, monjolo, moinho, engenhoca, pilão de pé, prensa manual, assim como as técnicas correspondentes. Não tardará o dia em que desapareçam também os pilões de mão, fornos de barro, peneiras, que ainda representam os restos do equipamento tradicional (CÂNDIDO, 1971, p. 142).

Na atualidade, o homem encontra-se cada vez mais vinculado à economia, devido ao avanço das técnicas e dos hábitos criados por esta dependência. Podemos pegar, como exemplo, a técnica das prensas de cana que, em 1948, era frequente, mas que, em 1954, desapareceu (CÂNDIDO, 1971).

As novas necessidades têm grande importância na configuração da mudança de cultura, pois esta se apresenta, sob certos aspectos, como restrição, ampliação ou redefinição de necessidades. Uma importante necessidade alimentar, como a carne, sofre severa restrição, pois a diminuição da caça não

é compensada por um abastecimento regular de carne de vaca (IDEM, p. 180).

Essas modificações são consequência do sistema capitalista, que cria um novo modelo de sociedade, envolvente, com vários atrativos, muitas vezes desnecessários para nossa sobrevivência, voltados apenas para o consumo em massa, e por conseguinte ampliando o capital. O homem rural torna-se dependente cada vez mais da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manusear os próprios alimentos (CÂNDIDO, 1972).

Ocorre, ultimamente, a substituição ou eliminação de algumas atividades perpetradas pelas populações rurais, como a plantação para subsistência, uso de plantas medicinais e a caça. Desta forma, eventos que poderiam contribuir na renda do camponês, como a comercialização de condimentos, frutas e até mesmo do próprio frango caipira, acaba prejudicada por esta substituição, já que o mercado local oferece estes mesmos “sabores” de forma prática e rápida.

Por hora, observamos mudanças de hábitos nas famílias camponesas que vê novos aparatos tecnológicos adentrarem suas terras e casas fazendo parte de sua rotina. Desta forma, gradativamente, o conhecimento técnico que forma o seu acervo cultural próprio, também encontram técnicas e conhecimentos novos, que num mundo diferente, “compensarão a atrofia da sua cultura, pela sua incorporação a uma cultura nova” (CANDIDO, 1971, p. 180).

Há, de certa forma, uma cíclica necessidade do camponês de atender as exigências da cidade, o que corrompe tenuemente a autonomia campesina, aproximando-a da economia desenvolvida nestes centros. Essa integração ao mercado provocou a ruptura desse sujeito com sua tradição, o que Wanderley (2004) chamou de princípio do rendimento indivisível.

Ao se integrar ao mercado, nas condições modernas de produção, a unidade familiar introduz, em seu funcionamento, a necessidade de pagamentos diferenciados – recursos que têm destinos diferentes para compra de máquinas e insumos, para o pagamento de juros bancários e eventualmente da renda da terra ou do trabalho assalariado complementar à família (WANDERLEY, 2004, p. 51).

Além desses pagamentos diferenciados, o consumo também passa a ser frequente, compra-se cada vez mais desde utensílios, roupas, “bugigangas” e até mesmo alimentos. Estes novos elementos que integram o modo de vida camponês, que são

totalmente desvinculados da vivência tradicional, pressupõem a necessidade de um equilíbrio financeiro, havendo a necessidade de mensurar receitas e despesas. Como consequência, precisam vender mais, pois a necessidade destes elementos inexistia até pouco tempo atrás.

O novo contexto vivenciado pelos camponeses está carregado de elementos materiais e imateriais dificultando a sua sobrevivência e sua permanências na terra, pois, antes, suas relações eram baseadas numa economia mais fechada, menos dependente das relações externas, mas na atualidade têm estado cada vez mais subordinados ao capital e a novas relações com o mercado, as políticas públicas, a cidade, o sistema financeiro, etc. A dificuldade em se relacionar com este “novo” deve-se ao estreitamento entre as obrigações assumidas e as necessidades domésticas, desta forma, o desafio seria equilibrar as condições internas e externas de forma que ambas possam ser alinhadas.

Visando este equilíbrio, nota-se uma reorganização da vida familiar, na qual a maior parte dos produtos destinados aos bens de consumo passam a ser obtidos por meio da compra, como menciona Cândido (1971, p. 168) “os que se produziam no âmbito doméstico cedem lugar a substitutos proporcionados pelo comércio”, inclusive as relações de trabalhos sofrem alterações recorrentes da implementação das técnicas.

As influências urbanas estimulam as mulheres a buscarem um jeito mais fácil para desenvolver suas atividades no lote. Cândido explica detalhadamente esse processo.

A mulher que vê a possibilidade de escapar ao esforço penoso de pilar arroz começa a achar insuportável esta tarefa e a se sentir diminuída quando a executa, enquanto nas formas retrógradas de vida caipira êste e outros esforços mais duros são aceitos sem discussão, visto como não há alternativas (CÂNDIDO, 1971, p. 181).

Ainda afirma que, “todas as vezes que surge, por difusão da cultura urbana, a possibilidade de adotar os seus traços, o caipira tende a aceitá-los, como elemento de prestígio” (CÂNDIDO, 1971, p. 181). Desta forma, “este não é mais definida em função da estrutura fechada do grupo de vizinhança; mas da estrutura geral da sociedade, que leva à superação da vida comunitária inicial” (IDEM, p. 181).

Assim, a adaptação às novas estruturas societárias foi necessária para a continuidade das relações de produção, houve a substituição das atividades

desenvolvidas no interior da comunidade camponesa, antes baseada na econômica fechada, pela relação com o externo, devido às novas estruturas cunhadas para atender a modernidade.

No modo de vida tradicional das famílias camponesas, a mobilidade era fundamental para manter as relações e hábitos das famílias, mas, atualmente, é vista como forma de abandono da cultura tradicional, tanto pela incorporação de novos padrões regulados pela agricultura moderna, ou pela incorporação do proletariado urbano, conforme aborda Candido (1971).

Ainda afirma que o ritmo tradicional de vida vai modificando a partir do momento que estas famílias vão se reorganizando para atender as demandas do mercado, assim vão surgindo situações inéditas, como a necessidade de um orçamento com base na economia doméstica, o valor crescente do dinheiro, que antes era quase ausente, agora corresponde ao incremento de compra e venda, o consumo de bens produzidos *in loco* e a troca de bens e serviços (IDEM, 1971).

Na sociedade capitalista, o dinheiro adquire um significado diferente, é visto como um veículo para a acumulação, conforme abordar Harvey (2006). Essa situação “impõe um mínimo de racionalidade, manifestada pela previsão, pela ordenação (por embrionária que seja) de uma receita e de uma despesa, pois a avaliação monetária se estende a setores cada vez mais numerosos (IDEM, p. 168)”.

Esse ritmo era determinado pelas necessidades econômicas e havia outros focos de interesses para satisfazer suas necessidades pessoais, “ocupava-se com a vida comemorativa, a vida mágico-religiosa, a caça, a pesca, a coleta, as práticas de solidariedade vicinal” (IDEM, p. 169). Apresentavam autonomia econômica, sistema de posse e uma mobilidade espacial que, juntas, formavam um conjunto de circunstâncias que não exigia tanto esforço físico para desenvolver suas atividades.

Desnecessidade do dinheiro, nível vital mínimo, terras férteis de amanho fácil e produtividade normalmente exuberante. E este conjunto de circunstâncias favorecia tanto o melhor ajustamento ecológico possível a uma situação alimentar medíocre, quanto à integração social mais plena (CÂNDIDO, 1971, p. 169).

Diante da nova dimensão econômica, a situação antiga da vida tradicional sofreu um desequilíbrio, principalmente com a expansão do mercado capitalista, que força o camponês a se enquadrar no sistema, exigindo mais esforço físico e atrofia das formas

coletivas de organização do trabalho, o que impede que as relações de sociabilidade sejam vividas intensamente. Há certos julgamentos que consideram a mobilidade camponesa como um processo de desenraizamento, no entanto, estes eram convergidos para as aspirações pessoais e coletivas, no intuito de obter melhores condições de vida, até mesmo a cidade foi uma alternativa, conforme Cândido (1971).

O trabalhador é projetado do âmbito comunitário para a esfera de influência da economia regional, individualizando-se. Condição de eficácia e, portanto, sobrevivência, é a renúncia aos padrões anteriores e aceitação plena do trabalho integral, isto é, trabalho com exclusão das atividades outrora florescentes e necessárias à integração adequada. Quem não faz assim deve abandonar o campo pela cidade, ou mergulhar nas etapas mais acentuadas de desorganização, que conduzem à etapas mais acentuadas de desorganização, que conduzem à anomia (IDEM, 1971, p. 170).

Os trabalhadores rurais ainda têm duas opções a serem seguidas:

Ou renuncia ao estilo tradicional de vida e se absorve de todo nas tarefas econômicas, seja como indivíduo, seja com a família, para poder deste modo manter um equilíbrio ecológico mínimo e preparar a integração em um novo sistema social, aberto e amplo; ou deverá renunciar ao mínimo de autonomia que a situação de parceria lhe assegura, passando ao salariado rural e urbano, se não à fome, pura e simples (CÂNDIDO, 1971, p. 170).

O camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção e trabalha com os mesmos. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Nessa condição, venderá seus produtos para adquirir outros, qualitativamente diferentes, que possam satisfazer suas necessidades de consumo individual ou produtivo (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Marx apud Harvey (2006) considera que a relação entre salário e força de trabalho camponesa não busca o lucro e nem a renda, a lei do valor não se cumpre para a produção camponesa, porque uma parte do trabalho excedente camponês é reprimida gratuitamente a sociedade. No geral, a produção camponesa tem por objetivo o sustento, conforme a fórmula da circulação de mercadoria: M-D-M.

Assim, a produção camponesa realiza o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, ou seja, o processo de vender para comprar, culminando o ciclo na obtenção de valores de uso; a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida na esfera do consumo do camponês. O processo de trabalho

camponês vai obedecer a essa lógica econômica (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 70).

Na perspectiva da formação de renda na economia, não existe renda absoluta, para Marx, quando os camponeses cedem parte de seu trabalho excedente à sociedade e acabam permitindo o preço comercial regulador, enquanto Chayanov questiona se a renda é um fenômeno geral.

Segundo Pontes (2005, p. 39), o ponto de embate entre Marx e Chayanov é a teoria da diferenciação demográfica e a teoria da diferenciação social. Na visão neo-populista de Chayanov, “o camponês não tende a ultrapassar um limite fixado por certas necessidades das quais depende o grau de exploração de sua força de trabalho”, o que se deve pelo fato do camponês ter autonomia e liberdade para produzir. Já que a mão de obra é totalmente familiar, quando há um excedente, o equilíbrio se restabelece mediante uma redução, no ano subsequente, da deterioração de energia. Na visão marxista, por sua vez, quanto mais o camponês estiver inserido no mercado, “novas necessidades serão criadas continuamente e todo o excedente em forma de dinheiro poderá ser utilizado de várias formas” (p. 39).

Para Marx apud Harvey (2006) o camponês é um “jogador oportunista”, ou seja, não há um modo de produção dominante para esta classe, e considera que os mesmos buscam diferentes modos de produção para se desenvolverem. Chayanov, por outro lado, vê o camponês como “conservador”, e considera sua economia como modo de produção específica. Não podemos esquecer que o camponês tradicional consegue resistir ao novo contexto socioespacial, como também está se adaptando e incorporando elementos modernos no seu modo de vida, para a constituição do seu lugar.

1.5 Imaterialidade camponesa: Relações de sociabilidade

A incorporação progressiva dos agrupamentos rurais à esfera de influência da economia capitalista pode ser visto através de alguns aspectos que são considerados por Cândido (1972), como importantes para compreender as alterações na vida tradicional, tais como: o aumento da dependência econômica, que impõe um novo ritmo de trabalho; o condicionamento de uma nova reorganização ecológica, transformando a relação com o meio e possibilitando aberturas para novos ajustes; consequentemente, os

elementos materiais e imateriais são alterados, o que ocasiona a criação de novos papéis e novas posições sociais, provocando modificações estruturais.

Corroboramos com o autor, quando afirma que todas as mudanças no ritmo da vida tradicional do campo, no que tange a parte material ocorre em função das alterações no plano econômico. As mudanças ocorrem tanto na esfera material quanto na imaterial. Na primeira, o rompimento com a vida tradicional se opera pela função das alterações decorrentes no plano econômico, enquanto a segunda, pode ser vista pela diminuição da sociabilização. Entre elas podemos destacar a realização de festas e as relações de vizinhanças que vão deixando de existir. Embora haja o rompimento dos elementos tradicionais de vida, o camponês tem a alternativa de permanecer ou de transformar por meio das novas relações desenvolvidas com o meio.

O que diferencia o camponês do trabalhador assalariado é a autonomia, fator primordial para a reprodução do modo de vida, pois aquele tem o direito de aceitar ou não as técnicas impostas pela sociedade, através do processo de modernização.

A mão de obra familiar não é elemento suficiente para distinguir agricultura camponesa de agricultura capitalista, na verdade o que a define é o processo produtivo que envolve todas as relações interna, baseada nos elementos trabalho, terra e família.

[...] são categorias centrais do mundo camponês, basicamente porque uma não tem sentido sem a outra, e, mais, delas é que valores como moral, a liberdade, a comida, a autonomia extraem seu sentido e dão ao campesinato uma sociabilidade completa. Ser camponês é ser uma pessoa por inteiro e única, que no assentamento é reconhecida pelo nome, pelo apelido, pelo estilo de vida que expressa *habitus* não como tradição, mas como manutenção, renovação e inovação (ALMEIDA, 2006, p. 6)

A terra é vista como trabalho e também como moradia. A sobrevivência da família é garantida pelo trabalho familiar, de acordo com suas necessidades. É o lugar onde os camponeses conseguem se identificar e dar continuidade ao projeto de vida. O fato de utilizar o trabalho familiar para a produção faz com que o camponês tenha a posse dos meios de produção e realize o trabalho na unidade produtiva, cuja produção pode ser direcionada para a subsistência ou para o mercado.

O fato de possuir terra e instrumentos de trabalho faz da família camponesa, além de produtora de excedente, também produtora para autoconsumo, diferentemente da produção coletiva calcada na divisão do trabalho. O ideário da produção para autoconsumo ou mercado simples implica numa autonomia, porque são os camponeses

os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, grande parte de camponeses despossuídos de terra almejam alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia (FABRINI, 2006).

De acordo com Cândido (1971, p. 36), a sociedade caipira⁵ tradicional estabilizou as relações com o meio devido ao ordenamento das técnicas, com “o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital”, sendo relacionados ao modo de vida fechado, baseado na economia de subsistência. O modo de vida dessas famílias assimilou e conservou os elementos condicionados pelas suas origens nômades, cuja combinação de traços culturais indígenas e portugueses acabou conservando as características de uma economia permeada pelas práticas de presa e coleta (IDEM, 1971).

As condições de vida da sociedade tradicional são denominadas por Cândido (1971, p. 44) como economia fechada, “baseada no trabalho isolado ou na cooperação ocasional, exprimindo uma forma retrógrada de ajustamento ao meio”. Para o autor, a dispersão dos grupos beneficiou a sustentação da economia de subsistência, “constituídas dos elementos sumários e rústicos próprios do seminomadismo” (IDEM, p. 44).

É justamente através do uso dessas técnicas rudimentares que essa comunidade foi encontrando condições para sobreviver. Nessa época, a cultura desenvolvida por essas famílias eram implementadas no meio, cuja técnica utilizada era de acordo com as condições de vida. A queimada era necessária, não tinha outra opção, era desenvolvida de forma contínua, já que suas intenções era agir de forma rápida para continuar a produção.

A agricultura extensiva foi uma solução encontrada pela sociedade tradicional para estabelecer um equilíbrio ecológico e tentar ajustar a necessidade de sobrevivência à falta de técnicas para proporcionar um rendimento maior da terra, condicionando-a a uma econômica fechada, fator de preservação de uma sociabilidade estável e pouco ativa.

⁵ Antônio Cândido, em sua obra “Os parceiros do rio bonito (1971)”, utilizou o termo caipira para estudar uma comunidade tradicional que vivia no interior do Estado de São Paulo. Lembrando que a presente pesquisa utiliza o termo camponês como correlato.

Segundo Candido (1971), a comunidade tradicional tinha o equilíbrio ecológico e social devido às condições primitivas do meio, como a facilidade de acesso a terras virgens, abundância de caça, pesca e coleta, pouca densidade demográfica, limitando a concorrência vital. Quando os recursos de um meio se esgotavam, a mobilidade proporcionava a recriação do meio para garantir o equilíbrio.

O caipira desprende-se do meio, considerado como integração total dos elementos naturais, reajustando-se a meios parciais, desarticulados, e não mais fundidos na unidade ecológica dantes característica do seu equilíbrio. A um ajustamento total, sucede uma pluralidade de ajustamentos (CÂNDIDO, 1971, p. 177).

O rural passa a pertencer a uma ordem de atividades e representações diversas da mata, cujo interesse é mais relacionado ao comércio do que a caça. Outros meios são desconjuntados, instituindo novos elementos, conforme os interesses.

Em lugar de um meio contínuo e íntegro, base da subsistência, da recreação, da magia, da comemoração, da lenda, surgem meios desarticulados e em certa medida autônomos, definindo um dilaceramento na atividade do homem rústico, todo concentrado agora na preservação do mínimo ecológico por meio da agricultura comercializada (CÂNDIDO, 1971, p. 177).

Esse novo meio provoca a perda de autonomia para estas famílias, passando a depender das novas esferas de relações, de acordo com o setor de vida considerado. Isso muda toda a realidade da família, pois o desenvolvimento das relações comerciais muda a dependência ecológica. Houve uma estruturação da forma como as coisas são encaradas e vistas pela sociedade, como o simples fato das atividades agrícolas dependerem de relações intragrupo, o contato da religião nos bairros, consumo que amplia o mercado (IDEM, 1971).

De acordo com Cândido (1971, p. 62), a sociabilidade das famílias tradicionais é estruturada pela aglomeração de famílias, mais ou menos unidas pelo “sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas”. Neste contexto, o trabalho coletivo é importante para o desenvolvimento das relações familiares através da ajuda mútua. Para Cândido (1971, p. 67), “a obrigação bilateral é aí elemento integrante da sociabilidade do grupo que, desta forma, adquire consciência de unidade e funcionamento”.

A organização dessas atividades consistia em convocar os moradores para ajudar em determinado trabalho, quando necessário, como limpar área, plantar, colher,

construção de casa, entre outros. Geralmente, o morador que recebeu ajuda retribuí com uma festa para comemorar e agradecer aos vizinhos pela solidariedade. Segundo Fabrini (2006), a ajuda mútua pode ocorrer também pela troca de serviço, bem como a troca de alimentos no interior da comunidade.

A ajuda mútua não consiste apenas na troca de dias de serviço, mas também na partilha de produtos da unidade de produção como sementes, alimentos, utilização de máquinas, prestação de serviço de transporte, enfim uma variedade de trocas realizadas no bairro rural não regulada por relações mercadológicas (FABRINI, 2006, p. 85).

A ajuda mútua existente entre os camponeses contribuía para a formação de uma rede de relações, “ligando uns aos outros habitantes do grupo de vizinhança e contribuindo para a sua unidade estrutural e funcional” (CÂNDIDO, 1972, p. 69). Outra finalidade do mutirão é executar rapidamente uma tarefa do ciclo agrícola.

Geralmente, a união em massa das famílias camponesas acontece em casos específicos, como festas e mutirão, mobilizando todos a participar das atividades. O mutirão não possui “aspecto virtualmente contratual do trabalho coletivo ou da troca individual de serviço, liga-se frequentemente a atividades festivas promovidas pelo beneficiário ou, pelo menos, a distribuição de alimento” (IDEM, p. 128). O mutirão entre os camponeses é movido pela solidariedade e pelo espírito comunitário, geralmente é solicitada quando:

Não é capaz de dar conta do serviço somente com sua família, o camponês pede auxílio ao vizinho, havendo expectativa de que retribua com um tempo de trabalho equivalente. Essa distribuição é feita de modo particularizado, diretamente do camponês que recebeu ajuda aquele que a forneceu, seguindo um critério comum, o tempo de trabalho medido em jornadas (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 36).

Além do mutirão, no campesinato também ocorre o trabalho acessório, caracterizado por Tavares dos Santos (1978, p. 37) como a “transformação periódica do camponês em trabalhador assalariado, recebendo por jornada de trabalho”. Sua ocorrência sucede “quando o número de membros da família é suficiente para a realização das tarefas da unidade produtiva, liberando um de seus membros para trabalhar fora” (p. 38). O camponês enfrenta o trabalho acessório com complemento da renda familiar, não aceita ser subordinado a um patrão. O fato de estar usando a força de trabalho, não implica na perda de sua condição camponesa.

Outro fator que determina a sociabilidade das famílias tradicionais é a religião, que, de certo modo, acabam se unindo através dos encontros da comunidade, contribuindo para o fortalecimento das relações entre as famílias. O fato de ir às missas aos domingos, cultos religiosos em determinados dias da semana, os festejos religiosos, todos estes fatores contribuem para a manutenção e fortalecimento da sociabilidade camponesa. Assim, para Cândido (1971), a união do trabalho e da religião é fundamental para garantir o funcionamento do grupo de vizinhança, que passa a ser visto como unidade à medida que as famílias vão participando do sistema destas atividades.

A unidade camponesa é voltada para diversidade da produção de alimentos, com um sistema tradicional de produção denominado policultura-pecuária que, ao longo do tempo, houve a combinação de distintas técnicas contribuindo para seu aprimoramento (WANDERLEY, 1996). Para a autora, a evolução desse sistema tradicional está relacionada ao empenho das famílias para aperfeiçoar a diversidade de produção através da “introdução de novas culturas, até o limite da supressão das áreas de pousio, seja pelo aprofundamento da relação entre as culturas e as atividades pecuárias efetuadas no estabelecimento” (IDEM, p. 3).

A utilização desse sistema define a autonomia e acesso a alguns bens de consumo para a classe camponesa, não há imposição do trabalho, ocorre de um lado uma exigência maior de trabalho intensivo dos membros da família, mas, por outro lado, as atividades requerem uma leveza na organização do trabalho. Essa autonomia camponesa gera a individualização do sujeito em função de suas necessidades, pois ele é o único que pode impor uma disciplina para desenvolver suas atividades (WANDERLEY, 1996).

[...] a persistência ou permanência do campesinato vai ser reafirmada pela imputação de atributos definidores do campesinato médio: presença básica do trabalho familiar, relação entre economia mercantil e autoconsumo, importância de valores familiares na organização da produção e nos pressupostos da reprodução (NEVES, 1985, p. 225).

O fato dos camponeses não se enquadrarem no modo de vida da sociedade capitalista, não justifica a conotação depreciativa cunhada pela sociedade, visto como responsável pelo baixo nível de vida, porém, esquece que estas famílias procuram viver no seu tempo e espaço, de acordo com suas necessidades.

Neste sentido, corroboramos com Cândido (1971) quando afirma que as determinantes econômicas e culturais de um fenômeno não podem ser consideradas vadiagem, mas, sim, desnecessidade de trabalhar. As intenções dessas famílias eram plantar para sobreviver, independente da utilização comercial do produto, significando que “o equilíbrio da vida caipira, nos planos biológico e social, em torno de padrões mínimos que, encerrando o agricultor num círculo fechado, tornavam-se fator pouco favorável ao desenvolvimento de atividade intensa” (IDEM, p. 86).

Ainda afirma que, “o desamor ao trabalho estava ligado à desnecessidade de trabalhar, condicionada pela falta de estímulos prementes, a técnica sumária e, em muitos casos, a espoliação eventual da terra obtida por posse ou concessão” (p. 86). Como consequência desse processo, o lazer funcionava como fator positivo de equilíbrio biossocial. Desta forma, o lazer complementava a cultura caipira, uma “condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado no terreno ético, isto é, ser condenado ou desculpado, segundo é de costume” (CÂNDIDO, 1971, p. 87).

O camponês desenvolveu um mecanismo de sobrevivência a partir do equilíbrio ecológico e social, firmando seu jeito próprio de ser, cujo um estereótipo depreciativo, como Jeca Tatu e a expressão de atrasado, fora criado pela sociedade, devido ao seu modo de vida particular.

Todavia, entendemos que a referida situação ganha significado distinto, conforme o lado escolhido para a análise, por exemplo: a expressão de atraso vista pela vertente moderna, pode considerar absurdo o indivíduo não possuir um perfil em uma rede social, em contrapartida, para o trabalhador do campo, é incabível a preferência de um sujeito em passar horas em frente a um computador conversando com pessoas totalmente desconhecidas, a ter um bom diálogo com os vizinhos ou familiares. Cândido (1971) chama atenção para a formação dessa classe que refugou o enquadramento do salário e do patrão, em favor de sua independência precária da miséria.

Apoiamos-nos em Cândido (1971) ao dizer que a cultura do trabalhador rural não foi feita para o progresso, diferentemente da cultura moderna que se constitui a partir do processo capitalista que tem como foco principal a obtenção de lucro. Como afirma o autor, “a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das

formas de cultura por eles condicionada”. Desta forma, estas famílias dão continuidade ao seu modo de vida e conseguem sobreviver às formas essenciais.

O ritmo de vida tradicional faz com que a casa do camponês não se restrinja ao ‘centro’, “uma parte apreciável das atividades domésticas e do próprio conforto pessoal se processa no seu exterior, de modo que cada casa é, na verdade, núcleo de um pequeno sistema de moradia” (CÂNDIDO, 1971, p. 117). Segundo o autor, as atividades na casa podem ser concretizadas da seguinte forma:

As excreções e a higiene corporal se fazem fora, requerendo a bica d’água, provida das tábuas que permitem lavar a roupa. O milho é armazenado em paiol externo, e só o arroz e o feijão guardados na residência. A este mínimo se anexa quase sempre o forno de barro com a sua coberta de sapé; e ao conjunto é que se pode realmente chamar de habitação rústica (CÂNDIDO, 1971, p. 117).

A vida do camponês é regulada pelo ritmo da agricultura de semissubsistência. Os principais produtos cultivados eram o feijão, arroz e milho, como secundário a mandioca e raramente a batata-inglesa. O tamanho da área a ser cultivada e o êxito dependia da quantidade disponível de mão de obra, daí que se percebe o ônus de uma família grande, que acaba contribuindo para a viabilidade produtiva (IDEM, 1971).

1.6 O processo de reestruturação do capital

A revolução de 1930 desencadeou no Brasil uma série de movimentos, que, mas mais tarde viriam a refletir no campo de forma contundente. O mundo assistia a pujante ascensão do capitalismo, buscando identificar os fatores que faziam deste sistema perverso em momentos de crise e ao mesmo tempo sedutor com a possibilidade de acúmulo de capital.

A necessidade de tornar-se um país capaz de se autossustentar; de quebrar o domínio das oligarquias, incentivando a diversificação da economia nacional; e de se constituir um Estado Nacional povoando regiões isoladas, eram algumas das metas da Aliança Liberal.

A arquitetura a ser construída para o “novo Brasil” fundamentava-se na crítica ao modelo de dependência da monocultura exportadora. Assim, voltava-se para a construção de um mercado interno como base para um processo de substituição das importações. Caberia ao campo, dentro desse projeto, a produção de alimentos para os centros urbanos e de excedentes para a indústria.[...] caberia ao projeto de Estado a ação de povoar as áreas

periféricas, além de incorporá-las aos centros dinâmicos da economia, ainda preencheria os espaços vazios, reduzindo a fragmentação do território nacional (PEIXINHO, 2006, p. 113).

Diante deste cenário, o rural adquire uma nova conotação para o Estado, ou seja, em um primeiro momento estaria inserido na ideia de integração de Estado Nacional, com a proposta de expandir as fronteiras agrícolas, em um segundo momento tornaria a reserva autossustentável do país, por meio da produção de alimentos.

A partir da década de 1950, o espaço rural começou a sofrer intensas modificações, reflexo da modernização agrícola já em curso nos Estados Unidos. Em 1960 a 1970 houve o “milagre econômico”, em que o Brasil passava por um crescimento econômico, incentivado por capital estrangeiro no país, vinculando o campo a agroindústria.

Neste período, o país se reestruturou, buscando o reordenamento interno, tomou como carro-chefe da economia, a “modernização” da agricultura. Para isso criaram políticas governamentais, linhas de créditos, infraestrutura como a construção de rodovias e ferrovias para facilitar a tramitação de culturas, a construção de Brasília no Centro – Oeste e a criação de Programas que estimularam os produtores a investirem na agricultura nesta região.

De acordo com Ribeiro (1993), o Estado foi determinante para a ocupação de áreas no cerrado, integrando setores e disponibilizando recursos com fins estratégicos, visando assim o desenvolvimento e crescimento industrial.

Em Goiás, a economia agroindustrial estabeleceu um padrão de integração e desenvolvimento regional, constituindo-se como componente para o novo padrão territorial goiano, criando uma cadeia produtiva, organizada pelas crescentes divisões e interdependência de alguns agentes econômicos.

As empresas transnacionais foram fundamentais para a intensificação da modernização da agricultura, pois passaram a exercer o controle da produção e distribuição de sementes, agrotóxicos e implementos agrícolas, gerando uma concorrência desleal com os camponeses e pequenos proprietários pecuaristas (MENDONÇA, MESQUITA, 2002).

A modernização do território promoveu profundas transformações socioespaciais. De acordo com Mendonça e Mesquita (2002) o processo de

modernização da agricultura fez com que milhares de camponeses fossem expulsos da terra, em prol do agronegócio. Entretanto, na atualidade há outro elemento que está ameaçando os camponeses, o agrohídronegócio⁶.

É neste contexto, que a inserção das inovações tecnológicas gerou no campo a desterritorialização camponesa, pois não sabiam lidar com as técnicas modernas, não tinham experiência e houve o favorecimento das políticas públicas aos grandes proprietários, justamente para beneficiar a expansão do agronegócio. A expulsão dos camponeses se efetivou, “quando foram obrigados a ceder o direito de usufruto da terra aqueles que possuíam capital financeiro e experiência acumulada, portadores do progresso e do desenvolvimento, ou seja, o agronegócio” (MENDONÇA, MESQUITA 2002, p. 9).

Desta forma com o pressuposto de que a modernização está relacionada às inovações tecnológicas, a realidade acaba sendo omitida, perpetuando apenas atitudes inerentes a modernização da agricultura, ações que pressupõem “que os sujeitos sociais que habitavam essas áreas eram tradicionais e, deveriam ser removidos e/ou extirpados para dar lugar ao progresso” (MENDONÇA; MESQUITA, 2002, p. 5).

De certo modo o cerrado teve um caráter tendencioso de ocupação desde os primeiros movimentos, conforme palavras do então Ministro do Planejamento, Reis Veloso, ao lançar o Programa para o Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) em 1975,

Mas o cerrado não gosta de agricultura tradicional, e sim de agricultura empresarial, com inteligência. Gosta de fertilizantes, de tecnologia avançada e de mecanização. É uma oportunidade que temos de modificar a estrutura da exploração agrícola no Brasil (declaração publicada no Jornal do Brasil, em 14/04/1975, 1º caderno, Citado por PEIXINHO, 2006).

Para Graziano da Silva (1982) a modernização agrícola e o modo de produção, serviram apenas para concentração de renda e de terra, onde as relações de produção velhas foram substituídas por produção modernizadas, expandindo as fronteiras agrícolas.

De acordo com Mendonça e Mesquita (2002, p. 4) o discurso sobre modernização da agricultura se manifesta na modernidade, porém de forma

⁶ Ver sobre em MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; MESQUITA, Helena Angélica de. O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)existências.

conservadora, “porque expressa o movimento do capital na busca incessante pela produção do valor e mantêm a estrutura fundiária concentrada e cada vez mais excludente”.

Os camponeses que foram expropriados de suas terras, sem alternativas, tiveram que migrar para a cidade em busca do recomeço. Todavia, a dificuldade de adaptação surge como um grande problema, uma vez que as famílias camponesas não enxergam a cidade como lugar de vivência, pois as relações desenvolvidas são diferentes da realidade vivida no campo. A consequência é a busca do retorno ao campo, através da luta pela terra ou do trabalhado temporário.

Deste modo, a reestruturação do capital criou novas relações de trabalho e de produção, modificando a estrutura até então desenvolvida na sociedade. As consequências desse discurso é a expropriação dos camponeses, que para Mendonça e Mesquita (2002, p. 6) objetiva em,

Homogeneizar as diferentes formas de produzir, as diferentes relações sociais de trabalho, os conflitos e as contradições em torno da posse da terra, não contribuindo para decifrar e/ou compreender as múltiplas clivagens e contradições envoltas no processo social.

Assim, como o objetivo é modernizar o latifúndio, o elo mais frágil da sociedade é quem sofrem situações distintas diante da ação do capital, restando apenas aos camponeses à egressão do campo. É neste contexto que o Estado interferiu e incentivou a ocupação do Cerrado, que desde a época colonial era visto como pouco produtivo.

1.6.1 As novas dinâmicas oriundas da reestruturação do capital

O processo de mundialização do capital faz com que as relações econômicas se organizem a partir da nova dinâmica socioespacial, provocando progressivamente uma perca de ação por parte de Estados Nacionais para organismos globais. Segundo Sousa Moraes (2005), um rearranjo espacial vem ocorrendo em todo o globo, trata-se de um fenômeno contemporâneo provocado por elementos da chamada terceira revolução industrial, quais as flexibilidades e facilidades de conexão entre lugares permitem uma homogeneização de capital financeiro.

O processo de mundialização do capital produz novas dinâmicas sociais, políticas e econômicas, bem como a criação de novas análises sobre o conceito de território. De acordo com Moraes (2005), a definição de território forma-se através das relações simbólicas de trabalho, que o homem transforma a natureza, dando um caráter humano, modificando a si próprio e se neutraliza no mesmo compasso em que humaniza a natureza.

Na atualidade, a recomposição do ciclo de reprodução do capital acaba determinando um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, ocasionando impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho (MOTA; AMARAL, 2008, p. 2).

Na contemporaneidade, a configuração do território é determinada no interior do modo de produção capitalista, por tal argumento que os processos de ocupação e transformação do território brasileiro tem se caracterizado pela predominância da produção econômica e suas variadas transformações, em escala regional ou escala nacional.

Nesta perspectiva, surgem novas formas de domínio do capital sobre o trabalho. De acordo com Mota e Amaral (2008, p. 7) esse processo decorre em “reforma intelectual e moral, visando a construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética compatível com a sociabilidade requerida pelo atual projeto do capital”.

Os efeitos da inserção ampliada da economia podem ser verificados no urbano com o efeito da desruralização, já que a implementação de tecnologias e maquinários no campo, diminui a quantidade de mão de obra, fazendo com que estes indivíduos procurem as cidades para o trabalho. Isso ocorre, porque o sistema capitalista se apropria do lado mais fácil, visando a resistência mais fraca, cuja sobrevivência esteja relacionada à criação e existência de novos espaços para acumulação de capital, conforme Harvey (2006, p. 71) “o capitalismo ao descobrir o elo mais frágil das forças contrárias, aproveita deste para abrir novos campos para a burguesia acumular seu capital”.

Devemos levar em consideração que a sociedade capitalista objetiva-se transformando mercadoria em capital, desta forma, se constituem expulsando os

camponeses da terra, atirando-os na cidade para se virar com o mercado e a necessidade de sobrevivência.

O reflexo desse processo foi à evasão de 16 milhões de pessoas do campo, rumo à cidade, provocando o inchaço urbano, já que as cidades não tinham infraestrutura e planejamento para comportar estes intensos fluxos migratórios, como consequências, as populações despossuídas de terras, ficaram abrigadas em condições precárias de sobrevivência (RIBEIRO, 2003). Houve um crescimento significativo das desigualdades sociais, produzido pela dinâmica de crescimento econômico, que não produz a distribuição de seus benefícios, já que historicamente ocorre um financiamento público para a atividade privada, refletindo diretamente nos índices do Produto Interno Bruto (PIB).

Estas novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais, éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na da reprodução social. A direção dos processos políticos e a produção do consentimento de classe, para empreender mudanças, transformam-se nos novos baluartes da ação das classes dominantes, na atual conjuntura. Novas técnicas e tecnologias para o campo (MOTA; AMARAL, 2008).

1.6.2 Novas relações de trabalho e de produção

A alteração no plano agrário iniciou-se, na Europa, na transição do sistema feudal para o capitalismo, onde as famílias camponesas começaram a romper com o tradicional modo de vida característico da Idade Média.

Para Oliveira (2007, p. 17), anteriormente, na sociedade camponesa a única crise existente era quando ocorria um incêndio, uma má colheita ou até mesmo uma invasão de um exército inimigo. Pois neste sistema, a sociedade era economicamente quase autossuficiente, “porque não só produzia os produtos agrícolas necessários, como também construía ou fabricava os produtos fundamentais à sua sobrevivência”.

A relação de trabalho desenvolvida pelos camponeses baseava-se na fabricação de ferramentas produzidas para a cidade. Mas, no período da transição do feudalismo para o capitalismo estas relações de trabalho foram sendo alteradas, pelas indústrias urbanas e pelo comércio, que passaram a fabricar instrumentos e ferramentas que os camponeses não conseguiam produzir, da mesma forma que criaram novas necessidades

no meio agrícola, encurtando a relação cidade e campo. Outro fator responsável pela aceleração no processo de alteração das relações de trabalho foi o militarismo, que levou os filhos dos camponeses para cidade, colocando-os em contato com as novas necessidades urbanas (OLIVEIRA, 2007).

Assim, a desagregação da pequena indústria camponesa e o surgimento de bens desnecessários, porém, atrativos oferecidos na cidade criaram no interior do campesinato novas relações de trabalho e de produção, onde o dinheiro começou a ganhar mais importância. As relações de produção modificaram, segundo Oliveira (2007), os camponeses para conseguirem dinheiro tiveram que transformar seus produtos em mercadoria, para vender no mercado.

A partir da modernização da agricultura, as relações sociais de produção foram alteradas, criaram-se novas funções no campo, em substituição as tradicionais relações de trabalho desenvolvidas pelos camponeses. O uso das técnicas passou a exigir mão de obra qualificada, excluindo o trabalhador que não enquadrasse nos padrões estabelecidos pelo sistema, criando um novo perfil de profissional, tido como multifuncional.

2 A BUSCA PELO LUGAR

Os camponeses ao serem expropriados da terra, não viram alternativa a não ser ir para a cidade, perdendo assim a condição do lugar identitário. Um dos fatores que contribuiu para este processo foi à inserção do sistema capitalista no campo, que provocou a migração camponesa.

Contudo, os movimentos sociais de luta pela terra e sindicatos rurais ganharam força, orientando os camponeses para o retorno a terra por meio dos assentamentos, dando início às manifestações e acampamentos, em busca de terra de trabalho e de vida. Este processo é, quase sempre, longo e penoso, mas não significa a desistência das famílias, que mesmo diante das dificuldades, continuam lutando para obter a terra.

Este é o processo comum, também, às famílias do Assentamento Santa Rita que após a expropriação retornam a terra pelo assentamento, enfrentando dificuldades neste processo de retorno que envolve novas relações sociais e de produção.

2.1 A expropriação e o retorno dos camponeses à terra

A inserção do capitalismo no campo contribuiu para que a concentração de terra no Brasil se acentuasse, provocando um novo rearranjo espacial. Dentre estas, ressaltamos a acentuada concentração fundiária por meio da difusão dos latifúndios e o processo de modernização da agricultura, que culminou na expulsão dos camponeses da terra, obrigando-os a migrarem para a cidade em busca de moradia e emprego, fato que resultou em certa desestruturação urbana.

Este processo capitalista gerou o distanciamento da relação entre fazendeiro e camponês, que em sua maioria eram arrendatários, restringindo cada vez mais a dimensão econômica do segundo, criando nos fazendeiros, uma ideologia de transformações e organizações da terra através da modernização, totalmente voltada para o acúmulo do capital. Com isso, o avanço tecnológico passou a substituir o saber tradicional camponês, provocando a redução de mão de obra no campo e a desterritorialização de milhares de famílias.

A transição do feudalismo para o capitalismo, segundo Oliveira (2007) provocou o surgimento de uma relação de produção não especificamente capitalista, como a

criação da classe camponesa. Ainda ressalta que na concepção de Marx, o desenvolvimento do capitalismo levaria a eliminação desta classe, devido à superioridade técnica da grande produção, neste sentido o camponês tornar-se-ia subordinado ao capital, por não ter acesso à tecnologia.

Para Lima (2008, p. 54) essa concepção marxista acaba remetendo à contradição do capital, “onde a relação capitalista supõe a separação entre os operários e a propriedade, nas condições de realização do seu trabalho”. Portanto, a resistência do campesinato em permanecer e se reproduzir na terra expressa à contradição do sistema capitalista, pois criou e cria condições para a reprodução do camponês.

Alguns autores como Kautsky, Lênin e Weber vê o capitalismo como homogêneo e único, desta forma, a solução para a sobrevivência do campesinato é a sua inserção no mercado como agricultor familiar. Kautsky (1980) considera o modo de vida capitalista desestruturou o modo de vida camponês, destruindo suas práticas de autossustentação, criando uma situação de dependência e subordinação. O autor admite o fim da pequena produção, tanto pelo sistema do proletariado, quanto pela sua total desintegração.

Atualmente, mesmo que o camponês não tenha desaparecido como afirmava Kautsky (1980), ele foi expropriado das condições de produção de uma indústria doméstica, que o tornava independente para sua reprodução. Como consequência, o camponês tornou-se subordinado ao modo capitalista de produção, excluindo sua autonomia de produção e atendimento de suas necessidades para reinseri-lo conflituosamente, como trabalhador camponês dependente e subordinado ao modo de produção capitalista.

A discussão sobre camponês a todo o momento nos leva ao questionamento sobre a distribuição de terras no Brasil. Houve a exclusão destes do processo de modernização do campo, em muitos casos, nem são reconhecidos como parte integrante do sistema produtivo do país. O mundo rural se desestruturou devido às novas relações sociais criadas pelo desenvolvimento do capital.

A sociedade acaba atribuindo o motivo da expropriação aos próprios camponeses, não compreendem que eles não têm perspectiva de autoexploração, apenas tem o domínio de sua produção, quando se apropria totalmente de seus meios. Neste

contexto podemos nos amparar nas ideias de Oliveira (2007), quando diz que o capital cria e recria a existência do camponês.

O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e)migrações (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

O camponês busca dar continuidade no seu modo de vida, conforme coloca Fernandes (2004), contraditoriamente, eles destroem e constroem o capitalismo, embora em dimensão bem menor que a ação do capitalismo em destruir e construir o camponês.

Ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra, esses camponeses estão promovendo o desenvolvimento do capitalismo e suas estratégias de recriação (FERNANDES, 2004, p. 25).

Deste modo, o camponês através de suas ações, consegue “driblar” o capitalismo, permanecendo na terra e buscando meios para dar continuidade ao projeto camponês. Marques (2000) destaca que as principais alternativas para os camponeses terem acesso a terra é a migração para novas áreas e a resistência à apropriação por meio da luta. O desenvolvimento do campesinato não ocorre por meio de sua humildade, mas sim pelas diferentes formas de encarar o capital (FERNANDES, 2004).

O camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra. A maioria deles mantém alguma relação com o campo, seja ela mais próxima ou mais distante – relação direta de trabalho, vínculos familiares, relação de origem, etc. O que explica, em parte, a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade de trabalhador (MARQUES, 2008, p. 65).

Este retorno a terra para Farias (2006, p. 130) representa um estágio de amadurecimento de experiências anteriores, que marcaram suas trajetórias de vida, “responsável pela separação dos seus meios de trabalho e de subsistência e submissão ao capital e ao patrão”. A interlocutora relata o sofrimento e a dificuldade vivenciada pela família na época que o pai era assalariado.

Teve uma fase em minha vida, quando criança que marcou demais, não me esqueço até hoje. Meu papai trabalhava muito, nesta época nos morávamos em Paranaiguara, hoje a vida dos pobres está mais fácil que a vida dos pobres de antigamente, eu lembro que meu pai pegou um serviço numa fazenda, era pertinho, mais ele pegou por conta do patrão. Como pegou o serviço por conta do patrão, a carne que ia na marmita ele tirava, embrulhava até numa folha e levava para nós comer na janta. Às vezes ele falava, que lá em casa tava só o arroz e feijão, e às vezes uma abobrinha, que a gente plantava no quintal mesmo, então eu vou levar uma carinha para os meus filhos. Uma fase assim na vida da gente, que marca e, aí, a gente vê o tamanho da luta (Interlocutora 09).

A trajetória de vida do camponês sob o capitalismo é marcado pelas (e) migrações, conforme afirma Oliveira (2007), pois mesmo longe de seu local de origem, os camponeses voltam para a terra. Marques (2000) considera que o processo de “recampesinização” realizado pelo camponês ao retornar a terra, é marcado por “conflitos, ambiguidades e contradições”.

É como se lhes roubassem a liberdade de escolha, de organização da própria vida. Na verdade, se não lhes apresentam outras alternativas, optam pela luta e pelos enfrentamentos. É um processo duro, difícil e nem sempre totalmente desalienado (FARIAS, 2006, p. 130).

Podemos dizer, que a luta pela terra é responsável pela existência do camponês, sem esta luta eles deixam de existir. Parafraseando Lima (2008, p.52), “[...] a luta pela terra e pela reforma agrária é a melhor forma da (re) criação e do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra, ou seja, sem a luta este deixa de existir”.

Segundo Oliveira (2007) o camponês consegue através de luta, tanto no campo quanto na cidade, se impor por meio dos movimentos sociais e das pressões em busca dos direitos negados, considera-os como “pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto, apreenderam que só a luta garantirá no futuro, a utopia curtida no passado” (p. 153) por este motivo eles “avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for, não param” (p.153), estão em constante movimentação, têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Na atualidade o retorno do camponês ao lugar almejado só é possível pelo assentamento, cuja criação diz respeito à instalação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais. Podemos dizer que esta terminologia tenta ocultar uma ação anterior dos trabalhadores rurais, que sempre lutaram pelo direito

a terra. Para se enquadrar neste novo lugar, o camponês precisa assumir funções, inclusive em se atualizar para permanecer na terra, para ele o saber tradicional é que garante sua autonomia econômica.

O camponês tem um papel e lugar importante na sociedade capitalista brasileira, pois mesmo diante das dificuldades e alterações nas relações de produção e trabalho, conseguem resistir e permanecer na terra, através das manifestações realizadas no campo, e até mesmo na cidade.

2.2 Lugar almejado: o tempo de espera no acampamento

De acordo com Martins (2003) os atores que lutam pela reforma agrária viveram um processo de “desenraizamentos” e sofreram fragmentações. No entanto, não houve o rompimento da simbologia no modo de vida camponês. Essas famílias não buscam apenas um projeto de vida que vise a unidade produtiva, mas sim, a possibilidade de convivência com o lugar de viver. Por isso, a fase de acampamento é o momento onde as famílias buscam sua significação e (re) significação, a partir da vivência no lugar.

Desta forma, podemos visualizar o acampamento como um tempo de espera, mas conforme afirma Martins (2009, p. 78), também é visto como ameaça a família, “pela exposição a um mundo não conhecido e não dominado pelo saber camponês”.

O fato é que a decisão de aderir ao acampamento objetiva justamente a busca de um lugar para a família, mas esse lugar projetado é a terra a ser conquistada, não o acampamento. Por esse motivo, suportam a separação temporária entre os membros da família, as dificuldades e sofrimentos, pois percebem o acampamento também como caminho de acesso à terra (MARTINS, 2009, p. 79).

Os camponeses não se limitam à família nuclear, como destaca Martins (2003), é a partir da família extensa que o tempo de acampado se torna mais suportável. Algumas famílias assentadas relatam o estímulo para a persistência e as ajudas em forma de alimentos e dinheiro que recebem daqueles que permanecem em outros locais, inclusive a cidade, sejam pais, tios e irmãos.

O acampamento representa para estas famílias a esperança de serem donos da terra, de certa forma inaugurar um lugar e uma comunidade de resistência, mesmo que isso seja temporário, embora seja percebido como tempo de espera, tende a transformá-lo em lugar. Este comportamento permite que as famílias continuem lutando pela

permanência e acesso a terra, bem como resistam aos sofrimentos vividos (MARTINS, 2009).

O acampamento, embora se localize no espaço, é percebido como tempo: é um tempo localizado no espaço, demarcando a divisão entre um passado sem perspectivas e um futuro de possibilidades a partir da conquista da terra. Assim, temos o acampamento que representa um tempo de espera. Dessa forma, o acampamento caracteriza-se como um dos processos mais fortes de desterritorialização por que passam os colonos em busca da terra (MARTINS, 2009, p. 76).

As famílias possuem uma trajetória de vida anterior à entrada no assentamento, que representa sua identidade e origem. Esperam por meio do assentamento o retorno a terra em busca de um sonho que está condicionado à posse, “o sonho é, para o homem comum, mais do que sonhar” (MARTINS, 2008, p. 60).

Para Moura (1988, p. 39) o legalismo camponês é conquistado mediante a “luta para ser o proprietário jurídico da terra em que trabalha”. A intenção do camponês é “lutar por transformações sociais que lhe permitam melhores condições de ser tornar proprietário de uma parcela de terra” e não em lutar por uma sociedade nova (IDEM, p. 39).

Esta legalidade da qual trata a autora, é vista de maneira diferente para os trabalhadores assalariados, situação considerada como não-legalizada. Isso ocorre pelo fato de que estes trabalhadores vendem sua força de trabalho, foram expropriados dos meios de produção e do contato direto com a exploração do capital, restando apenas aos camponeses lutar por uma nova ordem social. Estes sujeitos aceitam se submeter ao sistema quando se conformam com as regras instituídas por eles.

Segundo Simonetti (1999) na realidade a expropriação do camponês é muito complexa, a começar pela alteração das relações de produção na década de 1960, transformando-os em assalariados. Essas modificações fizeram com que muitos camponeses transformassem em,

Populações sobrantes, desempregados, migrantes temporários que, mesmo na cidade, mantêm o vínculo com o campo, quer como moradores junto aos pais em pequenos sítios, ou eventualmente trabalhando como parceiros ou rendeiros em várias regiões do país, e também em situações específicas de trabalho na cidade (SIMONETTI, 1999, p. 115-116).

De acordo com Farias (2006), resta a estas populações utilizarem suas forças de trabalho, que por falta de experiência em outras atividades, são obrigadas a

desempenharem atividades diversas, muitas vezes desumanas, “são sobranças neste sistema capitalista que vai acumulando tudo, destruindo a vida, alastrando a fome e a miséria. O que lhe resta?” (IDEM, p. 130).

A busca pelo lugar almejado faz com que as famílias vão de encontro com o provisório, porém o acampamento é o não-lugar, são espaços provisórios e efêmero, espaços de ninguém, não geram identidades, cujos elementos simbólico, relacional e histórico não estão presentes. O que leva as famílias a acampar, são justamente a esperança e idealização de concretizar estes elementos no lugar próprio, que dá condições para que estas relações possam acontecer.

Por isso, enquanto acampadas, as famílias percebem o assentamento como a realização de um sonho, que está condicionada a posse de terra, buscam a reforma agrária no intuito de alcançar um projeto de vida camponês, diante da sociedade moderna. Neste sentido, corroboramos com Fernandes (1999, p. 135) quando afirma que o camponês continua a luta pela terra mesmo estando sujeito ao capital, pois a luta “fere seu âmago”... “a conquista da terra não deve ser transformada na condição única de produção de mercadorias, mas igualmente na produção da vida em sua plenitude, bem como do enfrentamento com o capital, para a recriação continuada do campesinato” (IDEM, 2004, p. 24).

O período de acampamento representa um tempo vivido pelas famílias, sendo lembrado pelas lutas em busca da consolidação do projeto de vida camponês, mas principalmente permanecem na memória os sofrimentos e as dificuldades.

No relato do Interlocutor 21, a conquista da terra foi realizada mediante muita luta e sofrimento no período de acampamento, ficaram 7 anos na beira da estrada no município de Rio Verde. Este período foi muito complicado, porque o tempo de espera foi grande, tiveram que vender os móveis para conseguirem permanecer na luta, “passamos fome, fome que não tinha nenhum grão de arroz para comer”. A família relatou que tem suas origens camponesas, sempre tiveram “contato com a terra”, pois os pais continuamente trabalharam no campo. Quando mudaram para a cidade, passaram muitas dificuldades, onde a falta de estudo pesou bastante na hora de conseguir um emprego e como tinham três filhos, o casal se revezava nos horários de trabalho para cuidar das crianças, posteriormente entraram na luta pela terra, conforme relata:

Quando nós morávamos na cidade, ele [esposo] trabalhava de pedreiro e eu trabalhava a noite, a gente tinha criança pequena e eu não tinha quem olhasse as crianças. Então combinamos, você trabalha durante o dia e eu trabalho a noite, a gente tinha 3 crianças morando com a gente, eu trabalhava a noite inteira e ele o dia inteiro. Quando tinha uns 4 anos que a gente estava assim, foi um pessoal do sindicato lá em casa, chamando a gente pra ir acampar, então fomos, falaram que em 3 meses estaríamos com a terra na mão. Foram 7 anos! 7 anos que ficamos em baixo de lona, lá nós quase morremos, até fome passamos (INTERLOCUTORA 21).

O encontro dos grupos na caminhada juntaram forças e esperanças, assim, o acampamento passou a ser uma realidade, com concretude. A Interlocutora 08 é natural de Cachoeira Alta – GO e morou a maior parte da sua vida no campo, aos 14 anos foi para a cidade de Rio Verde – GO, onde se casou e retornou para o campo em Montividiu – GO. O esposo trabalhava como tratorista, em uma das suas férias foi para Jataí, onde ficou sabendo através do cunhado, que o Sindicato estava organizando um movimento para conquistar uma área próxima ao município. Receberam o convite, ficaram tentados a juntar-se ao movimento, porém o esposo como trabalhou a vida inteira para grandes proprietários de terra, demonstrou certa resistência. Mas, a esposa logo aceitou o convite na expectativa de possuir a terra. De início foi para o acampamento com os dois filhos, depois o marido juntou-se a eles, ficaram acampados durante dois anos e meio.

O relato da Interlocutora 08 demonstra o anseio motivado pela possibilidade de obter melhores condições de vida através da autonomia e liberdade camponesa, “era um sonho que a gente tinha de ter uma terra para trabalhar, na época eu era recém-casada, morava em Montividiu como funcionária, isso tem uma diferença muito grande em ser empregador e ser empregado”.

É na fase do acampamento que as famílias passam a idealizar o lugar, representado pela abstração de algo que será realizado através da conquista da terra. Conforme relato da Interlocutora 08, o período de acampamento representou a única maneira de conquistar uma terra, por isso não desistiu do seu ideário, “coloquei na cabeça que eu ia para o movimento de reforma agrária e ia conquistar uma área para mim, mas essa área não vai ser só conquistar e parar não, ela tinha que dar fruto, entendeu!”. A busca por uma terra, não é vista como apenas um lugar para moradia, mas sim, a concretização de uma simbologia presente na trajetória de vida de cada família.

2.3 Dificuldades vividas na fase inicial do assentamento

A partir das dificuldades vividas na trajetória de luta pela terra, que as famílias do P.A. Santa Rita vão construindo suas identidades e seu lugar de viver. Por meio dos relatos pudemos perceber que sua caminhada foi marcada por sofrimentos, mas, ao mesmo tempo estes conflitos contribuíram para o fortalecimento da unidade familiar, alimentando a esperança de obter acesso a terra.

Dentre as entrevistas, uma em especial elucidou bem o motivo das famílias resistirem e permanecerem no assentamento, especialmente na fase de acampamento. As dificuldades ali vivenciadas demonstram que estas famílias viveram momentos muito difíceis enquanto acampadas,

Teve uma época que eles [os *acampados*] saíram do acampamento que eles estavam e entraram numa outra fazenda, na beirada de um rio, teve uma chuva, eu fui mais meu marido lá, na época estava entrando com a aposentadoria do meu Pai, aí nós fomos lá pra buscar os documentos dele, tinha dado uma chuva numa tarde anterior, que tinha invadido o barraco, estava toda aquela lama no colchão, na roupa de cama, tudo, tinha entrado aquela enxurrada, tinha lavado as coisas dele tudo, os vizinhos acudiram e ajudaram. Quando eu cheguei e vi aquilo, eu o agarrava e chorava, mais chorava e falava. “__Pai você vai embora comigo agora, você não vai ficar mais aqui, você não precisa disso”. Meu marido que apoiou, não deixou eu impedir ele, meu pai disse que não podia ir, pois agora que estava vencendo a luta. Quando eu vinha no rancho e via algumas dificuldades dele, eu lutava muito para levar ele de volta, mais acabou vencendo, foi um vencedor (INTERLOCUTORA 09).

Como relata a Interlocutora 09, o pai foi para o acampamento primeiro, pois sua mãe estava se restabelecendo de um problema de saúde e neste período os filhos já estavam todos casados e morando na cidade. A família tinha muito medo de o pai ficar sozinho acampado na beira de estrada, não tinha nenhuma estrutura, em alguns momentos os filhos do casal tentaram convencê-los a voltar para a cidade, como afirma à Interlocutora 09,

Eu achava que ele não precisava porque já estava aposentado, naquela hora [*anterior ao período de acampamento*] eles morava numa casa que era minha, não pagavam aluguel, podiam morar lá o resto da vida, não precisavam se preocupar, a aposentadoria dos dois dava muito bem para viver, então eu pensava por este lado, mas não, ele queria algo dele, apenas dele, eu custei ver este lado, mas depois nós lutamos muito juntos (INTERLOCUTORA 09).

A cidade atrai e repele ao mesmo tempo, depende da forma como cada indivíduo encara o novo. O moderno para uns, é sinônimo de atrasado para outros. No caso das

famílias camponesas, o campo é o lugar identitário, onde o trabalho familiar e a liberdade são tidos como fundamentais para sua orientação, sendo decisivos para compreendermos a negação da cidade como lugar de vida e o motivo da resistência e persistências das lutas camponesas.

Prova disso, é a realidade vivida pelas famílias na fase de acampamento, nenhuma pessoa se sujeita a viver em condições precárias por opção, há uma relação mais dinâmica que motiva o sem terra a continuar na luta. Desta forma, os barracos feitos de lonas demonstram que a relação com a terra vai além da moradia, há uma expectativa de materializar o almejado, por meio da permanente luta.

A luta das famílias como cita Faria (2006) é “uma alternativa radical de questionamento das diferenças sociais, do poder do Estado e das classes dominantes e constituíam uma nova estratégia dos movimentos sociais que lutavam pela terra” (p. 130). A autora considera que a fase de acampamento é o momento mais rico da “história das famílias caminhantes que lutam pela terra (p. 131)”. Este período representa o ponto culminante para definir a continuidade ou não da trajetória camponesa, aflorando todas as esperanças e decepções.

Assim, a partir do momento que as famílias começam a sentirem-se pertencentes ao lugar, começam a construir e reconstruir identidades. A fase de acampamento representa um período de sofrimento visto como temporário, no Assentamento Santa Rita durante os dois anos de acampamento a beira da rodovia apenas 39% das famílias ficaram acampadas, as demais compraram os lotes ou foram remanejados de outros acampamentos ou assentamentos.

Em muitos casos a espera pela posse da terra é longa, mas nem sempre as famílias conseguem se adaptar ao assentamento, principalmente se este é diferente do almejado por elas. Como foi o caso do Interlocutor 21 que ficou 7 anos acampado no município de Rio Verde, depois foi assentado em um projeto coletivo, o Vale do Cedro no município de Quirinópolis. A família não conseguiu se adaptar e solicitou afastamento ao INCRA, sem ter outra opção, foi morar na cidade durante 4 anos até conseguir entrar no P.A. Santa Rita em 2007. As famílias são contra a organização de assentamento em agrovilas, alegam que esta forma beneficia apenas o INCRA, pois facilita e torna mais barato a implementação de energia, fornecimento de água e assistência técnica.

O associativismo coletivo torna-os refém de um sistema único, impossibilitando que seus ideais sejam colocados em pauta. Não representa o seu lugar, pois no tocante o camponês busca desenvolver atividades que estão relacionadas aos seus desejos e necessidades, desta forma, qualquer alteração no seu interior gera um estranhamento ao novo.

A fase inicial da chegada ao assentamento é muito complicada, pois as famílias passam a morar em situações precárias, embaixo de lona, geralmente tem dificuldade no acesso a água, processo que é vivido por tempo indeterminado, em alguns casos o acesso pode ser rápido, mas em outros, pode demorar anos para a posse da terra. Podemos afirmar que é um ‘lugar sem o lugar’, pois tudo na parcela ainda está por fazer, até mesmo o lugar de moradia. O Interlocutor 20 relatou que “quando eu vim para cá isso daqui era tudo mato, não tinha nada aqui, eu tinha que limpar e começar do zero”.

No início, as parcelas precisavam ser limpas para que as famílias pudessem construir suas casas, assim faziam mutirão para o trabalho. Algumas parcelas foram limpas no modo convencional, como foi o caso do lote 09, “a gente vinha aqui, trabalhava o dia inteiro, ajudava a fazer mutirão, outra hora a comunidade ajudava, um ajudava ao outro, aí assim aqui foi crescendo, aí foi quando saiu realmente o contrato de posse” (INTERLOCUTOR 09). Enquanto outras parcelas foram abertas por máquinas, como foi o caso de Interlocutora 16, que fez uma parceria com um amigo que tinha trator e máquinas agrícolas, o combinado era ele “limpar a terra e plantar”, conforme expressa a entrevistada:

Você limpa, planta, colhe e carrega, em troca de você limpar para mim, o que você plantar, o que você produzir é seu, você vai me devolver a terra limpa, então eu trabalhei assim, durante 3 anos eu fiz isso, até que eu consegui mudar aquilo que eu queria, consegui limpar (o que eu queria) construindo o lugar, então eu parei de fazer parceria (INTERLOCUTORA 16).

Podemos perceber pela fala da Interlocutora acima, que o elemento fundamental para a construção do lugar é o trabalho. O desejo faz com que o lugar de produção, se torna o lugar de identidade. Neste contexto, a sociedade capitalista exclui o camponês de sua análise, porque o mesmo não resulta em mais valia. Assim, há uma associação do operário ao trabalho excedente, que historicamente é a garantia da sua existência.

“O trabalho camponês se oculta no seu produto” (Sousa; Conceição, 2010, p. 64), corroboramos com os autores, pois uma parte da produção camponesa é destinada para o uso e consumo, enquanto a outra parte vai para o mercado para efeito de troca, o que posteriormente irá se transformar em valor de uso. Devemos levar em consideração que o excedente social é necessário tanto aos camponeses quanto aos capitalistas, cada qual com seu valor. O trabalho representa a condição de libertação para os camponeses, enquanto para os capitalistas este resulta em mais valia, “a partir do aprisionamento do trabalho e trabalhador” (SOUSA; CONCEIÇÃO, p. 2010, p. 65).

No depoimento do Interlocutor 11, percebemos a transformação do lugar a partir do trabalho, que através da construção de sua moradia, busca a materialização de sua luta para atingir seu projeto de vida.

Quando nós viemos para cá, só tinha três cômodos, no chão, não tinha banheiro, não tinha água, a gente ficou morando num barraquinho lá em baixo e viemos para cá só para dormir, eu puxei uma rede de luz lá para nascente, coloquei uma bomba elétrica, coloquei uma caixa d'água distribuindo para todo o lugar. Não tinha como morar num lugar desses (INTERLOCUTOR 11).

Em outro caso, a família demonstra que mesmo diante dos obstáculos que vivenciaram no assentamento, o que prevaleceu foi a força de vontade e o trabalho familiar para refazer sua moradia e adaptar conforme sua vontade.

Depois que o rancho queimou lá em baixo, ele [pai] fez outro rancho aqui para cima, fez um rancho pequeno, aí nós [filhos] nos fins de semanas vínhamos para cá. Quando terminou a casa e respaldou, o rancho já estava com 12 metros de comprimento. Todo final de semana a gente vinha aqui e dava uma aumentadinha no rancho. Tudo era felicidade, tudo era maravilha (INTERLOCUTORA 09).

Na fala da Interlocutora 09, podemos perceber uma busca pela significação e representação de sua vivência, sua relação com a terra e o sentido deste lugar enquanto sentir-se pertencente, por isso sua trajetória é marcada pela (re) construção de objetos, estrutura e elementos camponeses. A forma como essas famílias transformam seu lote, está relacionado à sua identidade, o simples fato da localização da casa, da horta, do lugar das criações, são concretizados a partir de um imaginário, que agora tem a possibilidade de se materializar no assentamento.

Neste sentido o assentamento é vislumbrado como a possibilidade para o desenvolvimento da família e da liberdade camponesa, o “retorno à terra representa a possibilidade de realização do ideal de autonomia, que é um valor central para estes

trabalhadores” (MARQUES, 2000, p. 102). Conforme relatado pela Interlocutora 16, é no campo que se sente parte daquele lugar e a cidade é vista como uma prisão.

Eu não gostava da cidade, não me via na cidade, era como um passarinho dentro de uma gaiola, eu queria ser livre eu queria voar e o voar é aqui [*no campo*], mais eu tava presa, minha vida não é lá [*cidade*], a minha vida é aqui no campo, é aqui que eu sou feliz, é aqui que eu vivo bem, aqui que eu sou tranquila, tenho paz, tudo que eu preciso está aqui, aqui é silêncio, tranquilo.

Ao analisarmos o depoimento acima, percebemos a repetição da palavra ‘aqui’, enfatizando a ideia de pertencimento, onde a cidade é vista com rejeição e o campo como lugar de vivência. No depoimento da Interlocutora 23, o seu lugar é concretizado no campo, esta relação é fundamental para sua existência, principalmente quando se refere à cidade,

Quando eu vou pra Jataí [*cidade*] eu chego aqui cansadinha, sem fazer nada lá, só o dia a dia de lá me cansa, aqui não, eu deito um pouco aqui neste sofá, lavo uma vasilha, varro uma casa, quando eu acabo de passar um pano na casa eu já estou molhadinha de suor, então eu bebo uma água e deito um pouquinho aqui (INTERLOCUTOR 23).

Na fase de acampamento, as famílias lutam ‘pela terra’, quando assentadas essa luta passa a ser realizada ‘na terra’, agora em busca de melhores condições de vida, meios para produzir e infraestrutura adequadas para atender suas necessidades (MARQUES, 2000). Segundo Bombardi (2004), mesmo que a situação financeira seja considerada precária, os camponeses valorizam muito a autonomia, sendo assim, a liberdade em controlar o próprio tempo e espaço aparece como algo positivo.

3 A CONSTRUÇÃO DO LUGAR

Busca-se neste capítulo compreender o sentido e significado do conceito de lugar, para as famílias do Assentamento Santa Rita. A ênfase que pretendemos dar a esse conceito, nos leva a analisar as experiências dos grupos sociais na perspectiva de suas trajetórias de vida, como também, compreender como são construídas as estratégias de reprodução social diante das dadas condições naturais, econômicas, políticas, culturais e históricas, vividas no novo arranjo socioespacial, representado pelo assentamento rural.

3.1 Assentamento de reforma agrária: contradições e possibilidades

A inércia do Estado em cumprir com a constituição e a falta de um plano de reforma agrária eficaz, gera as manifestações dos movimentos socioterritoriais, em busca do cumprimento da legislação. Deste modo, as ocupações de terras surgem como uma forma de viabilizar esta política. Todavia, estas iniciativas desencadeiam uma série de novos problemas, visto que cada parcela envolvida busca atender seus interesses individuais, o que ocasiona os conflitos de interesses (FERNANDES, 1999).

No Brasil, as implantações de assentamentos são bastante diversificadas devido ao grande número de projetos em territorialidade (GONÇALVES e FERNANDES, [s/a]). O desenvolvimento dos assentamentos é decorrente das desigualdades no acesso a terra, perpetuada pela “contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos” (FERNANDES, 2004, p. 4). Para o autor, esta desigualdade provoca conflitos, pois as pessoas não podem ser vistas como objetos que compõem unidades de produção.

A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento. Esse desenvolvimento pela conflitualidade é caracterizado pela contradição e pelo paradoxo insolúveis, que vem sendo registrados na história moderna, predominantemente, por meio da territorialização do

capital e da desterritorialização e reterritorialização do campesinato. De um lado, o capital destrói e recria o campesinato, a partir de sua lógica e princípios. De outro lado, o campesinato também se recria, rompendo com a lógica e com os princípios do capital. A reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando *conflitualidade*, promovendo *desenvolvimentos* (FERNANDES, 2004, p. 8, grifos do autor).

Esses conflitos são resultantes da contradição da reestruturação do capital, que provocou mudanças significativas no campo com a expropriação de trabalhadores rurais e a inserção de novas técnicas e tecnologias para o campo, cujo resultado foi o surgimento de novas relações de trabalho e produção.

De acordo com Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004, p. 82), os assentamentos rurais são amparados por uma política de crédito próprio, por meio do INCRA, a qual financia a implantação dos lotes com recursos para a construção da moradia e da manutenção da família no primeiro ano, além de financiar o custeio da produção e disponibilizar crédito para investimentos, com prazos e carências. O Estado, por sua vez, atua diretamente ou indiretamente na organização da produção e na estrutura interna do poder, bem como age de forma intencional para amenizar ou até mesmo controlar a população. Para isso busca ações que viabilizem suas estratégias e as tornem eficazes contra os movimentos sociais.

Neste sentido, podemos entender que o camponês, de certa forma, torna-se subordinado ao poder do Estado, “tanto pelo INCRA, que estabelece regras e libera títulos das propriedades, quanto pelo Banco do Brasil, que determina quem terá direito a crédito ou empréstimos” (TAVARES DOS SANTOS, 1978). De acordo com Marx e Engels apud Harvey (2006, p. 80), o Estado atua como um instrumento de dominação de classe, porém, ocorrem contradições, pois ora a classe dirigente exerce seu poder sobre seu próprio interesse de classe, ora afirma que suas ações são necessárias para o bem de todos.

Ao mesmo tempo em que o capital expropria o campesinato, ele o recria, e os assentamentos contribuem para este retorno ao campo que, conforme Marques (2008, p. 66), “têm se constituído como o ‘lugar’ onde se dá um complexo e sofisticado processo de (re)construção do camponês”, cuja constituição apresenta-se como uma estratégia de inserção social da população excluída do campo. Com a expropriação da terra, o camponês foi obrigado a enquadrar-se em um lugar diferente daquele vivido, onde seus valores e costumes foram deixados de lado, perdendo a essência do campesinato.

Assim, mesmo diante das dificuldades, o assentamento, única forma viável encontrada para voltar às origens e buscar a identidade de outrora, consiste inicialmente no cenário de (re) construção do lugar. No entanto, o assentamento está inserido em outra lógica, em outro tempo, com regras e mecanismos diferentes, de modo que o camponês acaba inserindo elementos novos ao seu modo de vida, ao mesmo tempo em que, também, socializa e reforça elementos práticos e simbólicos da sua vivência no Assentamento.

Até então, o assentamento tornou-se uma nova possibilidade de vida para as famílias, cuja representação não se trata apenas de uma alternativa de moradia e obtenção de renda, mas também de recomposição dos laços familiares e de sociabilidade: a busca de um ‘lugar tranquilo para criar os filhos’ como afirmaram as famílias assentadas.

O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da *produção*, mas também o lugar da *realização da vida*. (...) E a vida, para esses camponeses, como se verifica em seus relatos, não é somente ter comida, ter casa, mas uma vida plena, uma vida cheia de significados, na qual aquilo que eles creem tem possibilidade de continuar sendo respeitado e existindo: sua cultura, sua autonomia, sua visão de mundo, sua capacidade de crescer a partir de suas próprias potencialidades, enfim seu universo simbólico. (SIMONETTI, 1999, p. 70-71, grifos da autora).

Para compreendermos as relações sociais que permeiam o assentamento, é necessário conhecer a vida cotidiana que se manifesta nas relações comunitárias, costumes e práticas culturais, pois as famílias vão construindo suas identidades⁷ neste meio. O assentamento remete-nos a experiências vividas, como a de familiaridade, de afetividade e de identidade, através das quais se media o entendimento global entre o real vivido e o mundo complexado.

O acesso a terra, para as famílias camponesas, vai além do lugar de moradia ou de produção, pois a intenção é fazer com que os elementos simbólicos sejam materializados no lugar. A história de luta do campesinato é marcada por sua trajetória e vivência e, a partir delas, Marques (2000) aponta dois segmentos que são responsáveis por este processo: o primeiro, seria a luta do camponês em se reproduzir na sociedade,

⁷ A identidade é, nesse entendimento, outro elemento importante do conceito de lugar. Ela é um fenômeno relacional, seu aparecimento advém de uma interação de elementos, neste caso de indivíduos com seus lugares, com formas de vida e com os modos de expressão. Implica um sentimento de pertinência com o qual um indivíduo vai se identificando, vai construindo familiaridade, afetividade, quer seja com um bairro, com um estado, uma área (CAVALCANTI, 2006, p. 36).

de forma a buscar driblar os problemas ditados pela contradição presente na sociedade; o segundo, corresponde à ação do Estado através de estratégias buscando enquadrá-los em projetos que possam contribuir para o desenvolvimento, como as políticas públicas.

Segundo Marques (2000), o modo de vida camponês é instituído por uma forma social e cultural específica, sua organização é baseada no trabalho familiar e no valor de uso. Esse novo arranjo espacial vivido no assentamento, mudam diversas perspectivas, tanto do camponês, quanto da realidade. Desta forma, a campesinidade é recriada sob novas condições, baseadas, segundo Marques (2008), nas novas experiências adquiridas por estes trabalhadores em sua passagem pela cidade, na vivência da luta, bem como, em certos casos, na vivência de novas experiências de organização da produção promovidas por movimentos sociais ou organizações não governamentais.

Corroboramos com Moura (1988, p. 9) quando afirma que “o camponês é um trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza”. O cultivo de uma planta não é apenas considerado um produto agrícola, mas também parte de seu mundo numa interação entre natureza e homem. Assim, podemos compreender que o modo de vida camponês é baseado em ações do senso comum, como “saber a hora que vai chover, quando é a época melhor para se plantar, sua relação com o espaço é independente do saber científico” (MOURA, 1988, p. 9).

O Assentamento, para as famílias que ali estão, é um lugar cujo sentido pode ser compreendido sob duas perspectivas: o antes, como busca, o almejado e o depois, como realização, materialidade. É nesta perspectiva que investigamos a categoria lugar, sob a ótica de um novo arranjo espacial, representado pelo assentamento.

3.2 Caracterização do Assentamento Santa Rita em Jataí - GO

De acordo com Assunção et al. [s/a.], existe na microrregião Sudoeste de Goiás 70 assentamentos, o que totaliza 2.092 famílias e, aproximadamente, 14.410 estão às margens do processo produtivo. De acordo com Guimarães (2011), baseada no Banco de Dados de Luta pela Terra (DATA LUTA) em 2008, os maiores números de ocupações de terras no Sudoeste de Goiás, encontram-se no município de Jataí, com total de 24 ocupações, representando o total de 35%, e no município de Doverlândia, com 13 ocupações, representando 19%.

Conforme o DATALUTA (2008), foram constituídos, no município de Jataí, 6 Projetos de Assentamentos (Quadro 1).

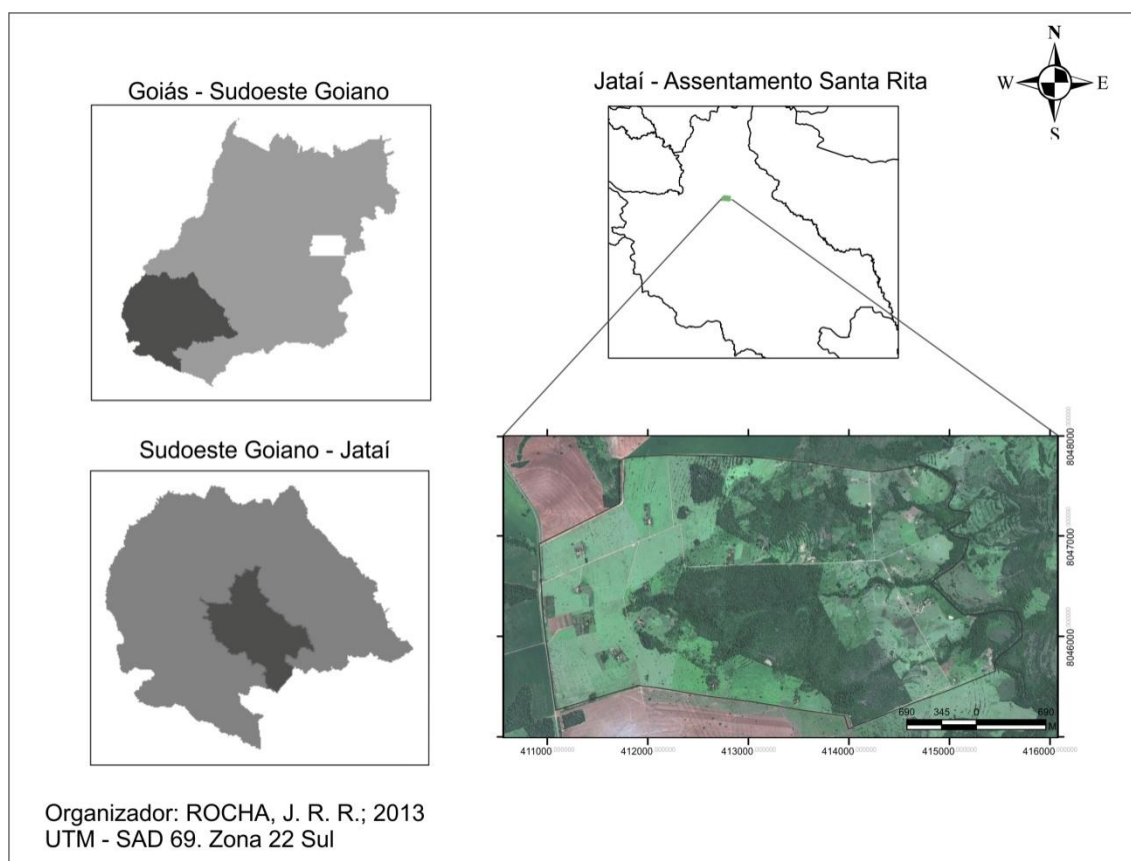
Quadro 1: Implantação de Projetos de Assentamentos no Município de Jataí - GO

P.A.	Ano	Nº Famílias	Área (m²)
Íris Rezende Machado	1989	176	5.562
Santa Rita	1998	23	961
Rio Claro	2001	17	639
Nossa Senhora de Guadalupe	2007	85	1.367
Rômulo Souza Pereira	2007	90	2.041
Terra e Liberdade	2007	162	2.927
Total		553	13.497

Fonte: Dados organizados pela autora baseados no banco de dados DATALUTA (2008).

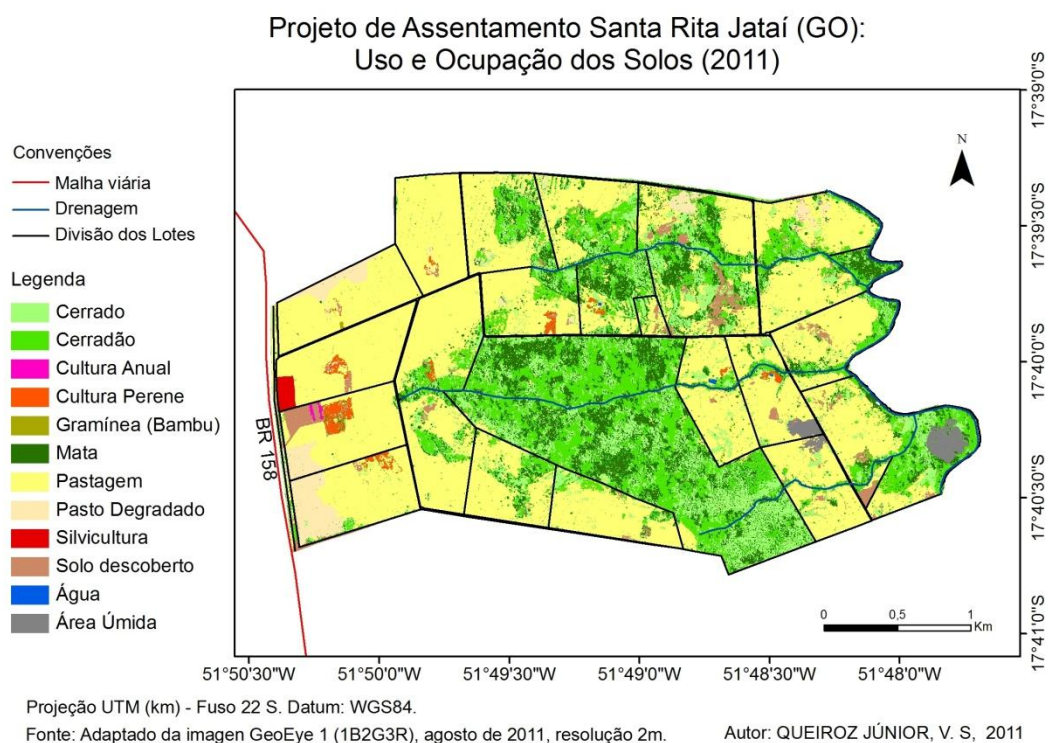
A área de estudo corresponde ao Projeto de Assentamento Santa Rita (Mapa 01), localizado no município de Jataí, Microrregião Sudoeste de Goiás. A posição geográfica é pontuada pelas coordenadas Latitude 17° 39' 40"S e Longitude 51° 48' 39"W e altitude de 793 metros.

Mapa 1. Localização do Projeto Assentamento Santa Rita em Jataí – GO



O assentamento está localizado a noroeste da cidade de Jataí, a 31 km de distância desta. A estrada de acesso é a BR-158, sentido Jataí – Caiapônia - GO. Sua principal drenagem é o Rio Paraíso, além de outros três córregos que drenam o assentamento: o córrego Guerobinha, córrego Barreirinho e o córrego Vertente. A declividade predominante do relevo é acentuada, porém, é possível encontrarmos, nesta área, relevo suavemente ondulado e vegetação típica de Cerrado, o que permite usos variados do solo. Conforme Mapa 2, a pastagem cultivada corresponde a 54% do total da área e 29% refere-se a reserva legal.

Mapa 2 - O uso do solo no Projeto de Assentamento Santa Rita em Jataí – GO



A área total do assentamento é de 968 hectares e está assim distribuída: 23 lotes, com média de 38,7 hectares; uma área comunitária de 12 hectares; uma área de reserva legal comunitária de 195 hectares. A distância média entre os lotes não ultrapassa 1 km de extensão, variando entre as parcelas.

Fundado em 1998 (estando com 14 anos, em 2012), o assentamento Santa Rita foi constituído de terras obtidas mediante desapropriação por interesse social em 20/10/1997. A desapropriação de terra, com fins para reforma agrária, para Albuquerque, Coelho e Vasconcelos (2004, p. 83), “tem se tornado um negócio rentável para os latifundiários, que veem valorizadas, a peso de ouro, suas terras, tidas, por definição, como improdutivas”. Este processo só vem reforçando e confirmando a realidade por trás da política de reforma agrária.

Das famílias originalmente assentadas pelo INCRA, restam 15, pois 08 venderam seus lotes após a constituição do assentamento. De acordo com o interlocutor 08, não houve conflitos para a desapropriação da terra, uma vez que o proprietário procurou o INCRA para negociação. Conforme relato deste Interlocutor,

O fazendeiro queria um valor, mais ele achava que o INCRA pagava a vista, como o INCRA pagava em títulos, na hora ele quis recuar. Porque ele achou que fazia a negociação e já recebia ali na hora o cheque ou o dinheiro, só que quando ele viu como era a forma de pagamento, tentou voltar atrás, mas foi tarde demais, já tinha feito à vista. Constatou que era de reforma agrária e aí foi assim que deu tudo certo para o nosso lado (INTERLOCUTOR 08).

A implementação do Assentamento Santa Rita, inicialmente, se deu por ocupação, através de iniciativas dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Para Marques (2000, p. 45), “a partir do momento em que o sem-terra é assentado e passa a construir a sua existência no assentamento, ele vai tecendo novas relações, estruturando seu modo de vida e o seu território”. Para a autora, este processo decorre da “manipulação da tradição que é recuperada e reinventada em face do novo contexto social”. A construção da nova territorialidade é caracterizada pela autonomia do trabalho e definida a partir da articulação dos fatores espaço, tempo e influências culturais (BOMBARDI, 2004).

Um olhar sobre as famílias assentadas revela que a maioria já vivia na zona rural, da microrregião Sudoeste de Goiás, antes da constituição do assentamento. Cerca de 80% origina-se do próprio município ou de municípios vizinhos de onde está localizado o assentamento. Conforme relata Interlocutora 23, o campo representa o seu lugar de viver, “minha origem é na fazenda, nem que eu não esteja fazendo nada para futuro da minha gente, mas para mim parece que eu estou fazendo o que eu gosto! O bom é a gente fazer aquilo que a gente gosta”. Nesse depoimento, o significado do fazer e do gostar está visível o sentido da liberdade.

Eu saí de Jataí para o acampamento dia 01 de Agosto de 1996, em 1998 eu fui assentada e aqui eu estou até hoje, eu e Deus, o que eu tenho é o que vocês veem, é fruto de uma luta, de muito trabalho e eu tenho muito orgulho, sou muito feliz, é tudo que eu queria, isso daqui pra mim é um sonho. (INTERLOCUTORA 16).

A pesquisa mostra que 90% das famílias assentadas tiveram experiências de trabalho na agricultura, no município de Jataí ou em municípios vizinhos, mas que apenas 25% destes estavam exercendo funções agrícolas, antes de acamparem, como assalariados rurais permanentes ou temporários, posseiros, parceiros, arrendatários ou membros não remunerados da família. Os demais, por ocasião do acampamento, estavam desenvolvendo atividades urbanas.

Alguns assentados sempre estiveram como assalariados rurais, não possuíam terras, como é o caso registrado a seguir,

Os meus pais casaram em 1985, meu pai já era trabalhador rural, sempre viveu dos braços, minha mãe também viveu do campo, nasceu e se criou no campo. Nós somos uma família de 8 irmãos e todos foram criados no campo, a gente ficava em momentos na cidade, mais sempre papai trabalhando em outras fazendas, ia pra outra, ele nunca possuiu nem mesmo casa própria na cidade, era sempre morando em fazenda (INTERLOCUTOR 09).

A gestão política fica a cargo da Associação dos Assentados do Projeto de Assentamento Santa Rita (AAPASR), que nos últimos três anos vêm sendo liderada pelo Sr. Jeremias Moreira da Silva, morador do lote 21. As reuniões são realizadas conforme a necessidade coletiva, cujo percentual de presença é, em média, de 67% das famílias. Há, entre as famílias, algumas filiadas à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF) e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jataí (STRJ).

A escola mais próxima é a Escola Municipal Romualda de Barros, localizada no Povoado da Estância, Distrito do município de Jataí, a 15 km do assentamento e com os seguintes níveis escolares: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

3.2 Os elementos que constituem o lugar

Para compreendermos como ocorre a constituição do lugar para as famílias do Assentamento Santa Rita, devemos considerar os elementos materiais e imateriais, cuja relação perpassa a idealização e apropriação do lugar, estruturadas a partir da sua identidade.

Com a contradição da reestruturação do capital, os movimentos sociais de luta pela terra foram se fortalecendo, ocupando e se apropriando de territórios em busca da efetivação da reforma agrária, na tentativa de diminuir a concentração de terras no Brasil. Assim, os assentamentos de reforma agrária representam a constituição do lugar de famílias desprovidas de terras, de onde procede a conflitualidade do lugar almejado com o lugar vivenciado.

Desta forma, busca-se elencar os elementos que constituem o lugar a partir das contribuições de cada família, explicando de que forma os elementos vão sendo estruturados no assentamento, para torná-lo o lugar de pertencimento, desde as relações

peçoais até a relação das famílias com a natureza e o trabalho. É a partir do trabalho que as relações vão sendo materializadas no cotidiano, além dos elementos econômicos que auxiliam na reprodução das famílias.

3.2.1 Moradia

O lugar de morada é construído individualmente por cada família, conforme seus desejos, possibilidades e ações. De acordo com relato das famílias, o período após a legalização do assentamento foi muito complicado, pois houve a liberação de crédito para a compra de materiais de construção, porém num valor relativamente baixo, obrigando as famílias a buscar outras fontes de renda para conseguirem concluir a construção da casa, promovendo o trabalho fora dos lotes.

A interlocutora 15 relata que, após a divisão das parcelas, não tinha condição financeira para construir sua casa, o que a levou a improvisar um lugar para morar enquanto aguardava a liberação de crédito para ajudar na construção: “morávamos num barraco de lona, então comprei foi telha e fiz um barraco ali; ai já melhorou, ficaram as paredes de lona e a cobertura de telha, já deu uma melhorada” (INTERLOCUTORA 15).

Ela ainda descreve que esta experiência vivida no início foi ainda melhor que sua situação anterior ao assentamento, pois moravam de aluguel na cidade: “estávamos num lugar que não era nosso [...] quando liberou dinheiro para comprar o material, comecei a levantar a casa de tijolinho, como tinha só a cobertura de telha, melhorou bastante” (INTERLOCUTORA 15).

Para a construção de sua casa, a Interlocutora 16 pediu ajuda aos familiares que tinham experiência nessa área. O irmão e os sobrinhos reuniam-se, nos finais de semana, no assentamento para construí-la. Especificamente neste lote, desde o início, a assentada vive sozinha, sendo necessária mão de obra externa para desenvolver certas atividades, como a construção de cerca: “eu pagava gente para me ajudar, sempre tinha um homem que fazia o serviço mais pesado, aí o que eu dava conta de fazer eu fazia, e é assim até hoje, o que eu não consigo pago alguém para fazer” (INTERLOCUTORA 16).

Em um primeiro momento, a construção da casa é vista como solução imediata para sair da condição precária do período de acampamento, porém apenas a construção não é suficiente para melhorar o cotidiano da vida, principalmente pelo fato das famílias pegarem a terra “nua” e, em muitos casos, não terem recursos financeiros para investir na moradia. Além do mais, o baixo valor liberado para a construção torna-se insuficiente para as famílias criarem o seu espaço idealizado, fato que passa a ocorrer na medida em que vão estruturando o lugar e, aos poucos, constituindo suas identidades. No relato da Interlocutora 22, podemos perceber a relação desenvolvida com o lugar de morada: “para construir tivemos ajuda do INCRA que trouxe um pouco dos materiais, mas era pouco, nós queríamos uma casinha maior, aí nós inteiramos do bolso, depois veio mais um pouco, foi 6 mil para a gente dar uma reforma, foi quando a gente rebocou”.

Algumas famílias no assentamento conseguiram ampliar suas casas, mas ainda falta muito para chegarem ao lugar almejado. As residências são simples, no geral com varandas no entorno da casa, conforme relata a Interlocutora 09: “a casa teve o recurso do INCRA, depois a gente mesmo foi investindo, não terminamos ela totalmente, mas ficou uma casa grande, porque a família é grande, ainda não terminamos por fora”. Pelo depoimento dessa Interlocutora, podemos perceber a valorização da família, não apenas no momento de confraternização, mas também no processo de construção do lugar, como afirma tiveram “a mão de obra de um compadre, que é praticamente da família. Ele vinha no final de semana e meu irmão ajudava. Foi 2 anos a construção da casa. A varanda já foi o genro e o irmão”. A dimensão da casa para esta família é de muita importância, pois seu significado não se reduz ao sentido de se ter um lugar para morar, mas também de se ter um lugar para confraternizar e sociabilizar.

Pode-se observar, conforme as falas dos interlocutores, que há uma agregação de vivência, não se tratando de uma mera descrição do que é o lugar, mas sim, de como este lugar vai sendo elaborado, como a emoção se funde com o espaço e o torna “o lugar”, no seu sentido simbólico, ainda que este não seja aquele vislumbrado no período de acampamento.

O assentamento oferece a oportunidade do resgate identitário almejado pelas famílias, todavia, as intercorrências propagadas no seu interior criam novas situações que num primeiro momento não estavam inseridas no planejamento. Contudo, essas

mesmas dificuldades, de forma contraditória, inspiram ainda mais a permanência e a afinidade do assentado com a terra.

3.2.2 Relações de sociabilidade

Conforme já apontado no tópico 1.5 do Capítulo I, um dos fatores da sociabilidade camponesa é a religião, que acaba unindo as famílias e fortalecendo as relações de vizinhança. No assentamento, verificou-se a predominância do Catolicismo, com aproximadamente 65% das famílias, enquanto o protestantismo representou 30% e o espiritismo, 5%. Conforme as famílias, uma vez por semana é realizado o culto evangélico, cada vez em uma casa diferente, enquanto as missas ocorrem uma vez por mês no centro comunitário.

A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da sociabilização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro. No passado, até o espaço da comunidade era estabelecido pelo som que alcançava do toque do sino da Igreja, ou seja, espaço delimitado pelos sacramentos oferecidos pela Igreja e as fronteiras da comunidade definidas pela religião (FABRINI, 2006, p. 84).

Outro elemento da sociabilidade camponesa são as festas (quase sempre de motivação religiosa), mas, atualmente, no Assentamento Santa Rita, estas não têm ocorrido, a última foi realizada em 2010. Conforme relato das famílias, este fato está relacionado à falta de tempo disponível para organizar os eventos.

Ocorrem também, individualmente, festejos nos lotes. A família do lote 09 relatou que, em 2005, fizeram uma grande festa no assentamento, para celebrar 50 anos do casamento dos pais. A escolha do lugar estava relacionada ao afeto, isto é, o lugar que eles se sentiam bem. Assim, abriram as portas de sua casa para receber familiares, amigos e vizinhos.

A decoração, por sua vez, foi os pais que sugeriram. Fizeram um altar e chamaram o mesmo padre que realizou o casamento deles em Paranaiguara - GO: “fizemos almoço, foi uma festa muito bonita, até veio a equipe de reportagem da TV Jataí, temos as fotos aqui”. Este momento de confraternização teve grande representatividade, pois “a realização dessa festa foi importante para a família, pois

vimos o sofrimento de nossos pais para conseguirem permanecer na terra, mesmo diante das dificuldades, ficamos muitos felizes” (INTERLOCUTORA 09).

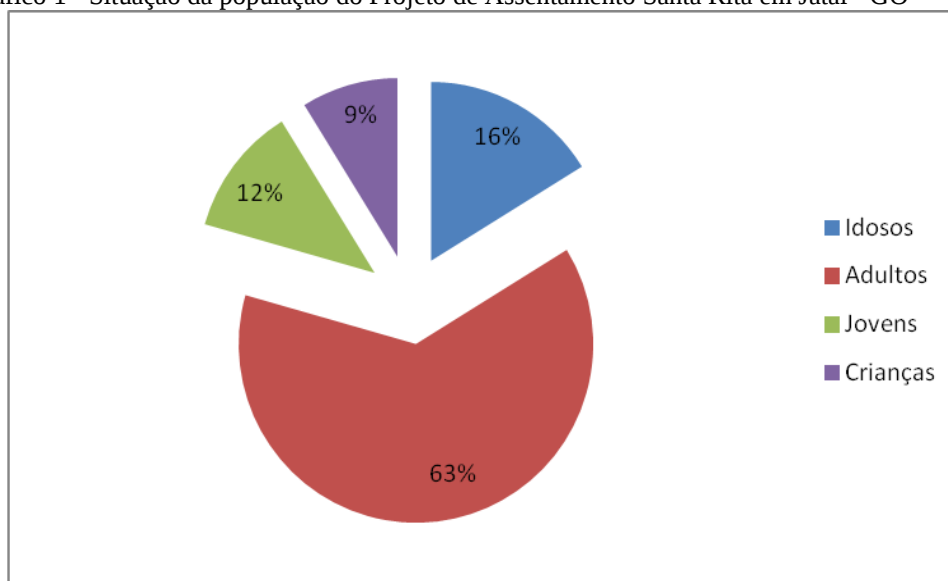
No assentamento não há atividades voltadas para o lazer, nos moldes do lazer urbano, com espaços específicos para sua realização. De acordo com as famílias não há tempo para criar atividades extras. Na área comunitária do assentamento, são realizadas apenas reuniões cuja pauta está voltada para questões estruturais do assentamento ou cursos, muito embora nem todas as famílias tenham interesse ou até mesmo disposição para fazê-los.

Percebe-se um distanciamento entre as famílias, evidenciado pela pouca relação entre elas. Dentre os fatores que contribuem para este distanciamento, está o fator ‘tempo’, afirmam que há muito trabalho no lote, impossibilitando a visita a outros vizinhos. Desta forma, podemos verificar que as relações de vizinhanças são mais presentes entre parentes ou quando há um assunto comum a todos. Preferem a individualização, pois assim evitam problemas, como intrigas e disputas.

3.2.3 Relações pessoais e relações de afetividade

De acordo com o relatório do INCRA, o P.A. Santa Rita encontra-se ainda em fase de consolidação. Conta com 68 pessoas, destas, 63% são adultos, 16% idosos, 12% jovens e 9 % são crianças (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Situação da população do Projeto de Assentamento Santa Rita em Jataí - GO



Fonte: Dados organizados pela autora, pesquisa de campo, 2012

Apenas duas famílias afirmaram que os pais já tiveram uma propriedade rural, mas, com a morte destes, a área foi dividida, por herança, entre os filhos, gerando áreas pequenas, insuficientes para manterem as famílias, que acabaram por vender as propriedades, conforme relato da Interlocutora 17:

Meu pai tinha propriedade rural, quando ele morreu a gente vendeu a terra. Éramos muitos filhos, quando ele morreu os filhos já eram todos casados, então a gente vendeu, tirou a parte que era da mamãe e entregou para ela e a parte que era nossa a gente dividiu. A terra era pequena, não era um fazendão e ainda nós éramos muitos filhos, uns comprou casa própria e outros estão trabalhando até hoje em fazenda, trabalham para os outros ainda, de empregado.

Percebemos que a maioria dos membros familiares é composta por adultos, os quais compreendem o lugar como oportunidade de concretizar seus desejos e sonhos através da posse da terra e não conseguem se ver distante do campo. A maioria dos filhos dos assentados foi morar na cidade.

No caso do lote 09, os filhos tiveram dificuldades em se adaptar no campo, pois foram morar na cidade ainda crianças. Cada um seguiu sua profissão, enquanto os pais sempre se mantiveram em contato com a terra. Com a morte do pai, a família enfrenta dificuldade, pois no lote morava o casal junto com um filho, os demais moravam na cidade. Todos os finais de semana, a família se reunia no lote, havia uma relação profunda com as atividades desenvolvidas pelo pai. Com a fatalidade, a família se apercebe desestruturada.

Enquanto os jovens estão inseridos em outra lógica, o campo já não é almejado para o futuro, se sentem atraídos pelo moderno, por isso cada vez mais vem se reduzindo a quantidade de jovens em assentamentos rurais. Mesmo assim, os que ainda vivem nos lotes, participam das atividades, contribuindo no processo produtivo, inclusive as crianças, que também ajudam nas atividades domésticas. Conforme aborda Moura (1988, p. 55), há nitidamente uma diferença destas com as crianças da cidade, existe diferença quanto à “sociabilização, instrução e incorporação à esfera do trabalho”.

3.2.4 O movimento de volta ao campo e o campo como origem de um novo movimento

No assentamento há 23 lotes, compostos por 25 famílias. Há dois lotes que possuem duas famílias, ambas ocupam a mesma parcela, porém em residências

separadas. No lote 14, moram duas famílias, em uma casa uma idosa com o filho e um neto; na outra, o filho com a esposa e seus dois filhos.

O outro caso é o do lote 18, em que os pais cederam uma parte da área para a filha morar com a família. Esse processo é usual entre as famílias camponesas. Conforme tratado por Heredia et al. (2002), primeiramente, a ocupação é feita pela família nuclear, posteriormente há a agregação familiar, na qual os outros membros da família vão em busca de moradia ou, na perspectiva de adquirir outro lote, vão para o assentamento. Ainda para a autora, o aumento do número de lotes corresponde ao casamento dos filhos que não encontram alternativas e acabam fazendo do lote um ponto de apoio familiar, como é o caso dos dois exemplos citados acima e descrito no depoimento a seguir.

Na época, o outro filho trabalhava na Rural [empresa agropecuária], mas não combinou com o patrão e saiu do serviço. As coisas foram apertando e chegou a mim pedindo para dar um pedacinho de terra para ele ir plantando e morar com a família, aí o que ele plantava era dele e estão aqui até hoje, há 5 anos (INTERLOCUTORA 14).

Algumas famílias se consideram do “movimento daquele mais antigo”, não aceitam arrendar a terra, pois consideram fundamental o trabalho e a força de vontade para se produzir no lote. No P.A. Santa Rita ainda não houve a inserção de políticas públicas voltadas para o plantio de monocultura, como é o caso do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)⁸. “Nós já tivemos várias propostas para arrendar terra para Cana, mais eu tenho uma coisa comigo, eu não conquistei uma terra para eu arrendar e nem alugar, eu conquistei para trabalhar e morar com meus filhos, que futuramente vai ser um pé de meia deles” (INTERLOCUTORA 08).

Enquanto no assentamento Três Pontes em Perolândia (GO), a realidade é outra. Na pesquisa desenvolvida por Dias (2012) verificou-se que todas as 10 famílias entrevistadas, já arrendaram pelo menos uma vez a área para monocultura. Dentre os motivos que as levaram a inserir no programa PNPB, destaca-se a tentativa de aumentar a renda familiar. Em muitos casos, a inserção das famílias nestes programas está relacionada à possibilidade de obter uma renda maior, principalmente, quando são colocados como algo vantajoso e benéfico.

⁸ Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – normatizado pela Lei nº 11.097 de 13 de Janeiro de 2005, por meio da atribuição do Selo Social às empresas que adquirem oleaginosas de agricultores familiares que foi instituído pelo Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004 (MDA, 2010).

Verifica-se assim, duas fases distintas das famílias lidarem com a terra, uma vê os programas como possibilidade de ampliar as fontes de renda, enquanto outras encaram que a inclusão a estes programas vai contra seus objetivos, pois a relação com a terra está relacionada com a vivência.

O deslocamento de pessoas no assentamento, ao mesmo tempo em que sucede pela agregação familiar, em uma proporção maior ocorre à evasão dos jovens do campo.

Cerca de 63% dos adultos possuem, no máximo, o ensino fundamental, fato que pode ser explicado pelas longas jornadas de labuta no campo, que obrigatoriamente as famílias tinham que abdicar da escola para tirar o sustento das famílias, conforme Interlocutora 21, “o estudo era pouco, tinha que ajudar meu pai na fazenda por isso nem dava para estudar, a melhor maneira que a gente achou foi acampar”.

Em outro depoimento, a Interlocutora 03 afirma “nem estudei. Desde os 7 anos, meu pai me colocou no cabo da enxada para trabalhar, roçar toco, estudei só 6 meses, sei apenas assinar meu nome e lembro de alguma coisa, mais muito pouco”. Dessa forma, ao mesmo tempo em que estas famílias sonham com uma melhor qualidade de vida e veem no assentamento esta oportunidade, reconhecem que, nesse lugar, os filhos não vão conseguir um futuro bom, uma vez que, no assentamento, a renda não é suficiente para satisfazer a toda família, implicando na evasão dos jovens do campo. Então, acabam por lhes influenciar a saírem para a cidade em busca de qualificação e emprego.

No lote 21, moram os pais com um filho de 16 anos, os quais afirmam que este “está ficando rapaz” e que “tem que arrumar um serviço”, já que ali “dentro o único serviço que tem é tirar leite, mais não tem renda suficiente, não liberou dinheiro para a gente” (INTERLOCUTORA 21). Pelo relato, podemos perceber que a renda é um fator primordial que contribui para a evasão dos jovens do campo que, hoje, apenas 12% da população interna total. Fica claro, portanto, que a causa de um número tão inexpressivo de jovens é devido à dificuldade de se tirar, no próprio campo, o sustento para toda família.

Segundo relato de outro morador, o que mais está motivando a evasão dos jovens para a cidade “é porque lá ele pode arrumar um serviço que já ganhe um salário e aqui a gente não tem condição de pagar um salário para cada um, porque são dois, mas

ele trabalha nas hortalças, na apicultura, tira leite. Os pais não estando, eles mexem com o gado” (INTERLOCUTOR 17).

A falta de atrativos, como: locais para práticas de esportes, lazer e eventos culturais também contribuem para a evasão dos jovens para a cidade, pois a constituição da sua identidade é construída, socialmente e simbologicamente, por estas práticas. As famílias, tendo essa consciência, estão buscando apoio da FETRAF a fim de conseguir estruturar algumas atividades que incentivem os jovens a permanecerem no campo, uma vez que o INCRA não manifesta nenhum interesse em ajudá-los. Neste sentido, o lugar aparece como contradição do externo.

Os jovens estão indo para cidade, aqui no campo não tem atrativo nenhum, não tem um campo de futebol. Isso daí é coisa que o INCRA tinha que estar incentivando, porque cobrar a gente cobra, só que a lei deles é morosa demais, aí eles falam assim, que a agricultura familiar é a família, mais como que eles querem que a família permaneça se eles não dão respaldo? Não tem um transporte digno para eles irem fazer uma faculdade e voltar, um curso de computação, não tem nada, quanto a isso daí a gente também cobra da prefeitura, mas falta parceria neste sentido, e assim para os jovens, principalmente, o assentamento hoje está na categoria velha, porque os jovens mesmo são pouco e os que restaram estão indo embora, não querem ficar (INTERLOCUTOR 08).

Na época de acampamento, a Interlocutora 23 relatou que a neta, de apenas 5 meses, foi morar com ela embaixo de lona. Hoje (2012), com 12 anos, resolveu ir morar com a mãe, “o ano passado estudava na Estância, aí só tinha aula normal [ensino médio] para ela, queria fazer computação, para quando completar a idade, já entrar no serviço, aqui não tinha”. Por outro lado, os dois filhos da Interlocutora 23 permanecem na terra até hoje, o mais velho com 33 anos e outro com 28 anos de idade. Para conseguirem renda extra a fim de ajudar nas despesas da casa, desenvolvem atividades temporárias na cidade e também dentro do assentamento.

A evasão dos jovens do campo é o reflexo da falta de oportunidade que estas famílias têm para conseguir melhorar sua condição de vida. Como relatou a Interlocutora 08, a saída dos jovens é “porque o recurso que conseguem dentro do lote é pouco, mal dá para os pais se sustentar. Hoje em dia, o adolescente quer se vestir, quer ter o dinheirinho no final de semana, quer se divertir. Se não tiver dinheiro, como faz?”.

De acordo com as famílias do assentamento, o Projeto Jovens Rurais, promovido pelo Núcleo de Estudo da Agricultura Familiar (NEAF), da UFG/CAJ, possibilitou mais entusiasmo para que os jovens do assentamento continuassem no campo, bem como

contribuiu para ampliar seus conhecimentos na lida com a terra, promovendo grande ajuda no auxílio da reprodução familiar. Mas, infelizmente, a falta de atrativos acaba provocando a ida para a cidade, conforme se pode perceber no relato a seguir:

Aquele trabalho da faculdade [Projeto Jovens Rurais] foi muito bom para os jovens, só que não tem como segurar eles aqui dentro, quando começou o trabalho com a Universidade, tinha muitos jovens, só que na última etapa já tinha pouco, por quê? A maioria tinha que trabalhar, então as pessoas que continuou no projeto foram pouquíssimas, inclusive meu filho, estava no quartel, não deu para continuar, e outros [*jovens*] aqui é porque foram pra cidade trabalhar, outros iam estudar, pois não tinha estudo ali na Estância [*se referindo à escola do povoado Estância*], não tinha transporte para levar e trazer, então foram para cidade. Tem essas coisas que ainda tem que melhorar (INTERLOCUTORA 08).

Na contemporaneidade, a cidade torna-se um lugar atrativo, principalmente para os jovens, que através do contato com outros jovens das escolas urbanas, mudam os padrões de vida, pois o sistema capitalista exige qualificação profissional, e prega o consumismo, mesmo que desnecessário.

3.2.5 Acesso a crédito

A primeira iniciativa das famílias após a constituição do assentamento foi adquirir financiamentos junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Dentre as famílias beneficiadas com este mecanismo de crédito, 80% não conseguiram quitar as parcelas da dívida, levando-os a inadimplência. Conforme relata a Interlocutora 08, a falta de suporte do INCRA em auxiliar as famílias quanto ao investimento na sua parcela, contribui para o endividamento.

O INCRA demorou muito para liberar o crédito, mas quando liberou, fez assim, faça o que quiser, joga para cima e bota fogo. Hoje em dia os títulos saem no nome da mulher, mas antigamente saia no nome do homem, só que o homem é muito machista, fazem o que acham que deve ser feito, jamais ouvem as ideias das mulheres. Então assim, não foi só o caso aqui, mais de varias pessoas aqui dentro, eles não investiram bem os créditos, o que aconteceu, gerou inadimplência (INTERLOCUTORA 08).

A Interlocutora 22 relatou o motivo que os levaram ao endividamento no banco: “depois de 2 anos assentada, conseguimos o dinheiro, compramos vacas, tinha que fazer cerca e curral, investimos e o resultado foi pouco, por isso tá todo mundo atolado na dívida até hoje, devendo e não tem como pagar”.

A respectiva interlocutora conta ainda que, naquela época, não tiveram nenhuma orientação ou curso que pudesse ajudá-los na administração do dinheiro: “nós não sabia administrar uma terrinha, a gente sempre trabalhou para os outros, éramos empregados, o fazendeiro é quem administrava, estávamos ali só para trabalhar, nunca teve orientação no começo. Se tivesse uns cursos para saber onde aplicar e como aplicar o dinheiro, seria melhor”. Esse processo agravou ainda mais a situação econômica e financeira das famílias, o que causou o bloqueio de novos financiamentos.

Meu problema aqui é conseguir renegociar a dívida com o banco, que não é pequena, para a gente poder respirar um ar livre, porque nos estamos respirando o ar poluído do passado. Então, enquanto a gente não solucionar isso daqui vamos remar contra a maré. Porque não tem como pegar mais, e você não tem uma renda suficiente para ir lá [banco] negociar, eles não querem mil, dois mil ou três mil reais, eles querem é de 5 mil reais para cima, pra você conseguir fazer uma renegociação. O maior problema é a renegociação da dívida, para conseguir respirar de novo (INTERLOCUTORA 08).

Descreve ainda que, se tivesse como regularizar essa dívida com o banco, teria como fazer um novo financiamento, mas agora seria diferente, “porque a vivência e a experiência de vida que a gente tem hoje, jamais os erros iam acontecer, porque a gente tem respaldo de alguns parceiros que dão assistência, como a UFG, que está sempre aqui”.

Essa inadimplência com o banco fez com que a produção ficasse comprometida, provocando a saída de algumas famílias do assentamento e a consequente venda de lotes. De acordo com estudo desenvolvido por Heredia et al. (2002), ao mesmo tempo em que o assentamento representa maior estabilidade para as famílias migrantes, também é visto como ponto de partida para novas saídas, pois nem sempre todos permanecem na terra.

Em um estudo realizado por Cruz e Santos (2011), este demonstra bem a realidade da comercialização dos lotes pelas famílias assentadas, bem como o abandono, cujo índice é relevante. Porém, no discurso apresentado pelo Estado e pelas pesquisas relacionadas às questões agrárias que são encomendadas por aquele, esses dados não indicam a veracidade dos reais motivos que comprovam a não permanência de famílias titulares dos lotes. Inclusive, no município de Jataí, temos o P.A. Paraíso que, recentemente (2012), foi emancipado pelo INCRA. No assentamento Santa Rita, essa comercialização dos lotes é de conhecimento do INCRA.

Nos casos, como o do Interlocutor 11, que passou por momentos difíceis na época que comprou o lote,

O INCRA veio, deu carta de intimação para nós desocupar a terra em 15 dias, não desocupamos, então veio outra para nos desocupar com 5 dias, aí foi esse sufoco, nós lutando e pelejando. Tudo que nós tínhamos, entregamos para comprar isso daqui, aí de repente para desocupar e voltar para cidade, não tinha nenhum terreno, nem para comprar uma lona preta e falar assim, vamos fazer um barraco e entrar debaixo, tudo que nós tínhamos empregamos aqui (INTERLOCUTOR 11).

Os Interlocutores 19 e 21, que foram assentados depois do período da consolidação do assentamento, relataram que ainda não conseguiram ter acesso ao crédito no PRONAF, o que dificultou o desenvolvimento de suas atividades. De acordo com a família da Interlocutora 19, os contratos com o Banco do Brasil já estão todos assinados, mas ainda não foi liberado o dinheiro. Por essa razão, afirmam que têm dificuldades em obter informações e percebem que há falta de vontade dos funcionários em analisar o crédito.

Desde quando nós viemos da terra das Araras (*acampamento que a família estava*), que a gente está lutando pelo PRONAF, nunca conseguimos. Esses papeis chegou ao banco, no fim do ano passado (2011), quando vou à cidade quase sempre vou ao banco. Falo com a moça (*funcionária do Banco*), ela simplesmente olha em mim e fala que ainda não teve tempo para olhar (INTERLOCUTORA 19).

O crédito do PRONAF contribui para a permanência das famílias no campo, ajudando-as na reprodução familiar. O acesso a ele possibilita a idealização de seus objetivos: “Nossa intenção é pegar o crédito do PRONAF, comprar umas vacas boas de leite e tirar uns 250 ou 300 litros de leite para qualidade de vida melhorar. Piqueta a terra, porque é pequenininha, fazer manejo de pasto, porque assim elas andam em tudo” (INTERLOCUTORA 19). Percebe-se que a maior dificuldade das famílias é conseguir consolidar seus ideais. Precisam de um começo, apenas a terra não é suficiente para concretização de seus sonhos.

O Interlocutor 21 demonstra insatisfação com a demora na liberação do crédito, descreve que está assentado há seis anos e ainda não teve acesso a nenhum tipo de crédito, o que torna complicado obter sustento no lote. Até então, estão conseguindo permanecer no assentamento com recursos próprios: “dependendo a pessoa, já tinha ido embora há muito tempo. Aqui, se a gente for pegar por base, já tínhamos desanimado com isso daqui”. Conta ainda que, mesmo sem recurso, estão conseguindo manter a

criação de bovino para leite: “já temos quase 30 cabeças (*gado*). Nós estamos querendo este crédito agora para ampliar nosso rebanho”.

3.2.6 Importância das políticas públicas e projetos no P.A. Santa Rita

As políticas públicas são implementadas para solucionar questões de valores e de recurso disponíveis, de forma intencional e com objetivos a serem alcançados. O desenvolvimento das políticas públicas compreende diversos atores, sendo materializada pelo governo, cuja intenção é construir meios para alcançar os objetivos idealizados, a partir das reivindicações de um segmento específico da sociedade.

Com a modernização do campo, os camponeses tiveram que migrar para as cidades, provocando a organização dos movimentos sociais para o retorno a terra. Sendo assim, criou-se, no Brasil, a política de crédito voltada para implementação dos assentamentos rurais com o objetivo de solucionar o problema da má qualidade de vida e criar alternativas de oportunidade de trabalho.

As famílias veem nas políticas públicas uma oportunidade para continuar a luta pela terra e resistir ao processo de desapropriação provocado pelo capital. Essas políticas tiveram forte influência e destaque no cenário nacional a partir do segundo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Podemos destacar o PRONAF e o Programa Novo Mundo Rural. O Estado, com o intuito de promover o desenvolvimento territorial rural, criou alguns programas, com objetivo de inserir as famílias assentadas no mercado.

No P.A. Santa Rita foram introduzidos alguns projetos e programas, tais como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Produção de Pimenta, Apicultura e Projetos em parceria com a UFG. Cada um destes projetos está vinculado a instituições privadas ou públicas, cujo principal objetivo é auxiliar a produção das famílias no campo.

Recentemente, outro projeto que está sendo desenvolvido é a Apicultura e o Desenvolvimento Sustentável, apoiado pela Caixa Econômica Federal (CEF) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Conta com a participação de 13 famílias – do P.A. Santa Rita (sete famílias) e do P.A. Rio Claro (seis famílias). O projeto fez treinamento com os assentados e repassou R\$ 25 mil

para a compra dos equipamentos necessários para a formação do apiário. Depois, as famílias acessaram o edital de um projeto em parceria com a Universidade Estadual de Goiás (UEG), onde tiveram acesso ao valor de R\$ 12.000,00, destinado a construção de serraia para fabricação das caixas de abelha.

No assentamento Santa Rita, apenas sete famílias estão envolvidas no projeto liderado pelas mulheres. Elas afirmam ter encontrado uma atividade que lhes proporcionam motivação, estão tendo seu trabalho reconhecido, não só pela família, comunidade.

Na Feira Agro Centro-Oeste Familiar, promovida pela UFG em parceria com o INCRA, em Junho de 2012, as famílias tiveram a oportunidade de expor seus produtos derivados do mel, como sabonete íntimo, cera depilatória, gel esfoliante para o corpo, *spray* bucal, entre outros. Esta exposição representou um novo momento para as mulheres do assentamento. Em 2011, conseguiram coletar 200 quilos de mel e, no ano de 2012, atingiram o objetivo, produzindo 300 quilos de mel. Este projeto tem se caracterizado como importante para o grupo, pois, além do aumento da renda, há também a valorização do trabalho das mulheres.

Dentre os projetos que estão auxiliando a reprodução familiar no assentamento estão o Programa PAA e PNAE. O PAA⁹ é um importante receptor da mercadoria dos assentamentos. O intuito é adquirir parte da produção da agricultura familiar, a fim de garantir preços justos pelos seus produtos e promover a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. O programa também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento alimentar de instituições, em que o governo compra produtos de gêneros alimentícios, permitindo, assim, ao agricultor, estocar os produtos para serem comercializados por um preço mais justo.

As famílias assentadas consideram que o valor determinado pelo programa PAA é pouco, mas acaba sendo vantajoso, pois é um dinheiro garantido: “o que ajuda a gente aqui é este PAA, é pouco mas ajuda” (INTERLOCUTOR 19). Para a Interlocutora 22, o programa é compensatório: “uma coisa boa demais para nós é o PAA. Eles [Governo] nunca podem tirar isso de nós, 4.500 por ano ajuda demais, você colhe e toda semana

⁹ O valor total do convênio aprovado para o Município de Jataí – GO foi de R\$ 996.513,20, sendo o valor de contrapartida de R\$ 75.813,20, com vigência de 31/12/2010 à 31/12/2012. A cota para cada família é de R\$ 4.500,00 anual.

leva verdura fresquinha. A feira a gente complementa, às vezes sobra um pouquinho”. A Interlocutora 16 reafirma tais considerações quando diz que “o PAA é tranquilo porque tem um local, você sai daqui colhe o produto, coloca no carro, você tem direitinho onde vai entregar ele, levou lá, pesou e assinou os papéis, depois vem embora para trás”. Porém, as famílias entendem que algumas mudanças são necessárias para a viabilidade do programa.

Acho que tinha alguma coisa para ser melhorado no programa, porque eles tem a verba no momento, mas aí você tem que estipular a quantidade de produto e o tipo do produto, tantos quilos de abacaxi, tantos quilos de caju, então isso dificulta. Se é 4.500,00 [valor anual para cada família] tinha que ser liberado para a gente vender o que tem, mas aí fica perdendo, maracujá deu uma doença matou os maracujá, não conseguimos vencer a cota de maracujá, então perdemos porque tinha aqui cebola que poderíamos estar colocando no lugar, tinha que melhorar nesse sentido. Tinha que ser liberado para vender o que eu quisesse. Porque tem alguns produtos que nos não conseguimos vencer a cota, mas em compensação tem outros produtos vencendo aqui, mas não podemos colocar no lugar. É uma ajuda limitada. Porque aí o dinheiro volta para o governo (INTERLOCUTOR 11).

No depoimento do Interlocutor acima, podemos perceber que a ajuda do governo federal é limitada, não resolve o problema, apenas ameniza uma situação para impedir problemas futuros, como a pressão dos movimentos sociais em busca da reforma agrária. O fato de determinar o produto e a quantidade a ser entregue por cada família, provoca uma desestruturação na produção, pois não trabalham com o imprevisto e, quando ele surge, causa prejuízo na produção.

Outro programa criado pelo Governo Federal foi o PNAE¹⁰, cujo objetivo é fornecer alimentos da agricultura familiar para a merenda escolar. No entanto, as famílias que se inseriram neste programa foram poucas: “alguns moradores tentaram vender para o PNAE, mas não deu certo. Ficaram complicado, verduras das famílias perderam, por conta deste programa” (INTERLOCUTOR 19).

Entendem que este programa é “complicado”, pois a entrega é feita diretamente nas escolas e a relação dos produtos e as quantidades são determinadas pelas instituições.

O PNAE, esse é difícil e complicado, porque você tem que entregar de escola em escola, não tem um local fixo para levar e de lá eles fazem a distribuição, a gente tem que levar isso de escola em escola e às vezes eles falam para a gente. Eu quero 2 quilos de cenoura, 5 pés de alface, 12 quilos de beterraba,

¹⁰ Ver mais: Cartilha para conselheiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, 5ª edição, Brasília, 2010.

para mim sair daqui e ir lá levar só isso, é inviável, o dinheiro que vai dar aquele produto não dá pra fazer este transporte, então o PNAE é complicado. [...] porque aí o custo fica mais alto do que a gente vai receber pela produção (INTERLOCUTORA 16).

Segundo o Interlocutor 08, algumas famílias que são filiadas ao sindicato ainda estão entregando para o PNAE, mesmo diante das dificuldades, “nos fizemos um grupo, arrumamos um transporte, aí duas vezes por semana o transporte saía distribuindo em creches, escolas, só que é muito complicado. Vamos ver para este ano agora, qual adequação que eles vão fazer”.

A interlocutora 08 se ampara nas políticas públicas e nos projetos oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para utilizar novas técnicas para auxiliar no trabalho e aumentar a produção, afirmar que desde o início da implantação do assentamento, trabalhou com hortaliças: “era tudo convencional, e era coisa pequena. Agora que a gente está produzindo um pouquinho mais, então assim, a gente corre atrás para melhorar, antes era regador, mas agora já está evoluindo”. A Interlocutora 08 mencionou ampara que está realizando um curso no SEBRAE sobre cultura rotular: “ai, assim, você faz o galinheiro no centro e faz um canteiro em volta, uma coisa ajuda a outra, né? O esterco da galinha você já usa, o que você tira da hortaliça você já joga para galinha. Então é muito legal”.

3.2.7 A comercialização e produção no assentamento.

Com base na mão de obra familiar, a principal atividade produtiva é a pecuária leiteira. O leite é armazenado em 2 resfriadores. Um foi adquirido por sete famílias e, o outro, foi adquirido, em conjunto, por seis famílias a fim de também receber leite para armazenar de outras famílias do interior do assentamento.

O tamanho do lote é determinante para a criação de gado. Segundo a Interlocutora 22, “terra pequena, mal você come, a gente não dá conta de comprar uma bezerra todo mês, mal você compra os trem para o gado”. O Interlocutor 03, que também se dedica a pecuária leiteira, afirma que o tamanho do lote não é suficiente para desenvolver e, por isso, são obrigados a alugar pasto em fazendas vizinhas.

As famílias ainda trabalham com hortaliças, piscicultura, apicultura, suinocultura, avicultura, fruticultura, produção de doces e derivados de leite, entre

outras atividades menos expressivas. Através do levantamento dos dados, verificamos que a produção do assentamento é destinada à cidade de Jataí e tem como destino final as feiras, as indústrias de laticínios e o comércio local.

A comercialização no assentamento é feita pela venda direta, que corresponde à entrega de produtos ao consumidor final, em que a maioria da produção se destina às feiras livres e principalmente aos programas criados pelo Governo, como PNAE e PAA.

De acordo com Tavares dos Santos (1978), na produção camponesa existe tanto a produção dos meios de vida, como a comercialização de mercadorias. Para Moura (1988, p. 9), o destino da produção camponesa é de hábito a troca daquilo que a terra produz, podendo ocorrer esta troca no interior da pequena localidade de vivência, como também pode se estender aos habitantes de outras localidades, mais especificamente na cidade.

As atividades desenvolvidas nos lotes indicam uma organização de produção alternativa e defensiva entre as famílias, procurando depender cada vez menos do mercado capitalista. Para isso, desenvolvem atividades diversificadas (Tabela 1).

Tabela 1 - Atividades desenvolvidas no Assentamento Santa Rita em Jataí GO

Lote	Área do lote (ha)	Atividades desenvolvidas no lote:	Atividade principal
6	31,46	Horta ¹¹ , Frango, Suíno, Leite	Horta
20	30	Leite, Galinha, Ovos, Frango, Horta, Banana, Farinha	Leite
10	33	Horta, Gado de corte	Horta
9	30	Horta, Frango, Leite, Galinha	Leite
19	29	Leite, Peixe	Leite
21	36,5	Suíno, Horta, Frango, Leite	Leite
22	34	Galinha, Suíno, Horta, Leite	Leite
16	31,8	Apicultura	Apicultura
17	34	Horta, Leite, Apicultura, Milho Feijão, Cana-de-açúcar	Leite
13	37	Peixe, Horta, Leite	Leite
12	27	Leite, Peixe, Horta Galinha, Frango	Peixe
15	31,2	Leite, Galinha, Ovos, Frango, Banana, Suíno	Banana
14	31,4	Horta, Galinha, Leite, Suíno, Milho Mandioca, Feijão, Melancia, Arroz, Quiabo, Abobrinha	Horta

Fonte: Pesquisa de campo 2011 - dados organizados pelas autoras.

A herança cultural, o ser camponês, plantar para o sustento da família e armazenar produtos para a próxima colheita, era desenvolvido na família da Interlocutora 09, quando ainda havia a presença do pai.

Hoje nós estamos vivendo dificuldade quanto à produção, agora na semana passada a gente terminou de comer o último feijão que o papai colheu aqui, no ano passado, ele com toda dificuldade e saúde e tudo, mais ele plantava, o milho do ano, o feijão do gasto, sempre criou os porquinhos, as galinhas, sempre assim tirada daqui, desde estes 14 anos de posse deles né (INTERLOCUTORA 09).

Oliveira (2007) esclarece que parte da produção agrícola do camponês é direcionada para o seu consumo direto como meio de subsistência e a outra parte, que seria o excedente, é tratado como mercadoria, sendo comercializada com a finalidade de

¹¹ Plantio de hortaliças, folhagem, legumes e verduras.

comprar as mercadorias para satisfazer suas necessidades materiais e culturais. A renda obtida é considerada por Tavares dos Santos (1978) como um ciclo “mercadoria – dinheiro – mercadoria”, em um processo de vender para comprar, adquirindo valores de uso. Dessa forma, ocorre a retirada da mercadoria da esfera de circulação, passando a ser inserida na esfera do consumo camponês.

Na cidade de Jataí ocorrem feiras semanais em bairros diferentes, sendo terça e quinta-feira no Conjunto Rio Claro; quarta-feira no Setor Santo Antônio e, sexta-feira, no Setor Colmeia Park. Machado e Silva (2005, p. 106) classificam as feiras livres como um importante canal de distribuição, “cada comerciante instala uma ‘banca’. Os produtos são mais baratos e uma possibilidade de se ter produtos livres de agrotóxicos, preservando suas características naturais”.

A gente procura trabalhar aqui sem agrotóxico, eu falo para os meus filhos, que quando eu vou comer num restaurante eu fico até triste, porque você sabe que ali está comendo coisa de tudo qualquer jeito, e quando você alimenta aqui é diferente, você sabe como plantou, lavou bem lavado, o que acontece? Você esta comendo uma coisa limpa, uma coisa boa, sem agrotóxico, e aqui tudo que a gente produz a gente tem essa consciência, tanto eu quanto meus filhos, a gente já tem essa consciência, trabalhar o máximo possível sem usar agrotóxico (INTERLOCUTORA 08).

Além destas feiras, aos domingos, pela manhã, muitas famílias levam seus produtos à Feira Municipal, a maior e mais importante dentre todas.

Eu faço feira em Jataí no domingo, vai fazer 5 anos agora em Maio (2012) que a gente faz feira. Não compensa, mas dá pra comer. Vai perder uma coisa que eu tenho como uma acerola, se eu tiver eu levo uma manga, um ovo, um frango, um doce, eu costumo vender de tudo lá, mais fixo é o queijo e o leite, este eu tenho todo domingo, agora os outros quando tenho, levo para vender (INTERLOCUTORA 22).

Segundo Andrade e Costa (2009), a comercialização de produtos nas feiras urbanas é concebida como uma estratégia de reprodução dos camponeses, mas, também, pode ser entendida como contribuição para a do capital, pois colabora com a “reprodução dos baixos níveis de vida, permitindo baixos custos de trabalho e maior ganho acumulativo das personificações observadas, principalmente, no segmento da comercialização” (IDEM, p. 12).

3.2.8 Comercialização dos lotes: resistência e permanência.

A comercialização de posses de lotes é uma realidade que se faz presente nos espaços dos assentamentos e um fator importante para que se questionem as condições nas quais os sujeitos da Reforma Agrária estão se reproduzindo. A venda de lotes é apenas uma referência para que possamos nos adentrar à realidade de homens e mulheres que um dia sonharam em possuir uma propriedade rural. Porém, de acordo com circunstâncias adversas, podem surgir necessidades que os levem a abandonar a terra e comercializar a posse conquistada (CRUZ; SANTOS, 2011).

Ainda que o assentamento possibilite a posse da terra, as populações historicamente excluídas e as dificuldades de se manterem na mesma funcionam como um mecanismo de repulsão. Dentre as 23 famílias originalmente assentadas, oito venderam seus lotes e foram morar na cidade (Jataí). A evasão pode ser caracterizada por vários motivos, como a falta de infraestrutura, endividamento, problemas de saúde, dificuldade em se reproduzir nas suas parcelas ou mesmo por não se adaptarem à vida no campo. A concepção idealizada do lugar almejado passou a ser percebida de maneira diferente a partir do momento em que começaram a ter vivência no assentamento.

Todas as famílias que compraram lote no assentamento relataram o sofrimento que tiveram para se manter nele, passaram e ainda passam por preconceitos de outras famílias. A Interlocutora 03 relatou que já aconteceu de algumas famílias falarem que não gostam de compradores, “porque eles viveram em baixo de plástico, morrendo para pegar essa terra, que não pegaram de mão beijada”. Mas, conforme relata a assentada, realmente não ficaram em baixo de lona e nem passaram pela fase precária do acampamento, mas nem por isso sua vida foi tranquila, sempre trabalharam muito para viver.

Nós não estávamos em baixo de plástico, mas estávamos trabalhando. Você pensa numa pessoa que abria o comércio às 6h30min e fechava às 22h, em final de ano já aconteceu de fechar meia noite. Eu não passeava, não tinha um lar, só trabalhando, aí falar que foi de mão beijada, isso não. Aí depois que o povo viu que nós somos trabalhador, que ficou do nosso lado. (INTERLOCUTORA 03).

Outra família que comprou o lote relata que está no assentamento há um ano, “antes tínhamos um pedaço de terra na cidade, mas era pequeno, lá onde a gente tava só tinha quatro vacas, não dava para colocar mais, agora aqui a gente já está com 22 entre

vacas e novilhas, já melhorou”. O fato de ter comprado a terra não faz dessas famílias superior às demais, porém, é notória a diferença na estrutura dos lotes.

O INCRA tem conhecimento acerca da comercialização de posses e, em diversos casos, tem transferido o título de posse dos antigos beneficiários para os compradores.

3.2.9 O trabalho como forma de reprodução familiar

Para tornar-se possível a produção nos lotes é preciso que as famílias criem um conjunto de espaços articulados, tornando possível a produção. O fato de ser do lugar e estar no lugar não garante a reprodução familiar, acima de tudo é preciso também trabalhar no lugar. O Interlocutor 17 reconhece a necessidade do trabalho para a sobrevivência da família, relatando que,

Tem gente que acha que é só chegar aqui, porque a terra é minha que o dinheiro vai fluir, não é bem assim! Porque é através do trabalho que a gente consegue colocar comida na mesa. Se não tem muito gasto, é porque você planta, cria um porco, uma vaca, então você compra pouca coisa na rua, mas se não plantar, se não produzir, você traz tudo da rua para cá, aí é onde nós encontramos dificuldades (INTERLOCUTOR 17).

Em outro depoimento, o resultado do trabalho proporcionou satisfação, “teve época que nós plantamos milho aqui, com plantadeira, de colher com colhedeira, aquilo era gratificante, a gente vê o dia que a colhedeira chegava e colhia, a gente ia ajudar a ensacar aquele grão” (INTERLOCUTORA 09).

Tinha vez que uns trabalhava um dia de serviço ou dois, aí a gente ajudava pagar mão de obra, às vezes ele já chegou a ganhar máquina né, por duas safras seguidas, eles forneciam as máquinas. Aí teve uma época que tinha o trator que a comunidade tinha aí depois a gente foi plantando menos, porque o papai já não tava mais com saúde, não foi dando conta, aí foi diminuindo, aí quando meu marido morreu também mudou muita coisa, até financeiramente pra gente também.

A organização da produção centralizada na veemência do trabalho familiar exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que permita um saber fazer. Para Fabrini (2006), muitas vezes, estes saber fazer põe a produção camponesa em uma categoria individualizada, não podendo ser desamparado em favor da modernidade, do progresso e do conhecimento científico.

Na contemporaneidade, o trabalho costuma ser a base para o desenvolvimento das relações comerciais. Na sociedade capitalista, ele exclui o camponês de sua análise, pois neste contexto só tem sentido se resultar em mais valia, em lucro. Assim, o trabalho para o operário resulta em excedente, enquanto que, para o camponês, este se define pelo produto excedente, que historicamente é a garantia da sua sobrevivência.

O trabalho camponês para Sousa e Conceição (2010, p. 64) se oculta em seu produto, “pois uma parte é destinada para uso e consumo, enquanto outra parte vai para o mercado para efeito de troca e, posteriormente, se transforma em valor de uso”.

O trabalho temporário é realizado como complemento familiar, pois a renda obtida pelas famílias não é suficiente. Acontecem casos das famílias cederem uma parte do lote ou da produção para alguém tomar conta, como o que aconteceu no Lote 22:

O ano passado tinha um rapaz que trabalhava aqui com nós, ele plantava quiabo a meia, aí depois ele foi embora. Ele é baiano, um rapaz boa pessoa, foi embora coitado, eu achei ruim, ele ajudava no dia a dia, mais era assim, alguns dias, quando meu marido precisava, pagava ele por dia, ele plantava a roçinha dele e a meia com nós, mas ele estava ganhando meio pouco e foi procurar uma coisa que ganhasse mais, porque aqui não temos condição de pagar, ficou aqui 2 anos morando com a gente, bom demais, até olhava a casa para nós (INTERLOCUTORA 22).

Descreve ainda que mora apenas com o esposo, pois um dos filhos está servindo o exército e o outro trabalha em fazenda. Às vezes, arranja alguém para “dar uma mãozinha” por dia quando é preciso “plantar uma roça, ajudar plantar um milho ou uma horta quando está muito apertada”. Geralmente, este trabalho é realizado por membros do assentamento, “quando arrocha, nós arrumamos um menino, uma pessoa daqui mesmo, meu marido ainda trabalha fora, faz cerca para as famílias daqui e de fora, porque só ficar aqui dentro não dá conta, eu fico aqui cuidando dos trem e ele vaza cedinho”.

3.2.10 Infraestrutura

As famílias consideram que a reforma agrária é boa, porém, falta mais empenho por parte do Governo Federal em solucionar os problemas internos dos assentamentos, mas acreditam que tal situação está mudando aos poucos. Afirmam que, na época da constituição do assentamento, o INCRA assentou apenas as famílias nas respectivas

parcelas e nada fez para auxiliá-las na organização. Faltava assistência técnica para orientar nas atividades.

Na nossa época quando entramos aqui, não tivemos assistência técnica, não tivemos nenhum tipo de acompanhamento, o INCRA trouxe a gente, colocou na terra, como se diz! Agora se vira, ele deu a vara, mas não nos ensinou a pescar, a gente ficou pescando rio a rio, Corguinho a Corguinho, em brota seca, por isso a maioria dos assentados hoje tem muita inadimplência com o banco (INTERLOCUTOR 08).

As dificuldades são visíveis no assentamento, os maiores problemas expostos pelas famílias foram a falta de infraestrutura e de assistência técnica. No relato da Interlocutora 22, podem-se perceber os problemas infraestruturais: “a estrada é cheia de cascalho, agora vem a seca, tem que fazer quebra mola, tem que levantar esta estrada, precisava mexer bem”.

Este ano (2012) é que as chuvas foram poucas, o ano passado estes meninos (*filhos*) acordavam aqui 4 horas da manhã, porque tinham que sair daqui de a pé lá para cima para pegar o ônibus, porque a estrada estava só os buracos e não tinha como vir até aqui (INTERLOCUTOR 14).

Na estrada que leva ao assentamento encontra-se bastante cascalho e, em alguns trechos, a declividade é bem acentuada, as dificuldades aumentam no período das chuvas (novembro a março). Em algumas parcelas, os solos são impróprios para a agricultura. Nestas circunstâncias, muitas famílias já perderam muitos investimentos realizados. A Interlocutora 19 falou sobre a dificuldade em produzir na sua parcela:

Aqui é muito pedregulhado, de pedrinha, se plantar assim mesmo é difícil, você fura ali e logo está na laje, até certa altura é terra e depois já é laje. Temos problemas por conta dessa laje, na minha parcela apenas na parte de cima que o solo é arenoso, mas aqui em baixo a terra parece ter calcário que apodrece mandioca.

No que se refere à assistência técnica, as famílias apontam que esta tem sido prestada (precariamente) por profissionais terceirizados do SEBRAE, de modo que se apresentam irregulares. Os projetos que são iniciados, por sua vez, nunca foram finalizados. Citaram o exemplo do projeto de produção de pimenta, cujo objetivo era ensinar o cultivo e orientar a comercialização, mas a assistência não se concretizou. As famílias não conseguem vender os produtos e em muitos casos houve perda total do material colhido, conforme relata a Interlocutora 19: “quando nós mais precisávamos deles, eles sumiram, hoje tem tanta pimenta e sem falar o tanto que perdeu”. Na análise

das famílias não houve comprometimento com o assentamento, os técnicos apenas começam um projeto e não terminam.

As dificuldades vivenciadas no interior de cada parcela são vistas como algo superável na medida em que a família realmente trabalha na terra:

Você consegue uma terra, tem que pagar por ela, aí você arrenda para outro, as pessoas falam que é porque estão precisando de dinheiro, dizem que não está tendo para se manter no campo. Mas se não está tendo renda, é porque não está trabalhando, é melhor então desocupam a terra e passar para outra pessoa que quer trabalhar, pois os acampamentos estão cheios de filhos que adorariam vim para terra, para trabalhar e não para arrendar a terra. Eu sou contra o arrendamento e venda de parcelas (INTERLOCUTOR 08).

Algumas famílias reclamam do acesso à água, da má condição das estradas e do solo. A captação de água no assentamento é realizada na nascente que corresponde a 70% e os demais 30% são captados pelos poços artesianos nos lotes.

No assentamento, a maioria das famílias tem dificuldade no acesso a água, isso acaba provocando alguns desentendimentos entre eles, conforme expressa a Interlocutora 22: “nossa água vem lá de cima, abastece tudo, corre dia e noite, não passa falta com a água, mas meu marido desentendeu com outro vizinho porque a água que a gente pega passa no lote dele”.

Outra questão analisada no assentamento foi à relação das famílias com a natureza. Reconhecem a necessidade de preservá-la, pois esta representa sua matriz de produção e renda. A reserva legal da área é comunitária e representa cerca de 195 ha. As famílias estão utilizando a área de reserva para a prática de apicultura, articulada a um projeto envolvendo as mulheres assentadas, que está gerando excelentes resultados.

Percebe-se a mudança no hábito de descarte do lixo, inicialmente, era feito através de queimadas, entretanto, a Prefeitura disponibilizou um caminhão que passa de 15 em 15 dias para a coleta. As famílias ficam encarregadas de juntar o lixo em suas parcelas e levar para o núcleo da comunidade. Algumas nascentes do assentamento precisam de preservação, não há proteção contra pisoteio de gados e contra a ação antrópica.

No P. A. Santa Rita percebemos a existência de fatores de entrave para a permanência das famílias no campo, pois o acesso a bens e serviços é condicionado a interesses hegemônicos, que por sua vez, demonstram apenas interesse em amenizar os problemas, justamente para evitar manifestações dos movimentos sociais de luta pela

terra. Mas, mesmo diante dessas dificuldade em se reproduzir no campo, as famílias conseguem construir e (re) construir no novo arranjo espacial, o assentamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de “modernização” do campo provocou profundas modificações no modo de vida camponês, resultando em um processo longo e infinito de luta pela terra. Esse processo criou novas relações de trabalho e de produção, surgindo novas categorias de trabalhadores. As consequências desse avanço tecnológico foram à expropriação de milhares de camponeses do campo, que sem alternativa migraram para a cidade, em busca de um lugar para morar, uma vez que deixou de ser proprietário do seu trabalho e do produto que produz.

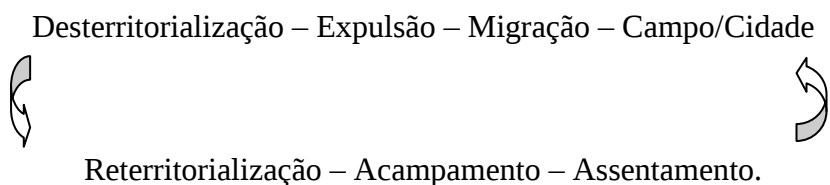
Porém, o que se percebe é que as novas estruturas criadas pelo capital exigia-se qualificação profissional, criando um problema para estas famílias, que sempre viveram no campo, desenvolvendo atividades no modo convencional, cujo ‘saber fazer’ provinha de conhecimento do senso comum.

Quando tratamos do camponês, devemos levar em consideração o modo de vida tradicional, desprendido das ações do capital, cuja vivência era totalmente relacionada à necessidade familiar. Com a expropriação, a única forma de retorno a terra, pelos camponeses foi através dos movimentos sociais, acampando. Ocorre uma hegemonia burguesa sobre os camponeses, geridas pela subordinação do capital, que contraditoriamente, incentiva a resistência camponesa, por meio da autonomia da terra e do trabalho.

Dentre as estratégias de resistência à ação de subordinação do capital, podemos destacar a permanência na região de origem, através de movimentos sindicais e da Igreja. O camponês busca o acesso a terra em lugares que se sente pertencente, que por ora este lugar está sendo representado pelo assentamento, cujo significado do lugar perpassa a perspectiva do pertencimento, pois só podemos considerar pertencente aquele lugar se o mesmo representar algo além das obrigações.

As histórias relatadas pelos camponeses assentados demonstram várias experienciais espaciais, tais como a memória de um tempo vivido, dos sonhos perdidos no tempo, da idealização de um lugar que lhe é próprio, lembranças da trajetória de luta e sonhos, anterior a entrada no assentamento.

A trajetória do campesinato no Brasil é realizada pelo movimento de territorialização/desterritorialização, representado da seguinte maneira:



Na busca pela terra, os camponeses passaram a ocupar terras, no intuito de efetivar a tão sonhada reforma agrária, a luta que antes era pela terra, após o acampamento esta luta passa a ser na terra. Pois o assentamento está inserido em outra lógica, onde as suas próprias origens são em função do capital, de interesses capitalistas.

Mesmo diante desses obstáculos, o camponês continua resistindo, pois o próprio capital cria meios para que isso ocorra, as contradições fortalecem as relações de reprodução das famílias.

O que se verificou no Projeto de Assentamento Santa Rita, foi à dificuldade das famílias em inserir nos projetos e ações da política pública, em função das trajetórias vivenciadas terem sido em outra época, onde a liberdade e autonomia ainda prevaleciam, eram donos de sua própria terra, sem depender de ajudar para se reproduzir.

A condição de proletariado, tanto no campo como na cidade, fez com que estas famílias começassem a negar esta situação, que de acordo com Oliveira (2007), o resultado dessa negação é a organização em favor da luta por um pedaço de terra,

Por isso mesmo, é que parte dos trabalhadores proletariados do campo e da cidade passaram a negar esta condição. E como produtos desta negação organizaram-se para lutar por um pedaço de terra, para poder reconquistar a perdida autonomia do trabalho. Reconquistada agora, nas experiências coletivas ensaiadas pelos campos conquistados na luta (OLIVEIRA, 2007, p. 139).

Um dos lugares experimentados pelo camponês, onde fatalmente passou um período ou grande parte da vida é a cidade. Interessante é que na cidade não é possível se reproduzir enquanto camponês, pois é um espaço que ele descreve como “limitado”, “sufocante” e “opressor”. De fato, não é possível realizar atividades ligadas ao modo de vida e à identidade camponesa, como o plantio e colheita, nem tampouco a criação de animais de grande porte. Quanto à criação de galinhas e porcos, é comum vê-las nos quintais de vários bairros da periferia das cidades goianas, com o sentido de “ajudar na despesa” e mesmo de transpor para cidade um pouco da vida do campo. Neste sentido, percebemos que a saída do rural faz com que as famílias percam a condição do rural, e o

retorno a terra, hoje pelo assentamento, ocorre num processo contraditório, trazendo consigo os seus significados, mas isso não quer dizer que não se cumpra.

A cidade atrai e repele ao mesmo tempo, depende da forma como cada indivíduo encara o novo. O moderno para uns, é sinônimo de atrasado para outros. No caso das famílias camponesas, o campo é o lugar identitário, onde o trabalho familiar e a liberdade são tidos como fundamentais para sua orientação, sendo decisivos para compreendermos a negação da cidade como lugar de vida e o motivo da resistência e persistências das lutas camponesas.

Prova disso, é a realidade vivida pelas famílias na fase de acampamento, nenhuma pessoa se sujeita a viver em condições precárias por opção, há uma relação mais dinâmica que motiva o sem terra a continuar na luta. Desta forma, os barracos feitos de lonas demonstram que a relação com a terra vai além da moradia, há uma expectativa de materializar o almejado, por meio da permanente luta. Esta condição se altera a partir do momento que o novo arranjo socioespacial se instala na sociedade, afetando principalmente as famílias camponesas.

Hoje, percebe-se que a situação financeira das famílias P.A. Santa Rita é difícil, pois elementos desconhecidos passaram a compor as relações familiares e de produção. O endividamento bancário, antes desconhecido por estas famílias, passou a compor o cotidiano, agravando ainda mais a sua situação econômica. Os programas apresentados para as famílias, mesmos que pouco, contribui para que a reprodução possa ser efetivada, porém, ainda há muitas falhas, principalmente em relação à assistência técnica. Outro elemento que dificulta o trabalho da família no campo é a evasão dos jovens, atraídos pela modernidade, vê na cidade a oportunidade de melhorar a condição de vida. Esta evasão dificulta o trabalho familiar no lote, pois a mão de obra é em função da quantidade dos membros familiares.

A partir da reestruturação do capital, um novo arranjo socioespacial foi criado, o que antes girava em torno da terra e família, agora estes dois elementos são compreendidos também pelo capital, que molda e altera as relações de trabalho e de produção, exigindo que o camponês se enquadre nas normas, para conseguir sobreviver neste ‘mundo’ tão almejado, porém apenas no simbolismo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco José Batista de; COELHO, Jorge Artur Peçanha de Miranda; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. As políticas públicas e os projetos de assentamento. **Estudos de psicologia**. vol. 9, 2004, p.81-88.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **(Re) criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe**. São Paulo: UNESP, 2006.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto: 3º módulo do curso regional de formação político-sindical da região Nordeste, 2007.

ANDRADE, Sheyla Silveira; COSTA, José Eloízio da. **A inserção da produção camponesa na feira livre do conjunto Castelo Branco/ Aracaju sob a lógica do capital**. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completos/sheyla%20Silveira%20Andrade.pdf>> Acesso em: 18 Jul/2011.

ASSUNÇÃO ET. AL. **Efeito das ações de assistência técnica sobre a qualidade de vida de um assentamento rural no município de Jataí (Goiás – Brasil)**, [s./a.].

BIBIANO, Maria das Graças Martins. **O sentido da luta pela terra e as estratégias da luta camponesa frente à espacialização do grande negócio no território do Norte de Minas Gerais, Brasil**.

BOMBARDI, Larissa Mies. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: Annablume, 2004.

CALLAI, Helena Copetti. **Aprendendo a ler o mundo: A geografia nos anos iniciais do ensino fundamental**. Campinas, v 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: 05 maio de 2011.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades: São Paulo, 1971.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no /do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Bases teórico-metodológicas da geografia: uma referência para a formação e a prática de ensino. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves et al. **Formação de professores: concepções e práticas em geografia**. Goiânia: Editora Vieira, 2006, p. 27-50.

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Bueno Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CRUZ, Nelson Ney Dantas; SANTOS, Rosselvelt José. O desafio da permanência na terra: comercialização de posses e reprodução modos de vida nos assentamentos de reforma agrária do Triângulo Mineiro. **Revista Campo e Território**. v. 6, n.11, p. 249-279, fev. 2011.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório 2008**. Presidente Prudente: FCT/ UNESP, São Paulo, 2008.

DIAS, Mariza Souza. Apropriações camponesas da política pública para a agricultura familiar no assentamento três pontes, Perolândia (GO). **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí, 2012, 152f.

FABRINI, João Edmilson. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**. v. 21, n. 42, p. 63-91, jul/dez., 2006.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Revista Nera**. Presidente Prudente, ano 10, n. 11, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Ocupações de terra e política de assentamentos rurais. In: **Lutas sociais** 6. São Paulo: NEILS, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Seminário** Lincoln Institute of Land Policy. 2004

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 65-83, jul./dez., 2000.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n./, 2008.

GERARDI, Lúcia H. O.; SALMONI, Giancaria. **Para entender o campesinato: a contribuição de a. V. Chayanov**, (tradução), [s./a.].

GONÇALVES, Elienai Constantino; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos de reforma agrária e reforma agrária de mercado no Brasil: contribuição para compreensão da diversidade e atualidade da reforma agrária brasileira**. Presidente Prudente – Unesp, [s./a.].

GUIMARÃES, Juliana Carneiro. As trajetórias socioespaciais dos camponeses do assentamento Rio Claro em Jataí – GO. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí, 2011, 132f.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HEREDIA, Beatriz et al. Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas. **Lusotopie**, 2003, p.59-90.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanística. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 4, n.7, p.67-78, jul./dez. 1999.

_____. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEographia**. ano v, n.10, 2003.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. 3. ed. São Paulo: Proposta editorial, 1980.

LIMA, Anna Erika Ferreira. Tocando em frente: cultura camponesa e apropriação dos recursos no assentamento Ingá/Facundo – Parambu - Ceará. 2008, 194 f. **Dissertação** (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2008.

MACHADO, Melise Dantas; SILVA, Andrea Lago da. Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar. In ____ **Gestão integrada da agricultura familiar**. Orgs. SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de Souza; BATALHA, Mário Otávio. São Carlos: EduFSCar. 2005. p.95-130.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. De sem-terra a “posseiro”, a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da reforma agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO. 2000. 240 f. **Tese** (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, n. 12, 2008, p. 57-67.

MARTINS, José de Souza (coord.). O sujeito da reforma agrária: estudo comparativo de cinco assentamentos. In: MARTINS, José de Souza (coord.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.11-52.

_____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Viviane Santi. Lugar da morada: a constituição do lugar de viver de famílias rurais no contexto de assentamentos de reforma agrária. Porto Alegre, 2009. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MENDONÇA, Marcelo; MESQUITA, Helena Angélica de. **O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)existências**, 2002. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/t24a.pdf>>. Acesso em: 24 Dez/2012.

MOREIRA, Ruy. Da região à rede e ao lugar. **Ciência geográfica**. Bauru. AGB, 2002, p. 1-11.

MOTA, Ana Elizabete & AMARAL, Ângela Santana do. **Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social**. In: A nova fábrica de consensos: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. Ana Elizabete Mota (org.) 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MORAES, Robson de Sousa. As formas contemporâneas da captura capitalista do território goiano. In: CHAVEIRO, Eguimar Felício. (org.). **A captura do território goiano e a sua múltipla dimensão socioespacial**. Goiânia: Gráfica e Editora Modelo, 2005.

MOURA, Maria Margarida. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

NEVES, Delma Pessanha. Diferenciação socioeconômica do campesinato. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs, Cortez Editora, 1985, p.220-241.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEIXINHO, Dimas. A dinâmica socioespacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação de centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO). **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de geociências, 2006, 207f.

PONTES, Beatriz Maria Soares. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano VIII, n.7, p. 35-47, 2005.

RIBEIRO, Dinalva Donizete. Modernização da agricultura e (re)organização do espaço no município de Jataí – GO. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Paulista/Campus Presidente Prudente. 2003, 102f.

RIBEIRO, Veridiana Soares. Territorialização camponesa: o lugar de viver no assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. Rio Grande, 2012. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande: Instituto de ciências humanas e da informação. Rio Grande, 2012.

RIBEIRO, Wagner Costa. Do lugar ao mundo ou o mundo no lugar? **Terra Livre AGB**, 1996. 11-12: 237-242.

ROCHA, Roberta Costa. A escola: um lugar fundamental na formação do cidadão. **Monografia** (Licenciatura em Geografia) Universidade Federal de Goiás – Campus Jataí, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed. São Paulo, 2006.

_____. **Espaço e método**. – 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SIMONETTI, Mírian Cláudia Lourenção. A Longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão. 220f. São Paulo, 1999. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1999.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, vol. 11, n.1, 2010, p. 64-76.

SOUZA, Raimunda Áurea Dias de; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 1, 30 junho 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada111/03raimunda1101.pdf>>. Acesso em: abr/2012.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro anual da ANPOCS-GT 17**. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Outubro, 1996. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoesartigos-e-trabalhosnazareth96-1.pdf>> Acesso em:

_____. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**, 2004.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. **Revista brasileira de estudos da população**. 1990. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol7_n1_1990/vol7_n1_1990_2artigo_35_53.pdf>. Acesso em 24 out./2012.